

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Marcos Fernandes Rafael

**A infrequência escolar de uma unidade prisional: o caso da Escola Estadual
César Lombroso na Penitenciária José Maria Alkimin**

Juiz de Fora

2019

Marcos Fernandes Rafael

A infrequência escolar de uma unidade prisional: o caso da Escola Estadual

César Lombroso na Penitenciária José Maria Alkimin

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rafael , Marcos Fernandes .

A infrequência escolar de uma unidade prisional: o caso da Escola Estadual / Marcos Fernandes Rafael . -- 2019.

149 f.

Orientador: Marco Aurélio Kistemann Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Infrequência Escolar. 2. Inclusão. 3. Prisão. 4. Educação. I. Kistemann Júnior, Marco Aurélio, orient. II. Título.

Marcos Fernandes Rafael

**A infrequência escolar de uma unidade prisional: o caso da Escola Estadual
César Lombroso na Penitenciária José Maria Alkimin**

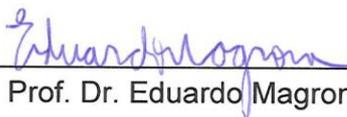
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 11 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Renato Marcene José de Souza
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter permitido que chegasse até aqui, tornando meu sonho possível!

Com carinho e reconhecimento agradeço, meus pais, Waldemar Rafael e Caetana Fernandes, pelos atos de amor e pela firmeza na orientação escolar a mim dedicados, mesmo quando não entendiam minhas escolhas.

Minha esposa e companheira Ana Kelly, por compartilhar todos os momentos deste trabalho e da minha vida, com sugestões, paciência e compreensão.

À minha filha Maria Eduarda, que mesmo com pouca idade, pôde compreender os momentos de ansiedade e as ausências no ambiente familiar e nas brincadeiras na praça. Dona Conceição, obrigada pelo carinho de sempre!

Aos meus nove irmãos, pelos momentos compartilhados na harmonia familiar e pelo apoio de sempre. Aos primos Dr. Eide e Dr.^a Silvana pelo exemplo, apoio, incentivo e confiança em minha trajetória escolar.

Aos amigos da Turma de Sempre (Marcos, Alessandra, Dani, Lê, Valma), pelo apoio e por entenderem minha ausência em alguns projetos.

À equipe da escola Estadual Cesar Lombroso, pela dedicação e compreensão da necessidade deste trabalho.

Aos colegas da turma de Mestrado 2017, pelos debates e apoio, em especial aos amigos e companheiros de jornada durante os encontros presenciais: Fred, Wender, Elcilene, Vanderlei, Mauro, Vilmar e Edson.

Aos alunos da Escola Estadual César Lombroso que de forma solidária participaram das entrevistas as quais servem de base para este estudo.

Aos Agentes Penitenciários que cordialmente se dispuseram a participar deste estudo.

À direção da Penitenciária José Maria Alkimin, em especial a Diretora de Atendimento (Sr.^a Helia) e ao Núcleo de Ensino, pela contribuição e acesso às informações.

À Eliane pelas contribuições durante este estudo.

Ao professor Doutor Marco Aurélio Kistemann, meu orientador, a quem sou muito grato por aceitar orientar o meu trabalho de pesquisa. À minha ASA Helena Rivelli, que de forma muito competente e atenciosa me direcionou durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Dr. Luiz Flávio Neubert e Dr. André Bocchetti, que muito contribuíram para meu trabalho de pesquisa, com importantes orientações durante a banca de qualificação. Aos professores Dr. Eduardo Magrone e Dr. Renato Marcone José de Souza pelos apontamentos na banca de defesa.

Em especial a professora Ana Maria responsável por minha alfabetização.

Por fim, à Secretaria de Educação de Minas Gerais pelo investimento e oportunidade. E a ao CAEd/UFJF pela organização do programa do mestrado.

Sou um jovem que acredita que os estudos podem abrir grandes portas na vida. Por esse motivo resolvi voltar a estudar. É claro que no cárcere isso não é tão simples assim. Contamos sempre com o apoio de pessoas, como os professores, que nos auxiliam e nos oferecem uma educação de qualidade. A dedicação deve fazer parte da nossa rotina, caso contrário, torna-se impossível aprender, seja na escola dentro do cárcere, ou em qualquer outro lugar. Criei um hábito para melhorar e aprimorar os meus conhecimentos. Depois do almoço eu me dedico aos estudos. Leio todas as matérias que aprendi na escola, faço atividades e pratico a leitura com livros da biblioteca que temos acesso no ambiente escolar. Confesso que nem sempre consigo seguir essa rotina, têm dias que a vida no cárcere nos tira o ânimo e a fé. Tudo se complica quando a noite chega, acho que a solidão se alimenta da noite, porque não há explicação. Sempre acontece do mesmo jeito, eu me perco em tristezas. Vou para a janela, olho as estrelas, já fiquei íntimo delas. Permaneço assim até o sono chegar. Vou para a cama, faço as minhas orações e espero o próximo dia, na expectativa de ir à escola e quebrar as barreiras que me impedem de crescer. (MONTEIRO, 2019, p. 43).

RESUMO

A presente dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), discute os possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade na Escola Estadual César Lombroso. A escola está localizada no Município de Ribeirão das Neves (Minas Gerais), nas dependências da Penitenciária José Maria Alkimin, estando em funcionamento há mais de 50 anos. O ensino formal dentro das unidades prisionais de Minas Gerais é estabelecido em termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Atendimento ao Preso e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A pesquisa tem como recorte temporal os anos entre 2013 a 2017, período em que se registrou altas taxas de infrequência dos alunos, chegando a 55%. Com base nestes registros, delimitou-se a seguinte questão norteadora: quais os possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual César Lombroso? O objetivo geral traçado para o presente estudo foi analisar as causas que contribuem para os índices elevados de infrequência. Esta infrequência é oriunda de fatores que ocorrem dentro da própria unidade e, a partir disso, foi realizada uma pesquisa com realização de entrevistas com agentes prisionais e estudantes apenados. A pesquisa evidenciou que a infrequência dos alunos desta escola está relacionada aos procedimentos de saída para frequentar a escola, à postura dos agentes nos procedimentos, à estrutura precária das instalações escolares dentro da unidade, ao acesso a recursos tecnológicos, à situação emocional devido ao cárcere. A partir disso, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE) composto por 5 ações, quais sejam: a criação de uma equipe de agentes capacitados para o trabalho na escola; participação da família nos projetos da escola; discussões sobre remição de pena; combate à infrequência e por fim avaliação do PAE.

Palavras-chave: Infrequência Escolar. Prisão. Educação. Inclusão.

ABSTRACT

This dissertation, developed in the Professional Graduate Program in Management and Evaluation of Public Education of the Federal University of Juiz de Fora, discusses the possible reasons for the high rates of infrequency of students deprived of their liberty at the César Lombroso State School. The school is located in Ribeirão das Neves (Minas Gerais), on the premises of the José Maria Alckimin Penitentiary, and has been in operation for over 50 years. Formal education within the prisons of Minas Gerais is established in terms of technical cooperation between the Prisoner Service Secretariat and the Minas Gerais State Department of Education. The research has as a time frame the years 2013 to 2017, period in which there were high rates of student infrequency, reaching 55%. Based on this, the following guiding question was delimited: what are the possible reasons for the high rates of infrequency of students deprived of their liberty at César Lombroso State School? The general objective outlined for the present study was to analyze the causes that contribute to the high rates of infrequency. It is believed that such infrequency may come from factors that occur within the unit itself, and from this, a research was conducted with interviews with prison officers and convicted students. The research evidenced that the infrequency of the students of this school is related to the procedures of leaving to attend the school, posture of the agents in the procedures, precarious structure of the school facilities within the unit, access to technological resources, emotional situation due to the prison. From this, we elaborated an Educational Action Plan composed of 5 actions, namely: the creation of a team of agents trained to work at school; family participation in school projects; discussions on remission of penalty; fight against infrequency and finally evaluation of the PAE.

Keywords: School Infrequency. Prison. Education. Inclusion.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Mapa da Escola Estadual César Lombroso - 2018	41
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Matriz Curricular Anos Iniciais.....	44
Imagem 2 - Matriz curricular Anos Finais.....	45
Imagem 3 - Matriz curricular Ensino Médio.....	46
Imagem 4 - Imagem aérea do complexo onde está localizada a Escola Estadual César Lombroso.....	48
Imagem 5 - Vista Aérea do Alojamento e da Escola.....	56
Imagem 6 - Modelo de atestado de dias estudados.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos presídios brasileiros por idade – 2016	25
Gráfico 2 - População brasileiras acima de 18 anos – 2015	26
Gráfico 3 - População no Sistema Prisional por raça, cor ou etnia – 2016	26
Gráfico 4 - Escolaridade da população em privação de liberdade – 2016	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de estabelecimentos por disponibilidade de vagas - 2018	28
Quadro 2 - Quadro de estabelecimentos por disponibilidade de vagas	28
Quadro 3 - Indivíduos privados de liberdade estudando em Minas Gerais - 2017 .	38
Quadro 4 - Escolas dentro de unidades prisionais em Minas Gerais – 2017	39
Quadro 5 - Indivíduos privados de liberdade estudando no Município de Ribeirão da Neves/MG - 2017	40
Quadro 6 - Número de profissionais da Escola Estadual César Lombroso – 2018	43
Quadro 7 - Perfil dos alunos entrevistados.....	75
Quadro 8 - Perfil dos Agentes Penitenciários entrevistados	76
Quadro 9 - Plano de Ação Educacional	113
Quadro 10 - Conteúdo Programático do Curso de Capacitação	117
Quadro 11 - Projetos Ano Letivo de 2020	118
Quadro 12 - Proposta de organização das Palestras de Conscientização.....	121
Quadro 13 - Proposta de organização das Ações Estratégicas de Combate a Infrequência	122
Quadro 14 - Questionário de Avaliação – Agentes Penitenciários	124
Quadro 15 - Questionário de Avaliação – Alunos.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação Geral de matrícula por infrequência na Escola Estadual César Lombroso 2013 - 2017	64
Tabela 2 - Relação matrícula por infrequência no alojamento da Escola Estadual César Lombroso 2013- 2017.....	65
Tabela 3 - Relação matrícula por infrequência no anexo da Escola Estadual César Lombroso 2013 - 2017	65
Tabela 4 - Relação matrícula por infrequência na sede da Escola Estadual César Lombroso - 2013 a 2017	66
Tabela 5 - Relação de matrículas por pedidos de Atestados de dias Estudados da Escola Estadual César Lombroso - 2013 a 2017.	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anelca	Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes
CEB	Câmara de Educação Básica
Cisa	Centro de Informação sobre Saúde e Álcool
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Deja	Diretoria de Educação de Jovens e Adultos
DEP	Diretoria de Ensino e Profissionalização
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
GPA	Gestores Públicos Associados
Grain	Gratificação Intramuros
GTI	Grupo de Trânsito Interno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Infopen	Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário
LEP	Lei de Execução Penal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAE	Plano de Ação Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direito Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
REN	Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais
Seap	Secretaria de Estado de Atendimento ao Preso
Seds	Secretaria de Defesa Social
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Ensino

SREs Superintendências Regionais de Ensino
TCT Termo de Cooperação Técnica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A INSERÇÃO DE ESCOLAS NO SISTEMA PRISIONAL	21
2.1	UM BREVE HISTÓRICO DA PRISÃO E SUA REALIDADE NO BRASIL	23
2.2	EDUCAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS BRASILEIRAS	29
2.3	EDUCAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS	36
2.4	A ESCOLA NA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	40
2.5	O ESPAÇO ESCOLAR NA UNIDADE PRISIONAL	48
2.6	INFREQUÊNCIA DOS ALUNOS ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO	62
3	EDUCAÇÃO NA PRISÃO: O PONTO DE VISTA DE QUEM ESTÁ INSERIDO NO SISTEMA PRISIONAL	67
3.1	EDUCAÇÃO, INFREQUÊNCIA E AS PRISÕES	67
3.2	PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO	74
3.2.1	Contexto e sujeitos da pesquisa	74
3.3	DIFICULDADES E DESAFIOS DA PESQUISA	77
3.4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES PENITENCIÁRIOS	79
3.5	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS APENADOS	91
3.6	CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	111
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES PARA REDUÇÃO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA UNIDADE PRISIONAL	114
4.1	CRIAÇÃO DE UMA EQUIPE DE AGENTES CAPACITADOS PARA O TRABALHO NA ESCOLA.....	115
4.2	PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS PROJETOS DA ESCOLA.....	117
4.3	DISCUSSÕES SOBRE A REMIÇÃO DA PENA.....	119
4.4	COMBATE À INFREQUÊNCIA DE FORMA SISTEMÁTICA.....	121
4.5	AVALIAÇÃO DA PROPOSTA	123
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE A – Roteiro para a realização da entrevista com os alunos	135
	APÊNDICE B - Roteiro para a realização da entrevista de agentes de segurança	136

APÊNDICE C – Entrevistas com Agentes de Segurança: classificação das informações de acordo com os eixos de análise	137
APÊNDICE D - Entrevistas com alunos: classificação das informações de acordo com os eixos de análise	141
ANEXO A - Carta de anuência	149

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a gestão na educação pública e tem por objetivo viabilizar alternativas e estratégias para o aumento do índice da frequência escolar dos alunos em privação de liberdade na Escola Estadual César Lombroso, localizada dentro da Penitenciária José Maria Alkmin¹, no Município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte.

A educação no sistema prisional é uma política pública, prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 108, inciso I, que garante a educação gratuita como dever do Estado, possibilitando o acesso àqueles cidadãos com idade acima dos 17 anos que não tiveram educação na idade própria (BRASIL, 2019a). Uma previsão legal específica da educação nas unidades prisionais encontra-se na Lei de Execução Penal (LEP), a Lei nº 7.210/1984, que institui a assistência educacional, nos seus artigos 17 a 21, compreendendo-a como instrução escolar e a formação de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade (BRASIL, 2019b).

A fim de disciplinar e orientar essa assistência educacional, foi publicado pelo Ministério da Justiça a Resolução nº 2/2010 que, em seu artigo 3º, determina sobre a responsabilidade pelo financiamento e organização do espaço físico escolar e da participação da família (BRASIL, 2010).

A partir deste dispositivo, é possível verificar a competência administrava dos estados federados. No caso do Estado de Minas Gerais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está ligada à Diretoria de Educação de Jovens e Adultos (Deja), órgão que faz parte da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A Deja, juntamente com a Diretoria de Ensino e Profissionalização (DEP) da Secretaria de Atendimento Prisional, é responsável pelas diretrizes a serem seguidas pelas escolas, que regionalmente estão sob coordenação e gestão das Secretarias Regionais de Ensino (SREs). A Escola Estadual César Lombroso está sob responsabilidade da Secretaria Regional de Ensino Metropolitana C, cuja sede está localizada em Belo Horizonte.

¹ Em alguns documentos consultados e até mesmo em algumas placas da penitenciária, o nome de José Maria Alkmin aparece grafado Alckmin, porém, nos documento oficiais do homenageado, o nome dele é grafado sem a letra C, por uma questão de padronização, neste trabalho usaremos sempre a grafia José Maria Alkmin.

Compreendendo essa organização, as escolas inseridas nas unidades prisionais têm disposição administrativa semelhante às outras escolas fora desse sistema e encaram os mesmos problemas enfrentados na área da educação, que são principalmente a infrequência e evasão escolar. No caso do objeto deste estudo, a infrequência destaca-se por ser algo comum e acentuado.

Pensar em infrequência escolar dentro de uma unidade prisional parece um contrassenso, pois, pelo imaginário geral, o aluno em privação de liberdade está à disposição e não tem outros compromissos sociais que justifiquem sua ausência na escola. A realidade, no entanto, é bem diferente, já que o momento fora da cela, que é o momento em que se espera que o preso vá à escola, não é destinado somente a isso. O processo não é automático e eles precisam escolher entre estar em sala de aula ou executar outras atividades nesse único horário vago fora da cela.

Atualmente, segundo dados da própria escola, na Penitenciária José Maria Alkimin estão matriculados 390 alunos, distribuídos nos vários espaços da unidade prisional. Estes múltiplos espaços acabam criando dificultadores e barreiras para o alcance de alunos apenados, uma vez que, existem normas diferentes em cada espaço, dependendo inclusive da organização da equipe de segurança responsável por cada setor.

Diante desse problema apresentado, o pesquisador² foi motivado ao desafio de analisar a infrequência nessa unidade, uma vez que, ele tem uma vivência diária de 13 anos no local – desde o ano de 2005, com a sua entrada no Quadro de funcionários da escola como professor de geografia, cargo que ocupou até o ano de 2012, até os dias atuais, exercendo a função de diretor da escola.

Diante daqueles em privação de liberdade, o pesquisador, como professor, não teve qualquer receio ou reserva para realizar seu trabalho. Inclusive, este não se difere dos locais fora do sistema prisional em que havia trabalhado antes. Assim, não houve susto ao entrar em sala de aula e se deparar com “presos”.

Outra questão importante é uma tendência comum em acreditar que pessoas com privação de liberdade são agressivas e violentas e que o ambiente prisional se

² Apesar da tentativa de afastamento do objeto de pesquisa, o fato de ter como campo de pesquisa o mesmo local de trabalho e a relação com a temática abordada ser tão intensa, em alguns momentos do texto, mesmo esforçando-me para ser impessoal, há passagens que predomina a primeira pessoa do singular, passagens estas em que o pesquisador e o trabalhador misturam-se com o ser humano que também denuncia/anuncia suas experiências vividas.

caracteriza como perigoso. Muitas vezes o pesquisador foi questionado sobre a segurança. Contudo, os alunos recebem bem os professores, apesar de causar estranhamento o ambiente cercado por grades. Ao iniciar a aula, como em outros locais, o conteúdo flui e os alunos são participativos e atentos às atividades pedagógicas desenvolvidas.

Descrito esse cenário e voltando à questão do objeto da pesquisa, os privados de liberdade, conforme o estabelecido no artigo 52, inciso IV, da Lei de Execução Penal, têm direito ao banho de sol, que consiste na saída diária da cela por 2 horas durante o dia (BRASIL, 2019b). Com esse horário em aberto, a administração do presídio organiza os privados de liberdade para participarem das aulas ou escolherem outras atividades disponíveis, como corte de cabelo, ligações para a família, conversas com colegas sobre assuntos não permitidos nas dependências da escola, atividade física, ou fazer as chamadas “correrias”, que é a oportunidade de o aluno conseguir algo de seu interesse.

A partir dessa situação, no qual a escola torna-se uma opção de escolha dos detentos, estes acabam preferindo outras opções em detrimento das aulas, fazendo das salas de aula locais esvaziados, o que contribui para a formação da infrequência escolar, que virou o principal desafio para a educação em unidades prisionais. No caso da unidade objeto da pesquisa, o índice chegou a 55% no ano de 2015; contudo, será analisado o período de 2013 a 2017, para termos uma perspectiva de análise de uma série histórica.

Em anos anteriores, tentou-se conciliar os horários de sol com o horário de aula, colocando os alunos para estudar no turno da manhã e o banho de sol, à tarde, ou vice-versa. Entretanto, devido às questões de segurança do ambiente prisional, não foi possível manter estes horários diferenciados. Para esta pesquisa, essa é uma das hipóteses para justificar a infrequência escolar.

Diante deste contexto, percebe-se a necessidade de entender como se constitui e estabelece o processo de ausência do aluno em privação de liberdade na escola. Assim, surge o questionamento norteador da pesquisa: quais os possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual César Lombroso?

A partir da busca da resposta a questão suscitada, esta dissertação tem como objetivo geral compreender as causas que contribuem para os índices elevados de infrequência. Em consecutivo, tem o objetivo específico de elaborar, mediante as

respostas da pesquisa, um plano de ação que possa contribuir para a diminuição da infrequência dos alunos.

A presente dissertação está organizada em três capítulos, sendo o primeiro focado na apresentação do caso de gestão a ser estudado e o contexto que o caracteriza. Além disso, o primeiro capítulo também se ocupa de mostrar o histórico do surgimento das prisões e como se desenvolveu este processo no Brasil. Neste mesmo capítulo, serão apresentadas as principais legislações para educação em ambientes prisionais em nível federal e estadual – especificamente no Estado de Minas Gerais.

No capítulo dois será apresentada a análise da infrequência na Escola Estadual César Lombroso, trazendo uma discussão teórico-bibliográfica com os seguintes autores: Onofre (2011), Zanin (2005), Pereira (2009; 2011), Foucault (1999), Lage (2012), Amorim-Silva (2016), Oliveira (2012), Carvalho Filho (2002), Goffman (1974) e Lourenço (2007). Tais autores deram suporte para compreender a relação entre a escola e a unidade prisional, além da forma como a educação se estabelece neste contexto.

A coleta de dados para compor a análise proposta, se deu a partir de entrevistas com alunos e agentes penitenciários. As análises destas entrevistas direcionaram para as possíveis causas da infrequência escolar dentro da unidade.

No capítulo 3, apresentamos o Plano de Ação Educacional (PAE), cujo objetivo é contribuir para diminuição da infrequência escolar dentro da unidade prisional em questão.

2 A INSERÇÃO DE ESCOLAS NO SISTEMA PRISIONAL

Este primeiro capítulo tem por objetivo apresentar o caso de gestão investigado pela presente pesquisa, que, por sua vez, procura viabilizar alternativas e estratégias que poderão contribuir para a diminuição do índice da infrequência escolar dos alunos da Escola Estadual César Lombroso. Para contemplar este objetivo, o primeiro capítulo se divide em seis tópicos, que abordam: um breve histórico sobre o surgimento das prisões e a população carcerária no Brasil; uma contextualização sobre educação nas unidades prisionais brasileiras e mineiras; uma descrição da escola citada que está inserida na Penitenciária José Maria Alkimin; e, para finalizar o capítulo, será apresentada uma discussão a respeito da infrequência dos alunos da Escola Estadual César Lombroso.

As pesquisas acadêmicas arroladas para este estudo tratam das temáticas da educação nas unidades prisionais, mas não abordam diretamente a infrequência escolar nestes ambientes. Estas destacam as relações entre a escola e os agentes penitenciários como um fator de obstáculo da frequência escolar do aluno, uma vez que, há uma ideia fixa de que a educação parece incompatível com o ambiente do cárcere; assim, acabam surgindo dificultadores representados por procedimentos internos e regras de confinamento.

Dentro dessa ótica, as instituições carcerárias, que deveriam buscar a ressocialização, têm disponibilizado as aulas aos alunos em meio a regras que não preservam os horários das aulas, criando, assim, dificuldade da frequência, pois a escola é ofertada em paralelo a outros afazeres internos da unidade prisional, assim, as aulas acabam concorrendo com outras atividades como o trabalho. Nesta perspectiva, Julião (2007) salienta que o estudo é visto como mero complemento do trabalho, sendo assim, menos valorizado que o segundo. Neste sentido, é possível dizer que a não valorização dos estudos neste contexto, segue um caminho contrário no cumprimento do objetivo da ressocialização, porque os alunos não são incentivados a participar das aulas.

Não há incentivo, na unidade objeto deste estudo, para que os alunos frequentem as aulas, algo comum no cotidiano das instituições carcerárias que buscam estimular o trabalho do privado de liberdade em detrimento da frequência escolar.

Nesse sentido, a frequência é vista como um prêmio, uma prerrogativa dos mercedores dela, e assim, as aulas não são incorporadas efetivamente às normas das instituições carcerárias. Posto isso, não é raro os casos de atividades da unidade coincidirem com o horário da escola, e os alunos acabam não participando das aulas, surgindo, assim, a infrequência escolar.

A questão da infrequência e evasão escolar, de maneira geral, segundo Pierini e Santos (2016), impedem a concretização do direito à educação, sendo prejudicial a todo o Ensino Fundamental e Médio, quando o aluno tende a definir seu caminho profissional.

A infrequência, ou seja, a falta de frequência adequada pode levar à reprovação, à evasão escolar, à distorção série/idade ou a uma educação de qualidade deficitária. Quando o aluno é reprovado ou está em série inferior ao que deveria estar (distorção série/idade), pode sentir-se desmotivado para continuar estudando e abandona a escola. As excessivas faltas levam a uma descontinuidade do ensino e a perda de parte do conteúdo ministrado pelos professores e isso prejudica a qualidade da educação e da aprendizagem do aluno (a). A infrequência escolar, muitas vezes, leva à evasão escolar que é o abandono, ou seja, a saída definitiva do aluno da escola. (PIERINI; SANTOS, 2016, p. 95).

Por esse ângulo, a escola dentro de unidades prisionais e fora dela comungam com os mesmos problemas; contudo, os motivos da infrequência e evasão escolar são diferentes: enquanto nas instituições de cárceres estão relacionados aos problemas mencionados, ou seja, a priorização do trabalho em detrimento aos estudos; nos locais fora do sistema prisional, para Silveira e Carvalho (2010), os principais motivos são: a necessidade de cuidar de filhos ou parentes, dificuldades em conciliar atividades escolares e trabalho, a desigualdade social e fracassos anteriores nos ambientes social e escolar.

Assim como nas escolas fora do sistema prisional, a infrequência se torna um problema para o desenvolvimento da educação, porém, ela se manifesta de forma diferente. Enquanto fora dos muros, o aluno, por vezes, se torna infrequente pela necessidade de trabalhar, sendo ele o responsável por tomar esta decisão; nas unidades prisionais, os alunos contam com um dificultador, visto que a sua movimentação depende de outra pessoa, ou seja, o agente é quem decide por ele que é necessário que ele trabalhe ou desenvolva outra função no horário que deveria estar estudando.

Para Burgos *et al* (2014) a infrequência e a evasão são momentos interdependentes que costumam fazer parte de um mesmo fluxo de decisões e omissões, que resultam de uma situação que aparece como externa ou alheia à vontade do aluno. Sendo assim, a infrequência pode estar associada a diversos motivos, mesmo que haja diferenças, elas têm causado grandes impactos na educação de maneira geral, impedindo a educação de exercer seu papel transformador.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA PRISÃO E SUA REALIDADE NO BRASIL

A prisão como forma de correção, punição, ressocialização ou como um banimento social esteve presente nos diversos contextos do desenvolvimento humano.

Inicialmente, o ato de prender representava uma punição na qual o próprio encarceramento era o meio, não o fim. Assim, esquecia-se a existência do ser em determinados locais para ali aplicar penas cruéis para sua punição; dessa forma, os espaços destinados ao cumprimento da pena aconteciam em calabouços, ruínas e até em torres de castelos, de forma que o indivíduo punido não tivesse conforto algum nas estruturas do confinamento.

Segundo Carvalho Filho (2002), as masmorras eram exemplos desses ambientes usados como cárcere; havia nelas condições insalubres, os presos adoeciam e chegavam a morrer acometidos por doenças, mas isso era parte do processo do tormento físico. Como o espaço representava o meio para a punição, era comum não haver qualquer iluminação ou condições de higiene ao condenado.

Sabadell (2009) destaca que, historicamente, pensou-se em várias formas de segregação punitiva, como a retirada do indivíduo do meio social, aplicando a ele a pena de exílio, de morte ou de banimento, bem como deixando a pessoa na sociedade com alguma marca que permita reconhecê-la como criminosa, provocando medo e/ou vergonha, tais como as penas de amputação ou confisco de bens. Outra forma usada era a própria exclusão do indivíduo da sociedade, criando muros, que podem ser prisões ou casas de trabalho fechadas para o apenado.

A prisão como penitência se revelou na Igreja Católica (CHIAVERINI, 2009). Esta instituição, que se apresentava como paralela ao Estado Absolutista da Idade Média, tinha seu próprio corpo organizado de julgamento e punição, o chamado

Santo Ofício. Havia a compreensão de que cabia à Igreja Católica o julgamento dos indivíduos desviantes das normas e costumes da sociedade.

Como observa Chiaverini (2009), existiam dois tipos paralelos de encarceramento: o presente nos Estados e o Eclesiástico, sendo o Estado aquele responsável pela custódia que culminava no julgamento com posterior encarceramento. Enquanto na Igreja Católica, o cárcere se destinava aos clérigos, que ficavam trancados, enclausurados nos mosteiros para que, assim, pudessem se arrepender do desvio cometido. Foi assim que surgiu o termo “penitenciária”.

A prisão, como conhecemos hoje, foi fruto de uma evolução somada ao desenvolvimento da noção de indivíduo, seu direito como ser e as influências políticas e históricas daquilo que se convencionou chamar de Idade Moderna. Assim, Foucault (1999) explica que, por influência da noção de indivíduo e Estado surgida da ascensão da burguesia após a Revolução Francesa, a prisão deveria inculcar ao transgressor da sociedade uma punição na alma e não no corpo.

Na obra *A prisão*, Carvalho Filho (2002) demonstra que no período colonial brasileiro não havia propriamente uma preocupação com a prisão; normalmente, as cadeias eram um amontoado de detentos em locais pequenos e insalubres, algo muito parecido com as masmorras da Idade Média; assim, era comum na colônia açoites nos escravos, torturas, ferros quentes e outras penas cruéis voltadas aos presos. Somente nos anos 50 do século XVIII foram criadas Casas de Correção nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que se assemelhavam à noção de prisão presente na Europa. O autor explica que esse momento marcou a entrada do Brasil na era da modernidade punitiva.

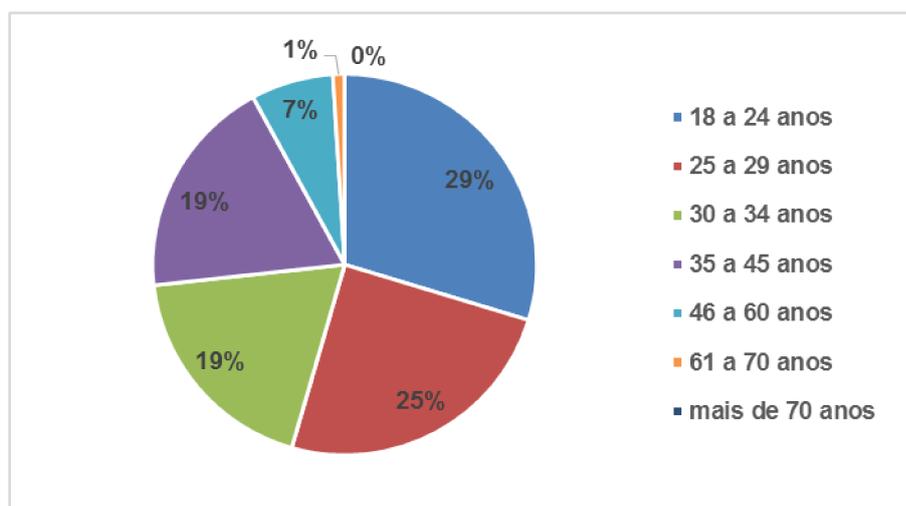
Apesar das diversas influências europeias e americanas, o sistema penitenciário brasileiro teve preponderância dessas primeiras experiências do Rio de Janeiro e de São Paulo. De lá para cá, as alterações marcantes aconteceram no sistema penal, que recebeu diversas atualizações e condicionou a adaptação do sistema penitenciário brasileiro às normas internacionais cogentes, o que contribuiu para origem do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, presente no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, fruto das diversas lutas contra tratamento desumano e tortura marcados no Regime Militar.

O sistema penitenciário brasileiro é um assunto de preocupação nacional, principalmente porque com uma população total de 208,4 milhões de pessoas, há mais de 726.712 mil pessoas vivendo em prisões – destes, 689.510 mil estão no

Sistema Penitenciário, 36.765 mil em carceragens de delegacias e 437 no Sistema Penitenciário Federal. Há um déficit total de 358.663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 172% (BRASIL, 2016). Este fato refere-se à ocupação média que representa a divisão do espaço destinado aos presos pelo número de presos, como disposto no artigo 88 da Lei de Execução Penal, que dispõe sobre a área mínima de uma cela para um preso que deve ser de 6m².

Seguindo os dados disponibilizados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2016 e representados no Gráfico1, a seguir, 30% das pessoas privadas de liberdade têm idade entre 18 e 24 anos e 25% têm idade entre 25 e 29 anos, representando mais da metade da população privada de liberdade (BRASIL, 2017). Essas faixas etárias no censo de 2010 representavam aproximadamente 26,8% da população brasileira (IBGE, 2019), o que possibilita concluir que existe um número expressivo de jovens em privação de liberdade.

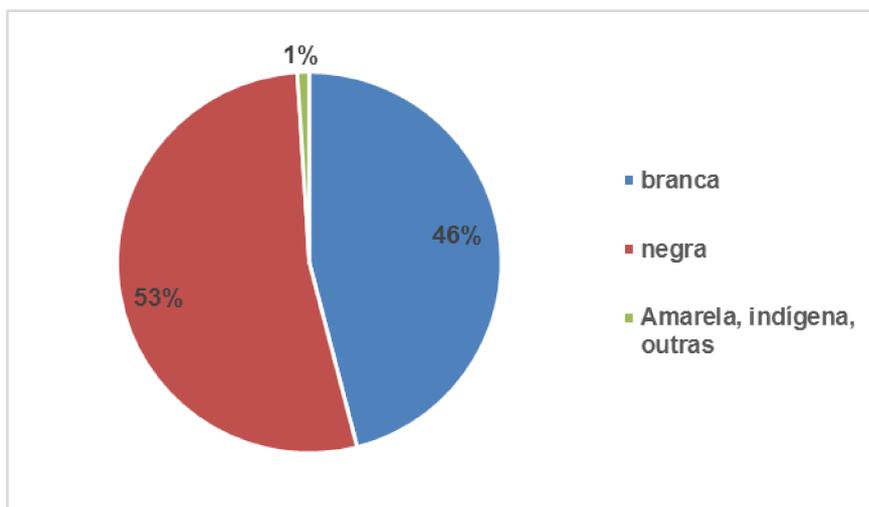
Gráfico 1 - Perfil dos presídios brasileiros por idade – 2016



Fonte: Brasil (2016, p. 30).

Comparando os dados do Gráfico 1 aos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebemos que a população brasileira acima de 18 anos, em 2015, se constitui por 53% negros e 46% brancos (IBGE, 2019), conforme o Gráfico 2 a seguir:

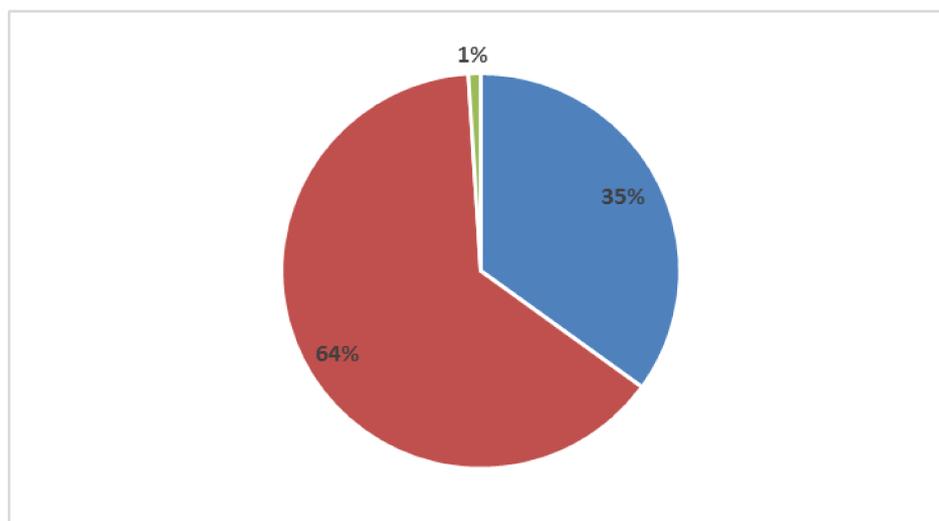
Gráfico 2 - População brasileira acima de 18 anos – 2015



Fonte: IBGE (2019) adaptado pelo autor.

Analisando o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil apresentada no Gráfico 3, a seguir, é verificada uma desigualdade em relação à raça, cor ou etnia, sendo 64% da população do sistema prisional composta por negros, enquanto a população branca representa 31% (BRASIL, 2016).

Gráfico 3 - População no Sistema Prisional por raça, cor ou etnia – 2016



Fonte: Brasil (2016, p. 32).

A população carcerária brasileira está dividida em vários estabelecimentos pelos estados brasileiros, sendo classificados nas categorias de penitenciárias, presídios, cadeias públicas e albergues. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, 2015), o que define os tipos de

estabelecimentos penais é a finalidade original da unidade penitenciária destinada aos condenados a cumprir pena no regime fechado, enquanto as colônias agrícolas, industriais ou similares atendem no regime semiaberto. Já as casas de albergados são os que integram o regime aberto (BRASIL, 2018).

De acordo com a Lei de Execução Penal (BRASIL, 2019b), as unidades são estabelecidas nos artigos 87, 91, 93 e 96 ao 102.

Art. 87. A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

Art. 93. A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

Art. 96. No Centro de Observação realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.

Art. 102. A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios. (BRASIL, 2019b, recurso online).

As penitenciárias podem ser subdivididas com base no nível de segurança levando-se em consideração a periculosidade e o tipo de pena do condenado. Segundo o Observatório de Segurança Pública da Universidade Estadual Paulista (2018), as penitenciárias podem ser divididas em:

A) Penitenciárias: Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado;

A.1) Penitenciárias de Segurança Máxima Especial: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados exclusivamente de celas individuais;

A.2) Penitenciárias de Segurança Média ou Máxima: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados de celas individuais e coletivas. (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, recurso online).

O cenário a seguir, exposto na Tabela 1, a seguir, apresenta o número de estabelecimentos penais e o déficit de vagas destinadas para cumprimento de pena no ano de 2018. Nele, conferimos uma situação que pode ser considerada como superpopulação carcerária, uma vez que, quando comparamos o número de vagas destinadas para o cumprimento de pena para os privados de liberdade (412.685) ao

número de presos (684.957), podemos apontar que o déficit de vagas no sistema penal é de 272.272 em relação às vagas disponíveis.

Quadro 1 - Quadro de estabelecimentos por disponibilidade de vagas - 2018

Estabelecimentos	Vagas	Presos	Déficit de Vaga
2.633	412.685	684.957	272.272

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2019) adaptado pelo autor.

Quando se examina o número de presos separados, conforme o tipo de estabelecimentos penais, verifica-se uma situação de um grande número de “presos provisórios”, ou seja, em situação considerada como excepcionalidade – cerca de 245.343 –, aquilo que é chamado de prisões cautelares e temporárias que não se enquadram na normalidade do Sistema Prisional. Por outro lado, há 320.740 presos em regime fechado, 112.841 presos em regime semiaberto e 9.670 presos em regime aberto. O Quadro 2, a seguir, sistematiza estes dados:

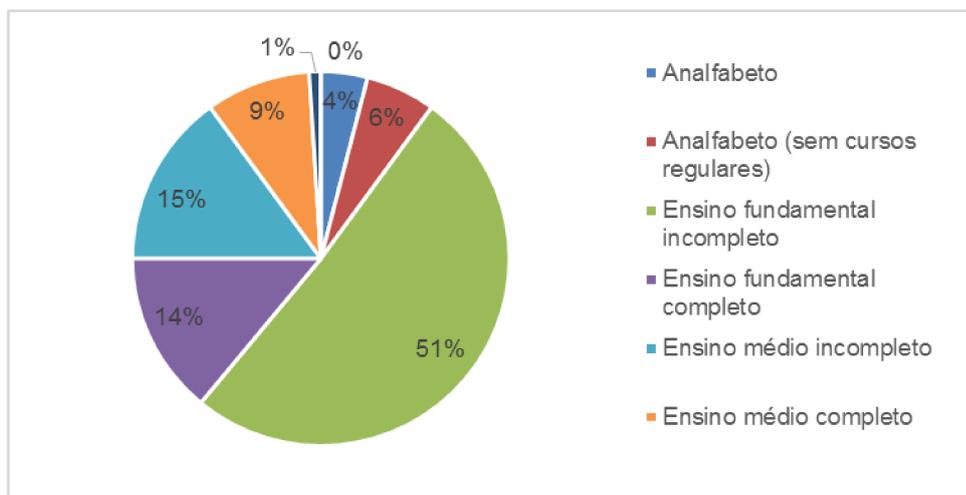
Quadro 2 – Quadro de estabelecimentos por disponibilidade de vagas

Presos em Regime Fechado	Presos em Regime Semiaberto	Presos em Regime Aberto	Presos Provisórios	Presos em Prisão Domiciliar	Total	Interno cumprindo Medidas de segurança
320.740	112.841	9.670	245.343	5.751	694.345	3.165

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2019) adaptado pelo autor.

Voltando aos dados disponibilizados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado em 2016 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a população em privação de liberdade no Brasil tem um baixo grau de escolaridade, sendo 10% de analfabetos, 75% sem acesso ao Ensino Médio e apenas 24% com a formação formal concluída (BRASIL, 2017). Todos estes estabelecimentos compõem a população carcerária, conforme demonstrado mais detalhadamente no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Escolaridade da população em privação de liberdade – 2016



Fonte: Brasil (2016, p. 33).

De acordo com o levantamento do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os encarcerados no Brasil, em geral, apresentam um perfil de pessoas que cometeram crimes mais visíveis ou mais violentos e passaram pelos filtros do sistema de justiça criminal. Ao colocar isso em seu relatório, o Ministério da Justiça visa o porquê de as pessoas permanecem presas (BRASIL, 2016).

Analisando os dados apresentados pelo Relatório do Ministério da Justiça (BRASIL, 2016), assim como os dados do Conselho Nacional de Justiça, o que impacta um observador atento é o fato de que 40% das pessoas privadas de liberdade estão sem condenação, enquanto outros 38% representam sentenciados em regime fechado, 15% de sentenciados em regime semiaberto e 6% em regime aberto. Cabe esclarecer que o Código de Processo Penal, no artigo 132, autoriza a prisão cautelar, desde que haja justificativa para o encarceramento. Os dados apresentados nesta seção confirmam a importância de usar o cárcere como oportunidade de educação.

2.2 EDUCAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS BRASILEIRAS

A educação em ambiente prisional no Brasil foi regulamentada a princípio pelo Decreto nº 8386/1882, que editou o regulamento para a Casa de Correção da Corte, instituindo o regime moral, regime religioso e escolar (BRASIL, 1882). A Casa

de Correção da Corte também era chamada de Casa de Correção do Rio de Janeiro. O Decreto em sua seção 3ª ressalta sobre a frequência além da compressão do ensino.

Art. 281. A instrução escolar é confiada a um preceptor e dada simultaneamente aos presos, reunidos por classes na escola.

Art. 282. O ensino compreende:

Leitura.

Escrita.

Aritmética elementar.

Noções rudimentares de gramática.

Art. 283. A frequência da aula é obrigatória para os presos, sem prejuízo da disciplina do estabelecimento, e ficando salvas as dispensas concedidas pelo diretor.

Art. 284. O preceptor pode excluir da aula o preso que proceder de modo inconveniente, comunicando ao diretor para a punição que a falta exigir.

Art. 285. O preceptor é ajudado pelo capelão no ensino de moral, religião e regras de civilidade. (BRASIL, 1882, recurso online).

Um aspecto chama atenção no Decreto nº 8.386/1882, que é a importância dada à biblioteca e à garantia da leitura no ambiente prisional – algo que, no período imperial, em termos de privação de liberdade não se dava atenção devido à compreensão da correção associada à ideia de prisão e segurança.

Art. 286. Haverá uma sala, onde á noite e a hora fixada pelo diretor se reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3ª classe da divisão criminal.

Art. 287. Nesta sala poderá haver uma biblioteca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os graus de inteligência e disposições moral de cada um.

Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo capelão ou outro empregado designado pelo diretor, em voz alta, acompanhada de instruções familiares aqueles que não puderem aproveitá-la individualmente.

Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de mau tempo ou de outras circunstâncias, forem suspensos os passeios. (BRASIL, 1882, recurso online).

Com o código penal de 1890 (BRASIL, 1890), mudanças foram realizadas no Regulamento para a Casa de Correção, ampliando os conteúdos para noções de geografia, história pátria e dos direitos e deveres morais e políticos.

Nesse ângulo de compreensão da educação no sistema prisional, associando a educação à prisão, incentivando atividades de cunho religioso e moral dentro de unidade prisionais, a Organizações das Nações Unidas (ONU) editou as Regras

Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros de 1955, que se tornaram a baliza internacional para o tratamento de presos. Elas foram adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes. Em sua regra, de número 77, dispõe-se:

1. Devem ser tomadas medidas para melhorar a educação de todos os presos em condições de aproveitá-la, incluindo instrução religiosa nos países em que isso for possível. A educação de analfabetos e presos jovens será obrigatória, prestando-lhe a administração especial atenção.
2. Tanto quanto possível, a educação dos presos estará integrada ao sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, a sua educação. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1977, recurso online).

As Normas Gerais do Regime Penitenciário foram instituídas pela Lei nº 3.274/1957 (BRASIL, 1957). Dentre elas, foi estabelecida a educação moral, intelectual, física e profissional dos sentenciados, ampliando, assim, o programa curricular de ensino usado no ambiente prisional, uma vez que, a educação proporcionada dentro das instituições penitenciárias no Brasil tinha, até então, uma metodologia voltada apenas para uma educação como instrumento de correção do preso e não havia uma preocupação com sua reinserção na sociedade. Com a criação da Lei nº 710/1984, a Lei de Execução Penal, foi criado um marco no respeito ao cumprimento de pena de forma digna, possibilitando aos privados de liberdade a ressocialização (BRASIL, 2019b). A LEP prevê a educação no sistema prisional no capítulo que contempla a assistência nos artigos 17 a 21.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015).

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 2o Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 3o A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 2019b, recurso online).

Estes artigos implementam a assistência educacional nas unidades prisionais e observa-se uma preocupação com desenvolvimento educacional, aprimoramento e formação profissional dos presos – algo que, até então, era inexistente. Há uma evolução da ideia de ressocialização do preso, no caso, através de educação; se antes estava associada ao fomento do cidadão, agora incrementa com a formação profissional e preocupação com o pós-encarceramento.

O acesso do preso à instrução escolar e formação profissional é determinado pela LEP, como obrigatório no sistema penitenciário, e há uma integração ao sistema de educação nacional. Assim, há a eliminação da distinção entre o ensino regular e aquele ofertado nas unidades prisionais. Para isso acontecer, a educação é estabelecida dentro da ótica das responsabilidades dos entes federativos, possibilitando a continuação dos estudos do apenado durante e após cumprimento da pena.

Na perspectiva de reafirmar a Lei nº 710/1984, a Constituição de 1988 expressa o direito à educação sem qualquer distinção dos sujeitos de direito, tendo garantido aos privados de liberdade o acesso à educação (BRASIL, 2019b). Por conseguinte, a escola deve estar disponível como um direito a todos os cidadãos, não se configurando como privilégio ou prêmio para alguns.

Nessa perspectiva, a educação se apresenta inclusive com a possibilidade de o condenado remir parte do tempo da pena pelo estudo, algo assegurado pela Lei Federal nº 12.433/2011, que estabelece a remissão da pena através da participação do estudo, sendo este confirmado através da frequência escolar (BRASIL, 2011).

Assim, o Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 341 destaca que “a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob o regime fechado ou semiaberto” (BRASIL, 2007a, recurso online).

Com relação à educação, Onofre (2015) compreende que educar indivíduos em privação de liberdade é um processo singular e complexo:

Pensar a educação para pessoas em situação de privação e restrição de liberdade pressupõe compreender que esta educação acontece em um espaço peculiar, onde se encontram duas lógicas opostas ao que significa o processo de reabilitação: o princípio fundamental da educação, que é por essência transformadora, e a cultura prisional, que visa adaptar o indivíduo ao cárcere. Tomando-se por esse ângulo, estamos diante de uma situação paradoxal, e um dos desafios a ser enfrentado é o de encontrar caminhos para o desenvolvimento de uma educação emancipadora em um espaço historicamente marcado pela cultura da opressão e repleto de contradições: isola-se para (re)socializar, pune-se para reeducar. (ONOFRE, 2015, p. 240).

Nesta perspectiva, tem-se a educação como meio possível de uma (re)socialização e um maximizador da cidadania, além de um facilitador da adaptação do preso ao cárcere, assim como é um desafio pela educação de pessoas em privação de liberdade o fato de estar inserida em um espaço da cultura de opressão.

De acordo com Onofre (2015), há que se buscar entender os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e os limites que a situação impõe sobre um trabalho educacional diferenciado para este público, respeitando os limites impostos pelo sistema e, ao mesmo tempo, criando expectativas de uma vida diferente após o cumprimento da pena.

Seguindo o comando constitucional de educação como direito, foram estabelecidas as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, criadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) através da Resolução nº 14/1994 para a oferta dos cursos de alfabetização:

DAS INSTRUÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Art. 38. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam.

Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos.

Art. 41. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.

Art. 42. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão,

Sem prejuízo da disciplina e da segurança do estabelecimento. (BRASIL, 1994, recurso online).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2019a) e a Resolução estabelecerem a educação para todos, porém, não há uma norma sobre a educação em prisões, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) foi utilizada como parâmetro para criação de diretrizes para a educação em unidade prisionais, uma vez que nela é contemplada a EJA.

Em função da inexistência de diretrizes referentes à educação em prisões dentro da LDB, ao limbo normativo e buscando atender às necessidades estabelecidas pela Constituição de 1988, foi editado o Plano Nacional da Educação (PNE) 2001-2010 (BRASIL, 2001). Neste, houve uma preocupação de contemplar a educação em prisões através da EJA que, na lista de objetivos e metas da modalidade EJA, estabelece que “em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, de programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional” (BRASIL, 2001, p. 75). Isso posto, a meta contribuiu para as discussões acerca da educação em prisões e para o entendimento de ser uma modalidade de jovens e adultos.

No ano de 2006, foi concluído o Plano Nacional de Educação em Direitos Humano (PNEDH), criado em parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça. O PNEDH é uma política pública que visa efetivar a educação e auxiliar no PNE no cumprimento das metas e possibilitar a inserção da temática de Direitos Humanos na educação como possibilidade de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Desse modo, o PNEDH estabelece na meta 20:

Promover e garantir a elaboração e a implementação de programas educativos que assegurem, no sistema penitenciário, processos de formação na perspectiva crítica dos direitos humanos, com a inclusão de atividades profissionalizantes, artísticas, esportivas e de lazer para a população prisional. (BRASIL, 2007b, 34).

Somente em 2009, com a elaboração das Diretrizes Nacionais para Educação no Sistema Prisional, houve uma articulação em nível federal para efetivação do direito à educação para aquelas pessoas em privação de liberdade, neste sentido, foram percebidas mudanças na educação oferecida para a população carcerária.

A partir dessa ação, o Ministério da Justiça publicou as novas diretrizes, expressas na Resolução nº 3/2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 3º - A oferta de educação no contexto prisional deve:

I – atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão; e c) aspectos pedagógicos;

II – resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, dos gestores estaduais e distritais da Educação e da Administração Penitenciária, dos Municípios e da sociedade civil;

III – ser contemplada com as devidas oportunidades de financiamento junto aos órgãos estaduais e federais;

IV – estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais; e

V – promover, sempre que possível, o envolvimento da comunidade e dos familiares do(a)s preso(a)s e internado(a)s e prever atendimento diferenciado para contemplar as especificidades de cada regime, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas. (BRASIL, 2009, p. 1).

Houve, com este dispositivo, a determinação de ações voltadas para a educação no contexto prisional, buscando em conjunto com a sociedade civil e com o poder público uma educação voltada às necessidades e adaptada ao contexto prisional. Algo novo, porque além de indicar funções, papéis, responsabilidades, houve, ainda, a inserção da sociedade civil na propositura, avaliação e gestão das políticas públicas da educação para pessoas em privação de liberdade.

Nesta mesma perspectiva, em 2010, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) atribuiu a responsabilidade do Estado e da sociedade na garantia ao direito à educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais, conforme os artigos subsequentes da Resolução CNE/CEB nº 02/2010.

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos privados de liberdade em estabelecimentos penais, na forma desta Resolução.

Art. 2º As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL, 2010, recurso online).

Contudo, é possível afirmar que o panorama atual da educação escolar nas prisões tem demonstrado fragilidades e necessidades emergentes. A partir da legislação e das diretrizes nacionais vigentes, no entanto, apresentam-se possibilidades de implementação de uma política pública articulada pedagogicamente à execução penal.

2.3 EDUCAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS

No ano de 1938 foi criada a primeira penitenciária do Estado de Minas Gerais, no Município de Ribeirão das Neves, cidade pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte. A princípio denominada Penitenciária Agrícola de Neves, posteriormente recebeu o nome de Penitenciária José Maria Alkimin. Nesse local foram iniciadas as primeiras experiências de educação em prisões. Inclusive, isso fez com que, ao longo dos anos, a penitenciária se tornasse uma referência para abertura de escolas em outras unidades prisionais do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, o Estado se organizou para oferecer educação em mais unidades, celebrando, através de instrumento jurídico chamado de Termo de Cooperação Técnica (TCT), uma parceria entre Secretaria de Educação e Secretaria

de Defesa Social (Seds), que garante o oferecimento de educação formal nas unidades prisionais.

Em 2016, foi celebrado o TCT vigente entre a Seds, atual Secretaria de Estado de Atendimento ao Preso (Seap) e a SSE/MG, com as estipulações das atribuições de cada secretaria e com a finalidade de propiciar a educação básica nas escolas estaduais das unidades prisionais, com a exclusão das escolas abrangidas pelo sistema de parceria público/privado. Segundo o Termo de Cooperação Técnica (MINAS GERAIS, 2016), a Secretaria de Estado da Educação tem atribuições voltadas à gestão do corpo técnico e à capacitação do Quadro dos servidores das escolas, o fornecimento de material didático e físico de suporte às aulas, a disponibilização de internet e equipamentos tecnológicos, a manutenção dos equipamentos utilizados nas aulas, a gerência de conservação e limpeza dos espaços utilizados pelas escolas, além do fornecimento de merenda escolar para os estudantes e o gerenciamento e articulação do espaço escolar com demais programas da Secretaria de Estado de Atendimento ao Preso.

Ainda no Termo de Cooperação (MINAS GERAIS, 2016), as atribuições da Secretaria de Estado de Defesa e Secretaria Estado de Atendimento Penitenciário são relacionadas ao apoio das atividades da escola e à participação no planejamento e avaliação de aprendizagem, tendo como foco as garantias do cumprimento das ordens judiciais, além de participação da seleção de servidores do SEE/MG, estabelecendo e orientando sobre as normas e procedimentos de segurança. Também devem garantir aos servidores das escolas a capacitação técnica, a disponibilização de vale transportes e a alimentação, nos casos daqueles que trabalhem em pelo menos dois turnos. Com relação ao espaço físico, o Seds e Seap devem garantir o espaço físico para as escolas, prover de monitoramento de segurança e controle de acesso à internet, responsabilizar pelos gastos com telefonia, água e luz dos prédios e, quando necessário, a disponibilização de veículo para uso do corpo administrativo.

Por fim, o Seds e o Seap devem, em conjunto com a SEE/MG, realizar atividades que reduzam a vulnerabilidade e contextos de violência nas escolas, desenvolver projetos que favoreçam o retorno do apenado ao ensino regular e acompanhar o cumprimento das medidas alternativas nas escolas, além de dialogar e criar linhas de interlocuções com os profissionais da educação para o acompanhamento da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Dentro do sistema de parceria público, o consórcio de Gestores Públicos Associados (GPA) é o grupo que coordena o primeiro presídio público privado do Brasil; nesse complexo há três escolas. A finalidade social e legal do Termo de Cooperação Técnica é garantir que a população privada de liberdade tenha seus direitos como cidadãos, fornecendo meios para que os indivíduos possam progredir no trabalho e nos seus estudos após o cumprimento da sentença.

Ainda no âmbito do Estado, foi criado, em 2015, o Plano Estadual de Educação em Prisões, para apresentação ao Ministério de Educação (MEC) e Ministério da Justiça; ele traça um perfil da educação em unidades prisionais, com o intuito de angariar apoios técnicos e financeiros para as ações desenvolvidas dentro das unidades prisionais.

As Tabelas a seguir demonstram o número de unidades e escolas que atendem aos privados de liberdade no Estado de Minas Gerais no ano de 2017, incluindo a educação não formal, que é aquela educação oferecida pelo terceiro setor, como organizações sociais, movimentos não governamentais representados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras entidades filantrópicas.

O Quadro 3 apresenta o número de alunos no sistema carcerário de Minas Gerais no ano de 2017:

Quadro 3 - Indivíduos privados de liberdade estudando em Minas Gerais - 2017

Mês	Educação Básica	Educação Não Formal	Educação Profissional	Educação Superior	Total
Dezembro/2017	7.891	331	208	118	8.548

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização (2018) adaptado pelo autor.

O Quadro 3 evidencia o número de privados de liberdade que estudavam dentro das unidades prisionais de Minas Gerais no ano de 2017. Os números mostram a educação básica como a modalidade com mais matriculados pela população de privados de liberdade, seguido pela educação não formal, que oferece os cursos livres aos sentenciados.

Esse elevado número na educação básica é alcançado devido à parceria com a Secretaria Estadual de Educação, que é responsável pelas escolas nas unidades prisionais em Minas Gerais. Além disso, o baixo número de presos que estão na educação superior é devido ao pouco interesse das instituições superiores em

investirem nas matrículas da população de privados de liberdade e falta de infraestrutura para educação à distância dentro das unidades prisionais.

O Quadro 4, a seguir, mostra o número de escolas dentro do sistema prisional mineiro, apontando também aquelas escolas que funcionam como segundo endereço dentro das unidades, ou seja, não são escolas próprias, e sim, anexos de outras escolas. Normalmente, estas escolas têm poucas salas de aula dentro das unidades devido à sua característica de ser parte de outra instituição e não contam com estrutura administrativa escolar dentro das unidades prisionais.

Quadro 4 - Escolas dentro de unidades prisionais em Minas Gerais – 2017

Escolas no Sistema Prisional	Número de Unidades	
	Escolas Criadas	35
Escolas 2º Endereço	86	69,4%
Escola Particular	3	2,4%
Total	124	100%

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização (2018) adaptado pelo autor.

A criação de uma escola dentro de unidades prisionais passa pela avaliação da SEE/MG em conjunto com a Seap, sendo esta última responsável pela estrutura física das escolas. Assim, a Tabela 4 retrata que o número de escolas criadas é menor em relação ao 2º endereço; isso se dá, pois as unidades prisionais não têm estrutura física para abrigar uma escola ou não têm número suficiente de alunos para criação de uma escola.

As escolas de 2º endereço têm mais que o dobro de outras escolas dentro de unidade prisionais, porque correspondem àquelas escolas que existem fora dos muros das unidades prisionais e têm salas nos presídios para atender aos privados de liberdade.

As três escolas particulares mostradas na Tabela 4 correspondem às escolas na unidade prisional com parceria público-privado, localizada no Município de Ribeirão das Neves, e esta parceria é a única no Estado de Minas Gerais.

O Quadro 5, a seguir, apresenta o número de indivíduos privados de liberdade que estudam no Município de Ribeirão das Neves no ano de 2017:

Quadro 5 - Indivíduos privados de liberdade estudando no Município de Ribeirão da Neves/MG - 2017

Mês	Educação Básica	Educação Não Formal	Educação Profissional	Educação Superior	Total
Dezembro/2017	1.486	180	25	26	1.717

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização (2018) adaptado pelo autor.

O Quadro 5, em comparação com o Quadro 3, indica que 20% da população carcerária do Estado de Minas Gerais que estuda em alguma das modalidades apresentadas estão no Município de Ribeirão das Neves, o que pode ser explicado pelo fato de a cidade ser a que possui mais estabelecimentos prisionais no Estado, sendo seis unidades masculinas, uma feminina e uma socioeducativa.

Por fim, a realidade da educação nas unidades prisionais no Estado de Minas Gerais está ligada às experiências dos estabelecimentos localizados em Ribeirão da Neves – inclusive, neste, temos a percussora da educação em unidades prisionais e a única do sistema público-privado. Houve muitos avanços na oferta da educação nas unidades prisionais, no entanto, ainda há muito a melhorar, como, por exemplo, o número de indivíduos privados de liberdade matriculados no ensino superior.

2.4 A ESCOLA NA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN

A primeira intervenção educacional na unidade prisional aconteceu de forma filantrópica, com freiras que prestavam assessoria aos "presos" sem regulamentação da SEE/MG. Somente em 7 de agosto de 1965 foi autorizada a criação da escola com o nome César Lombroso, na qual acolhiam turmas das séries iniciais, ou seja, de 1ª a 4ª séries; uma vez que, ao longo do tempo, foram sendo ampliadas, passando, assim, a oferecer as classes para o Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Em 2007, a escola passou a adotar a metodologia da EJA.

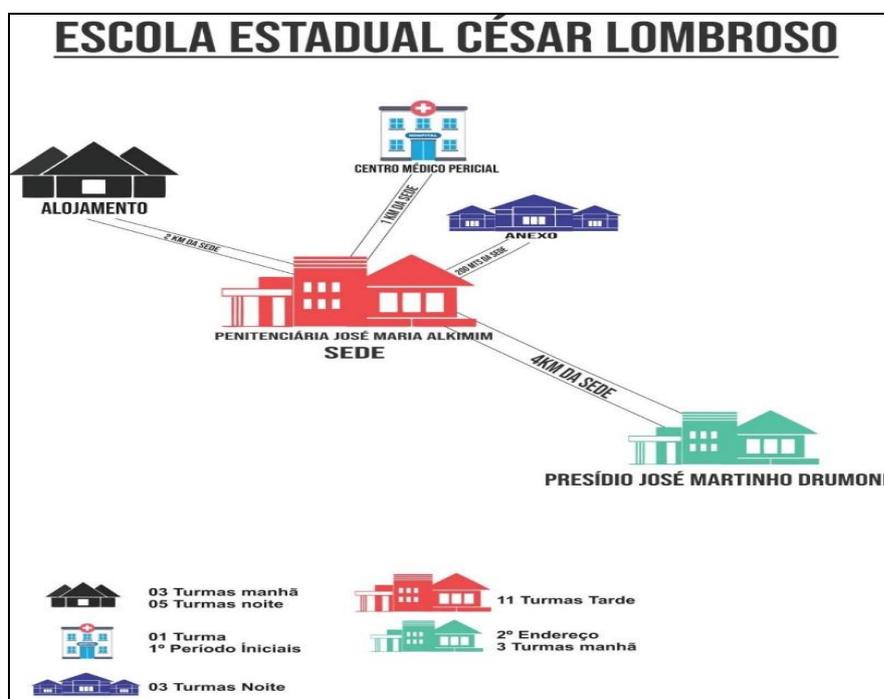
A escola pode ser considerada como espaço de diálogo e reflexão no interior das prisões, desde que compreenda as particularidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando uma sociedade menos desigual, sendo importante a participação do Estado na tarefa de garantir o direito de educação para todos/as, inclusive para os grupos menos privilegiados, marginalizados e excluídos pela sociedade. Essa educação não deve ser pautada na compensação de uma eventual experiência fracasso escolar, mas

deve respeitar o conhecimento e a experiência de vida que o/a aluno/a adulto/a traz consigo. (MENOTTI; ONOFRE, 2014, p. 134).

Assim, a escola deve ser considerada como ambiente para oferta e local para adquirir cidadania, permitindo que as pessoas se desenvolvam e sejam capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária, ao mesmo passo que a educação para privados de liberdade deve preparar o indivíduo para o convívio social fora dos muros da prisão.

O Esquema 1, a seguir, apresenta o Mapa da Escola Estadual César Lombroso, que funciona na Penitenciária José Maria Alkimin:

Esquema 1 - Mapa da Escola Estadual César Lombroso - 2018



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No ano de 2018, a escola atendeu a 460 estudantes, sendo que na sede há 280 alunos, este número representa cerca de 15% da população carcerária da Penitenciária José Maria Alkimin. Para realizar o atendimento a estes alunos são disponibilizados 42 profissionais para a escola, como está discriminado no Quadro 6, que será apresentado a seguir.

Em relação à contratação de profissionais para trabalhar na escola, são feitas através do processo de designação realizado pela SEE/MG. No ano de 2019, a designação foi orientada pela Resolução nº 3.995/2019, com quatro etapas: 1ª

Etapa: Constar na listagem geral do município; 2ª Etapa: Apresentação de documentos (todos documentos pessoais, atestado de antecedentes criminais, Currículo); 3ª Etapa: Análise do currículo, entrevista realizada por equipe multidisciplinar composta pela direção da escola e representante da SRE, além de dois representantes da Seap e 4ª Etapa: Investigação Social realizada pela Seap.

Após a investigação, o candidato é liberado para assinar o contrato de um ano, tendo a ciência que caso não respeite as normas de segurança poderá ser dispensado a pedido da direção da unidade. Diferente dos Estados do Paraná, Roraima, Bahia, Pará, Amapá e Pernambuco onde trabalhadores da educação que exercem suas atividades em unidades prisionais têm direito a receberem adicional ou gratificação pelo local de trabalho, Minas Gerais não estabeleceu gratificação devido ao local de trabalho.

No caso do Paraná, a Educação de Jovens e Adultos que acontece no sistema prisional é sempre com professores do Quadro próprio do magistério do Estado e que participaram de editais específicos para atuarem nos espaços de privação de liberdade. Até a publicação da Lei nº 19.130/2017 (PARANÁ, 2017), estes profissionais recebiam em torno de 130% sobre o salário pago pela educação. A gratificação é paga pela secretaria parceira, no caso a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Após a Lei, os profissionais que forem selecionados para atuarem no sistema prisional e também socioeducativo, passarão a receber um valor fixo de Gratificação Intramuros (Graum). Os profissionais que já estavam atuando no sistema antes da publicação da lei, continuam recebendo o valor antigo da gratificação intramuros.

Em relação à escolha de diretores para escolas que atendem exclusivamente a privados de liberdade, esta é feita através de indicação pelo diretor da unidade prisional juntamente com o superintendente regional de ensino, ocorrendo nos períodos de escolha de diretores para as escolas fora das unidades prisionais.

O Quadro 6, conforme já mencionado, apresenta o número de profissionais que trabalham na Escola Estadual César Lombroso:

Quadro 6 - Número de profissionais da Escola Estadual César Lombroso – 2018

Função	Quantidade
Diretor	1
Vice-Diretor	1
Supervisor (Pedagogo)	2
Auxiliares de Secretaria	5
Assistente de biblioteca	3
Professor eventual	1
Professor de Matemática	5
Professor de Português	4
Professor de Geografia	2
Professor de História	3
Professor de Ciências/Biologia	2
Professor de Ed. Física	1
Professor de Ensino Religioso	1
Professor de Física	1
Professor de Artes	1
Professor de Sociologia	1
Professor de Filosofia	1
Professor de Física	1
Professor de Artes	1
Professor dos Anos Iniciais	5
Total	42

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As aulas na unidade acontecem todos os dias com duração de três horas em cada turno dividido em quatro módulos de quarenta e cinco minutos. O número de aulas de cada disciplina obedece a grade curricular orientada pela SEE/MG, como mostram as imagens a seguir.

Imagem 1 - Matriz Curricular Anos Iniciais

MATRIZ CURRICULAR - CURSO PRESENCIAL													
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 2018													
ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO													
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO			4º PERÍODO		
		A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM
	LÍNGUA PORTUGUESA	05	100	75	04	80	60	05	100	75	04	80	60
LINGUAGENS	ARTE	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	80	60	05	100	75	04	80	60	05	100	75
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	GEOGRAFIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
ENSINO RELIGIOSO		01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA		01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
CONTEUDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS				100			100			100			100
TOTAL		20	400	400	20	400	400	20	400	400	20	400	400
LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS								M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS					
HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS													
INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS							SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS						
MÓDULO- AULA: 45 MINUTOS													
CARGA HORÁRIA DIÁRIAS PRESENCIAL: 180 MINUTOS - CARGA HORÁRIA TOTAL: 1200 HORAS													
EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física a fim de compor as turmas.													
CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: Possuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme a exigência legal deverão abordar as temáticas dos temas trasnversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar.													
A MUSICA SERA INCLUIDA NO COMPONENTE ARTE.													
O Ensino Religioso constitui disciplina nos horários normais da escola e a matrícula é facultativa para o aluno.													
Educação para o trânsito (Lei nº 9503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro)													

Fonte: Minas Gerais (2018).

Imagem 2 - Matriz curricular Anos Finais

MATRIZ CURRICULAR - CURSO PRESENCIAL+B4:016													
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - 2018													
ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO													
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO			4º PERÍODO		
		A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM
	LÍNGUA PORTUGUESA	05	100	75	05	100	75	04	80	60	04	80	60
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
LINGUAGENS	ARTE	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	04	80	60	04	80	60	05	100	75	05	100	75
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	GEOGRAFIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	ENSINO RELIGIOSO	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA	01	20	15	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS			100			100			100			100
	TOTAL	20	400	400	20	400	400	20	400	400	20	400	400
LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS						M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS							
HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS													
INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS						SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS							
MÓDULO: AULA: 45 MINUTOS													
CARGA HORÁRIA DIÁRIA PRESENCIAL: 180 MINUTOS - CARGA HORÁRIA TOTAL: 1200 HORAS													
EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física a fim de compor as turmas.													
CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: Posuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme a exigência legal deverão abordar as temáticas dos temas transversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar.													
1º e 2º Períodos - Matemática, História.													
3º e 4º Períodos - Língua Portuguesa e Geografia.													
A MÚSICA SERÁ INCLuíDA NO COMPONENTE ARTE.													
O Ensino Religioso constitui disciplina nos horários normais da escola e facultativa para o aluno.													
Atividades relativas ao cooperativismo como tema transversal, (lei federal nº 5.767/1971 e decreto Estadual nº 44.009/05). Atividade interdisciplinar aplicada e monitorada não presencial, destina-se ao desenvolvimento dos projetos interdisciplinares pelos estudantes e será ministrada pelo conjunto de professores da disciplina Diversidade, inclusão e Formação para cidadania.													

Fonte: Minas Gerais (2018).

Imagem 3 - Matriz curricular Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR - CURSO PRESENCIAL										
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENSINO MÉDIO - 2018										
ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO										
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1º PERÍODO			2º PERÍODO			3º PERÍODO		
		A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM	A/S	M/SEM	HORAS/SEM
	LÍNGUA PORTUGUESA	03	60	45	03	60	45	03	60	45
	LINGUA ESPANHOLA	01	20	15	01	20	15	01	20	15
LINGUAGENS	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	ARTE	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	15	01	20	15	01	20	15
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	BIOLOGIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30
CIÊNCIAS DA NATUREZA	FÍSICA	01	20	15	02	40	30	01	20	15
	QUÍMICA	02	40	30	01	20	15	02	40	30
	HISTÓRIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	02	40	30	02	40	30	02	40	30
	FILOSOFIA	01	20	15	01	20	15	01	20	15
	SOCIOLOGIA	01	20	15	01	20	15	01	20	15
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E MUNDO DO TRABALHO		01	20	15	01	20	15	01	20	15
CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS				100			100			100
TOTAL		21	420	415	21	420	415	21	420	415
LEGENDA: A/S: AULAS SEMANAIS					M/SEM: MÓDULOS SEMESTRAIS					
HORAS/SEM: HORAS SEMESTRAIS										
INDICADORES FIXOS: DIAS LETIVOS: 100 DIAS SEMESTRAIS					SEMANAS LETIVAS: 20 SEMANAS SEMESTRAIS					
MÓDULO- AULA: 45 MINUTOS										
CARGA HORÁRIA DIÁRIAS PRESENCIAL: 180 MINUTOS - CARGA HORÁRIA TOTAL: 1245 HORAS										
EDUCAÇÃO FÍSICA: As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no primeiro horário do turno ou no último horário para que os alunos sem obrigatoriedade de cursar esse componente curricular sejam dispensados desse horário. A direção da escola deverá agrupar os alunos de todos os períodos, com obrigatoriedade de cursar a Educação Física a fim de compor as turmas.										
CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: Possuem carga horária de 100 horas de aulas não presenciais semestrais para o aluno desenvolver o(s) projeto(s) que surgirem e forem orientados nas discussões em sala de aula no módulo semanal. Serão semanalmente ministrados e, conforme a exigência legal deverão abordar as temáticas dos temas transversais, tais como educação ambiental, direitos humanos, orientação sexual e diversidade, uso de drogas e dependência química, história e cultura afro-brasileira, de maneira interdisciplinar. Os conteúdos interdisciplinares aplicados possuem carga horária de 100 horas aulas não presenciais semestrais e destinam-se ao desenvolvimento de projeto(s) interdisciplinares, pelos estudantes e serão ministrados pelos professores conforme a seguinte organização: 1º Período - Língua Portuguesa, Matemática, Física. 2º Período - Língua Portuguesa, Matemática, Química. 3º Período - Língua Portuguesa, Matemática, Biologia. Língua Espanhola - Língua Espanhola de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno será oferecida no contraturno.										
Educação alimentar e nutricional.										
Educação para trânsito (Lei nº 9503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro)										
Educação de Direitos Humanos (Decreto nº 7037/2009, que institui o Código de Trânsito Brasileiro)										
A música será incluída no Componente Curricular Arte.										
Os Conteúdos interdisciplinares Aplicados, não presencial, destinam-se ao desenvolvimento dos projetos interdisciplinares pelos estudantes e será ministrada pelo conjunto de professores da disciplina Diversidade, inclusão e o mundo do trabalho.										

Fonte: Minas Gerais (2018).

Na busca pela utilização de outras formas de ação para incentivar a participação dos alunos, desenvolver a cidadania e melhorar a intervenção da educação no ambiente prisional, a escola desenvolve alguns projetos. Os principais em desenvolvimento são: **Cantando Tema, Viajando na Leitura, Barbearia/Escola, Museu do papelão e Consciência Negra.**

No Projeto **Cantando Tema**, os alunos são orientados a elaborar uma música sobre um tema escolhido pela equipe organizadora. Na culminância do projeto, os alunos cantam as músicas e são avaliados por um grupo de jurados, que escolhem as melhores apresentações. Os vencedores são premiados com troféu e cestas com kits de higiene e de lanches.

O Projeto **Viajando na Leitura** consiste na criação de textos pelos alunos. As redações são reunidas e dão origem a um livro intitulado **É possível sonhar**, que, atualmente, está no seu terceiro volume. Participam na edição destes livros advogados, diretores de unidade, juízes, defensores públicos, professores e familiares dos alunos.

Outro importante parceiro do projeto é a Academia Nevensense de Letras, Ciências e Artes (Anelca), que tem participado ativamente na edição dos volumes com o intuito de incentivar os alunos à leitura e a se expressarem através da escrita.

O livro é elaborado em parceria com a Editora Literato, que, no primeiro volume, contribuiu com a organização e disponibilizou 50 exemplares; na sequência, conseguiu-se mais 100 exemplares, totalizando 150 exemplares no primeiro lançamento no ano de 2015. Os exemplares foram doados aos convidados do evento e aos colaboradores que ajudaram na elaboração do livro.

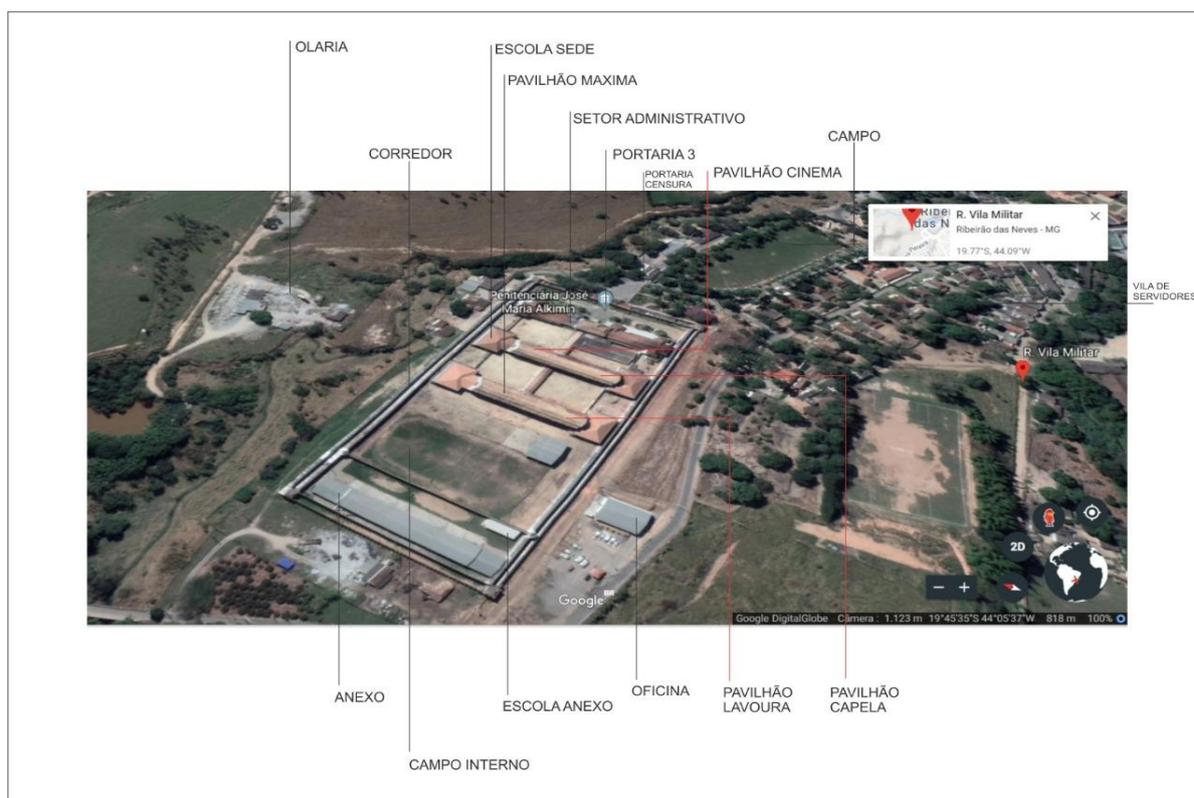
No ano seguinte, com a ajuda da comunidade escolar foram feitos 100 exemplares do segundo volume. Em 2017, foi editada a terceira edição, porém, por falta de recurso não houve lançamento. Há uma proposta de lançá-lo.

Por fim, no ano de 2017, foi inaugurado o **Projeto Barbearia/Escola**, em que os internos participam do curso de barbeiro e corte de cabelo. Neste salão-escola o objetivo é possibilitar aos egressos o exercício de trabalho para inserção social, uma vez que ex.-detentos têm dificuldades na inserção do mercado de trabalho.

2.5 O ESPAÇO ESCOLAR NA UNIDADE PRISIONAL

A imagem a seguir representa a estrutura física da Penitenciária José Maria Alkimin em que podemos identificar os espaços onde a escola está presente como a sede, alojamento, anexo e demais espaços da prisão.

Imagem 4 - Imagem aérea do complexo onde está localizada a Escola Estadual César Lombroso



Fonte: Google Earth (2019a) adaptada pelo autor.

O espaço mostrado na referida imagem conhecido como Sede corresponde às dependências da unidade prisional foco do estudo que atendeu a 371 alunos em 2017, e é composto por quatro pavilhões no qual cada um deles tem um nome específico e abrange a parte administrativa.

O Pavilhão Cinema, como mostrado na imagem, é um pavilhão onde havia de fato um cinema, e segundo os servidores mais antigos na unidade, o cinema era também frequentado por moradores das vilas que ficam dentro da área da unidade, e que geralmente eram familiares de funcionários e de presos já que os presos também podiam morar nas vilas.

Este espaço funcionou como cinema até meados de 1995, e em 2012 o lugar recebeu uma reforma e se transformou em auditório onde a escola passou a usar para realizar seus projetos, formaturas e reuniões, porém, as cadeiras já estavam deterioradas e não foi possível aproveitá-las e não houve verba para a compra de novas cadeiras, desse modo, quando existem demandas para o uso do local são levadas as cadeiras das salas de aula.

O Pavilhão Capela é um seguimento do pavilhão cinema, o pavilhão recebeu este nome por haver no local uma capela da Igreja Católica, e assim ficou conhecido como capela. Esta capela foi reformada no ano de 2016 pela Arquidiocese de Belo Horizonte e é mantida por um capelão que é um cargo dentro do sistema prisional, porém já extinto dos concursos atuais. Na unidade, o capelão é um padre que atende duas vezes por semana às demandas dos presos e celebra missas todas as terças-feiras.

O Pavilhão Máxima está localizado na parte de trás da unidade prisional, e recebeu este nome inicialmente devido a ser destinado aos criminosos de alta periculosidade, que deveriam ter uma segurança maior para evitar as fugas. Atualmente, este pavilhão já não tem mais esta característica devido às mudanças no perfil da unidade, que já não recebe tantos presos nessas condições.

O chamado Pavilhão Lavoura era o espaço onde os presos que trabalhavam com agricultura e pecuária da unidade se instalavam. Todos os presos dessa área saíam de manhã para a fazenda onde ficavam as plantações e criações da unidade e retornavam apenas à tarde. As atividades desenvolvidas pelos presos na fazenda foi o que caracterizou a unidade como unidade agrícola, atividade esta que perdurou até a década de 1990.

A parte onde está localizado o setor administrativo é constituído por três andares. O local é destinado aos gabinetes dos diretores da unidade e aos atendimentos em geral, sendo um dos gabinetes de responsabilidade do diretor geral da unidade. Este gabinete especificamente tem uma sacada com uma “visão privilegiada”, pois dá acesso para entrada da unidade, de onde se pode acompanhar o trabalho que está sendo realizado na portaria desta. Um dos andares é destinado aos atendimentos com os profissionais da psicologia, pedagogia, advogados e assistentes sociais. E é neste andar também que está inserido o Núcleo de Ensino e Profissionalização do qual a escola faz parte.

Na sede, nos últimos três anos, a escola atende apenas ao pavilhão do cinema, medida adotada para diminuir a movimentação de presos entre os pavilhões, já que antes, todos os pavilhões tinham estudantes e estes eram deslocados para o pavilhão cinema o mais próximo da escola. De forma geral, foi uma medida tomada para diminuir a demanda dos agentes de segurança, não beneficiando os presos de outros pavilhões que tinham interesse nos estudos, pois esta medida fez com que alguns alunos que não podiam circular entre os outros pavilhões, saíssem da escola.

Os presos dos demais pavilhões não atendidos pela escola têm que enviar um pedido para ela, e estes nomes são repassados para a segurança que faz a troca de presos, retirando os presos que não estudam do cinema para outros pavilhões e trazendo os que desejam estudar para o espaço do cinema. Um dos problemas para os presos de outros pavilhões frequentarem a escola é a troca de pavilhão e o deslocamento para um pavilhão onde poderá haver conflito entre os presos, a chamada “guerra”, visto que há rivalidade entre os pavilhões.

O espaço da escola considerado como Sede é o prédio onde concentram a parte administrativa escolar, onde é possível ter acesso aos computadores, internet, aos arquivos físicos de documentos, e onde está o maior número de salas de aula.

Para adentrar à unidade, os servidores da escola assim como os demais, devem passar por procedimentos de segurança, entre eles a revista. Após passarem pela cancela, os servidores caminham por uma rua lateral ao campo de futebol desativado, por onde já passaram grandes jogadores do futebol brasileiro, este campo era usado como meio de lazer para os filhos de servidores e também poderia ser utilizado pela população no entorno da unidade. Neste trajeto de 400 metros é possível visualizar presos trabalhando na conservação do local sempre com alguma ferramenta nas mãos, o que assusta muitos visitantes já que a ideia de prisão é ver o preso de fato trancado e não com ferramentas em mãos. Seguindo por esta rua, chega-se na primeira portaria chamada de Censura, onde os pertences são guardados e logo após se encaminham para os boxes, onde é feita a revista visual e através de aparelho detector de metais. A revista é obrigatória para homens e mulheres, sendo que para as mulheres, é pedido que tirem os sapatos abaixem o cós da calça e virem a parte de baixo do sutiã para a averiguação de algum metal. Para os homens, é pedido que tirem os sapatos, abaixem as calça até os joelhos

também para verificação de algum objeto. A unidade ainda não faz uso de *scanner* corporal.

Passando pela revista, todos são encaminhados para a segunda portaria, a que de fato dá acesso aos pavilhões e setores administrativos da unidade. Nesta portaria abre-se um portão e fecha-se outro, procedimento comum nas unidades prisionais, e na sequência, é entregue uma ficha da revista ao agente de segurança que libera o outro portão. Passando por este portão e seguindo por um jardim, é possível visualizar dois túmulos que são das freiras italianas, que ajudavam na alfabetização dos presos nos primeiros anos, após a inauguração da unidade, e que foram sepultadas no local. A chegada à escola se dá pela lateral direita como é conhecido este lado da unidade, onde está um agente de segurança responsável em abrir e fechar o portão de acesso à escola, geralmente ele está portando uma arma de grosso calibre. Eles tentam sempre deixar a arma visível aos presos numa forma de intimidar qualquer ação fora da disciplina da segurança.

O espaço seguinte, onde fica a escola, é composto por 11 salas de aula e uma biblioteca com cerca de 8.000 exemplares de livros dos diversos segmentos, além de contar também, com o Projeto Caixa Estante da Biblioteca Estadual de Minas Gerais, que disponibiliza um armário com a exposição de 150 exemplares de livros, que são emprestados aos alunos que são trocados a cada seis meses. Além desses espaços, há também um auditório com capacidade para 400 pessoas, semelhante ao retratado por Dráuzio Varella em seu livro *Estação Carandiru* onde o presídio também contava com um espaço cinema para que os presos pudessem assistir a vídeos diversos, sendo que o número de cadeiras não atende à capacidade de público do local. O espaço conta também com um laboratório de informática equipado com 12 computadores, que são utilizados também pelos presos que fazem curso superior, uma cozinha mobiliada, porém inutilizada para fazer merenda, em função do corte de verba ocorrido em 2013, sob a alegação que a unidade já oferecia as refeições diárias. Assim, por essa razão a escola se distancia de uma instituição de educação e se alinha à estrutura prisional. Uma sala para professores, uma sala para direção, uma sala para supervisão, além de uma sala que foi destinada ao curso de barbeiro que hoje já não existe mais na unidade, devido à falta de agentes de segurança para retirada dos alunos.

É possível dizer que um dos problemas da Sede, é que o aluno para frequentar a escola necessita que um agente de segurança retire-o da cela e o

conduza até a escola. Como o pavilhão tem cinco andares (galerias) a dificuldade encontrada pelos agentes de segurança é em subir e abrir as celas para que o aluno saia para escola, uma medida adotada pelos agentes, com deliberação da direção da unidade, foi limitar a escola até a terceira galeria (3º andar) evitando subir as duas últimas galerias.

Desse modo, com a diminuição do número de agentes, em 2018, ficou estabelecido que apenas presos da primeira galeria iriam estudar, limitando ainda mais o número de alunos, já que muitos alunos não gostam da primeira galeria devido aos problemas de alagamentos. Quando os presos das demais galerias lavam as celas sente-se o cheiro quase insuportável da Creolina, usada para desinfetar o local, o que ocorre geralmente nas sextas-feiras, pois antecedem as visitas de familiares que são autorizadas nos sábados e domingos, além das celas da primeira galeria ficarem sempre mofadas devido ao excesso de umidade.

É possível dizer, dessa forma, que esta é mais uma estratégia de segurança que acaba impedindo ou colocando obstáculos na ida do aluno para escola. A postura da escola é sempre dialogar com a direção da unidade, na tentativa de que todos possam estudar sem as limitações impostas pela segurança. De fato, o número de agentes vem caindo significativamente ao longo dos últimos anos, ressaltando que os primeiros cortes são feitos na escola mais do que em outros setores de atendimento dentro da unidade.

O percurso dos alunos das celas até a escola é feito, obrigatoriamente, com acompanhamento dos agentes, ou seja, sem o trabalho dos agentes fica impossível qualquer atendimento dentro da unidade. O referido percurso é feito da seguinte forma: Cerca de dez agentes chegam na galeria e um deles grita - "*Escola, braço e crachá para fora*" - e assim são abertas as celas uma por vez daqueles alunos que atenderam ao procedimento, e quem não estiver a postos acaba não indo à escola. Uma situação que gera revolta dos alunos é que se por algum motivo os alunos não fazem o procedimento, o agente não volta para abrir a cela. Aí começam os gritos dos alunos chamando o diretor da escola: - "*Ô seu diretor da escola o guarda não quer me tirar*". Mesmo quando o diretor ouve, não consegue agir no mesmo instante, e só consegue fazer algo quando todos já estão na escola, conseguindo com muita conversa que retirem o aluno que não se prontificou no momento da passagem do agente. Continuando o procedimento, após a abertura da cela o aluno é obrigado a ficar nu e fazer três agachamentos de frente e de costas, além de colocar sua roupa

no chão, que pode estar molhado e assim molhar o aluno ao vesti-la novamente, molhando, às vezes, até o material do aluno.

Após esta vistoria, os alunos são encaminhados para a escola em fila única, com a cabeça baixa e mão para trás sem uso de algemas, não podendo parar a fila e nem olhar para o rosto dos agentes. Na maioria das vezes, esse trajeto é feito ao som de insultos aos alunos por parte dos agentes, e quando os alunos desrespeitam a ordem dada, os agentes os direcionam novamente para as celas ou para o “Coror” uma cela maior, espécie de sala de espera, até que algum agente de segurança retorne o preso para sua cela. Isso pode demorar horas, e o fato não é repassado para a escola, a não ser que outro aluno que tenha presenciado o fato comente o ocorrido com outro aluno e/ou chame alguém da escola para relatar a situação.

Os procedimentos de segurança que direcionam os alunos para a escola não seguem um padrão, e podem mudar dependendo da equipe que estiver executando, já que os agentes trabalham em regime de plantão. Ao final da aula, os procedimentos de segurança para retornar às celas ocorrem da seguinte maneira: para facilitar e agilizar a dinâmica dos agentes, os alunos são colocados todos em uma sala da escola que fica próxima à entrada do pavilhão, e quando todos os alunos já estão nesta sala, um dos agentes grita ordenando para que os alunos de determinada turma se apresentem à porta, e assim, são retirados os alunos e encaminhados para as suas respectivas turmas.

Ao término deste procedimento de chegada dos alunos, a supervisão da escola é avisada que está liberado a entrada dos professores nas salas de aula. É acionado o sino da escola que indica que a aula já vai iniciar, e assim a cada 45 minutos o sino é acionado para a troca de professores seguindo um horário já estabelecido.

A entrada do professor em sala é feita pelo agente que abre a porta e logo em seguida tranca com cadeado, e ali o professor fica sozinho trancado com seus alunos, caso aconteça alguma situação como uma briga ou até mesmo uma investida ao professor, o agente que está do lado de fora não abrirá a porta enquanto não chegar reforço.

As aulas são ministradas sem a presença de um agente, já que a escola conta com a presença de apenas dois agentes para atender à demanda no horário de aula, que consiste além de ficar atento no contexto da segurança, conduzir os alunos à biblioteca que é feita em horário previamente estabelecido, sendo duas

turmas por dia e apenas dois alunos por vez. O aluno é orientado por um auxiliar de biblioteca na escolha dos livros, e cada um tem em média cerca de dez minutos para escolher o livro e voltar para sala de aula. A porta da biblioteca também é trancada e o agente fica do lado de fora observando a movimentação dentro dela.

Ainda é de responsabilidade dos agentes, retirar os alunos para a ida ao banheiro, que tem horário específico sendo que o aluno dificilmente irá ser retirado fora do horário para este fim, algo que a escola lutou muito para que não acontecesse, mas, infelizmente, teve que aceitar para evitar maiores danos aos alunos. É uma situação onde a segurança determina de forma absurda o horário em que se deve ou não ter vontade de usar o banheiro, mais uma vez é uma forma de disciplinar até as necessidades fisiológicas do indivíduo preso.

Em relação a esta situação, já houve casos em que mesmo o professor pedindo ao agente para liberar o aluno para o banheiro, foi negada a saída deste, o que constrangeu os demais alunos e a própria escola, já que o aluno se viu obrigado a fazer suas necessidades fisiológicas na lixeira da sala de aula. Estes conflitos que envolvem a conduta dos agentes, principalmente na recusa de retirar o aluno para a ida ao banheiro, neste caso, a princípio, a busca de resolução é através do diálogo com os responsáveis pela segurança. No caso citado, especificamente, no dia seguinte foi relatado o fato para direção da escola que tomou as devidas providências fazendo comunicado direcionado aos diretores da unidade sobre a conduta do agente dentro da escola, que de imediato afastou o agente da atividade e abriu sindicância para verificação dos fatos.

Ao fim da aula, o grupo maior de agentes retorna para ser feito o procedimento de revista, novamente o sino é tocado indicando o final da aula, o agente abre as portas das salas para saída dos professores, e quando todos já estão na sala dos professores é iniciado o procedimento de saída dos alunos, que são novamente direcionados a sala central uma turma por vez, e quando todos já estão na sala, o agente grita: "*primeira galeria se apresenta*", e todos da referida galeria se apresentam e realizam o procedimento dentro da própria escola retirando toda a roupa e fazendo três agachamentos de frente e de costas. O seu material escolar também é averiguado pelo agente. Assim segue o procedimento até os alunos da 5ª galeria. Muitos alunos procuram a direção da escola alegando desrespeito ou excesso por parte dos agentes durante os procedimentos, quando são muitas as reclamações, a direção da escola aciona a segurança para

averiguação dos procedimentos. Porém, tais procedimentos segundo os agentes de segurança são realizados com respeito aos presos e seguindo as normas estabelecidas no Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (RENP), e ainda, ressaltam que os alunos querem colocar a escola contra os agentes.

Esta é uma situação que requer cuidado do gestor escolar, pois, é necessário ter clareza dos fatos e conhecimento da situação antes de tomar qualquer providência, como por exemplo, solicitar uma averiguação, visto que os alunos podem tentar influenciar os posicionamentos da escola, assim toda decisão deve ser bem refletida. Por outro lado, muitos agentes também tentam dificultar as coisas para os alunos que, por vezes, por motivos fúteis, recomendam a saída do aluno da escola. Assim a escola fica no meio de uma situação de conflito de interesses, pois de um lado estão os alunos que tentam através da escola diminuir a rigidez nos procedimentos e do outro lado, os agentes que não querem ter o trabalho de levar o aluno para escola, por isso o papel da escola deve ser claro no compromisso com uma educação de qualidade dentro da unidade sem deixar ser influenciada ou pressionada por nenhum dos lados.

A escola da Sede é um espaço onde o contato da escola com a segurança é mais intenso e, por vezes, conflitante, não pelo fato de a escola defender seus alunos, mas por defender o direito dos alunos à educação. O diálogo tem sido a ferramenta usada pela escola na tentativa de minimizar os conflitos entre a segurança e os alunos e, sempre tendo o cuidado de não expor ninguém, uma vez que fora da escola pode haver represálias por terem reclamado de algum procedimento.

Os alunos que frequentam este espaço não são obrigados a irem à escola, porém, quando há uma sequência de 5 faltas sem justificativa podem ser desligados dela. O perfil da maioria dos presos da sede é de quem está no benefício do semiaberto (presos que faltam em média 4 anos para o fim da pena ou que podem ser beneficiados com outra medida que possibilita a liberdade), a maioria destes já têm “descidas” (saídas temporárias) e é comum encontrar com alguns desses alunos de descida próximo à saída da unidade, ou no centro da cidade já que a unidade fica a 400 metros do centro do Município de Ribeirão das Neves, muitos quando recebem o benefício da descida, saem da unidade prisional sem condições de pagar o transporte para suas residências e assim ficam no centro da cidade fazendo

pequenos trabalhos como de flanelinha na porta de supermercados até conseguirem dinheiro para pagar a passagem de ônibus.

No laboratório de informática acontecem as aulas dos cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EAD), e que, no último ano, não ocorreu de forma plena, devido ao baixo número de agentes na unidade o que, conforme já mencionado, limitou o acesso dos alunos aos estudos. No ano de 2017, o número de universitários eram 18, e a maioria destes eram ex-alunos da escola que conseguiram vagas nos cursos de graduação através das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Imagem 5, a seguir, mostra o Alojamento que é um espaço da escola onde não tem a presença efetiva de segurança e local com mais autonomia para o aluno.

Imagem 5 - Vista Aérea do Alojamento e da Escola



Fonte: Google Earth (2019b) adaptado pelo autor.

Este é um local situado a aproximadamente dois quilômetros da Sede em uma espécie de fazenda, cercada por vegetação e pequenos cursos de água, onde ficam os presos que já estão próximos do cumprimento da pena. É um espaço precário, sendo oito alojamentos que abrigam cerca de 120 presos, e geralmente ficam no local apenas dois agentes de segurança com um rádio de comunicação e desarmados. A estrutura física desse alojamento é bem antiga, da época em que a

unidade era agrícola e precisava de muita mão de obra braçal. Neste local, as aulas funcionam de 16h30 as 19h30 com 4 aulas diárias, sendo que, em 2017, havia 95 matrículas.

Os presos deste local em sua maioria trabalham na própria unidade nas várias frentes como horta, limpeza, manutenção, olaria, processamento de alho e nos cuidados com os animais da fazenda. Existe uma parceria da unidade com um hospital de Belo Horizonte onde são disponibilizados dez presos deste local para fazer a manutenção do prédio do hospital. Por volta de 15h30 os presos retornam dos seus setores de trabalho caminhando até o alojamento, são cerca de dois quilômetros de caminhada que fazem sem o acompanhamento da segurança. É importante ressaltar que o percurso entre a Sede e o Alojamento é permitido apenas em veículos oficiais ou veículos particulares com autorização da direção da unidade, sendo uma viatura que faz o transporte dos professores até o alojamento, quando o número de professores é maior, esta viatura faz quantas viagens forem necessárias para transportar todos os professores. No caso de não ter disponível a viatura ou veículo particular autorizado, o transporte é feito na ambulância ou caminhonete. Por se tratar de uma fazenda, a estrada é precária e no período de chuvas mais intensas, o veículo não consegue chegar até o alojamento podendo ficar preso na lama.

A escola no espaço do alojamento possui cinco salas de aula separadas por divisórias improvisadas que estão em péssimo estado de conservação, e uma das salas também é usada para cultos evangélicos nos períodos sem aulas. Devido à precariedade da estrutura física do local, neste espaço, não há biblioteca, mas por causa do **Projeto Caixa Estante** da Biblioteca Estadual de Minas Gerais, os presos do alojamento conseguem pegar livros emprestados. Também não existe um local para sala de professores, e estes ficam aguardando os horários de entrar em sala no pequeno pátio da escola. Em relação a banheiros, também não existe sequer um banheiro exclusivo para os professores, que no caso precisam fazer uso do banheiro na sala dos agentes.

É comum a presença de animais como cachorros e gatos no local, que são atraídos pelos restos de comida que os presos jogam fora, alguns destes cachorros e gatos conseguem entrar nas salas sujando ainda mais o local que, muitas vezes não passa por limpeza, quando chega o horário das aulas, as salas estão muito sujas, quando isso acontece é acionado o agente que pede para o faxina (preso

responsável pela limpeza) que as salas sejam limpas para que os professores possam ter condições de ministrar as aulas.

Como não existe sala segura disponível para se ter uma secretaria, toda a documentação em relação à vida escolar do aluno do alojamento fica na sede da escola, uma vez por semana a secretária da escola comparece ao local para atualizar a lista de alunos e receber documentação.

As regras de segurança para os professores também valem neste espaço, e estes são obrigados a usar um jaleco durante as aulas e não podem fazer uso de celular no local. O diferencial deste local em relação aos demais, é que o professor tem mais liberdade de trabalhar com materiais diversos sem a necessidade de autorização da segurança. Neste espaço, não se usa algemas para os procedimentos de ida à escola, os presos ficam soltos e podem circular pelos alojamentos sem serem interpelados pelos agentes, a não ser quando se desconfia que exista algo ilícito escondido no local.

Os presos têm acesso a uma academia que eles improvisaram do lado de fora do alojamento e a um campo de futebol que são liberados para utilizar. É permitido que os professores também façam uso do campo, em atividades de educação física, por exemplo, porém, só é usado em projetos e antes do anoitecer devido à falta de iluminação no local. Também há, na área do alojamento, um fogão a lenha que os presos usam, segundo eles, para melhorar a comida recebida na unidade, o fogão podia ser usado até às 18 horas e nos finais de semana era livre a sua utilização.

Outra característica particular dos presos do alojamento, é que para frequentar a escola não há necessidade do uso do uniforme padrão (vermelho) da unidade ou crachá de identificação como o usado em outros espaços da escola, é comum os presos caminharem sem camisas pelo pátio da escola que é o local de passagem para os alojamentos, mas nas salas de aula todos são obrigados a usarem vestimenta adequada. Como é a escola que está inserida no espaço que é do preso, tenta-se interferir o mínimo possível no cotidiano deles, mas dentro da escola a disciplina é mantida pelo professor, neste momento, o professor exerce o papel de disciplinador do local, mas não se confunde com a disciplina imposta pela segurança.

Quando os professores chegam no alojamento, de imediato, é tocado o sino para que os alunos saiam do alojamento e se dirijam às salas, porém, a chegada

dos alunos é lenta, e muitos chegam após início da aula, alegando que precisavam tomar banho ou jantar. Assim, as salas vão se enchendo à medida que vai passando o tempo, mas a frequência ainda não é ideal pelo fato de não ter a obrigatoriedade de passarem pelos procedimentos de segurança, e a liberdade que se tem de circular no local, ou seja, o preso pode escolher o que fazer.

Quando acontece o esvaziamento das salas de aula, a direção da escola vai aos alojamentos e conversa com um por um dos presos pedindo que façam a matrícula ou voltem para escola, muitos presos alegam que chegam cansados do trabalho e não têm disposição para ir à escola, outros simplesmente alegam que já estão indo embora e que a remição não irá fazer diferença em sua pena, e que irão estudar quando saírem da unidade.

É comum a energia acabar no local devido ao uso de chuveiros, quando isso acontece no horário de aula, os professores ficam entre os alunos, no escuro e até hoje não foi registrado nenhum ato de violência ou desrespeito aos professores, ao contrário, em momentos como esse, os próprios alunos tendem a proteger os professores.

É um espaço de contradições, pois o preso tem a liberdade de ir à escola sem procedimentos rigorosos de segurança, mas, infelizmente, dos 120 presos apenas 80 estudam, e neste grupo a infrequência chega a ser maior em relação aos outros espaços escolares, ou seja, apesar da autonomia do aluno neste espaço é notório que a frequência na escola é menor. Fato que pode estar ligado a própria autonomia do local, onde estão presos pela consciência já que o local não oferece segurança que possa efetivamente impedir fugas.

Em relação ao regime da pena, os presos do local estão com o benefício do semiaberto com saída temporária e direito ao trabalho externo, caso consigam uma carta de trabalho. A permanência no local é muito rotativa e a maioria dos presos que passam pelo alojamento, ficam menos de dois anos no local, pois, tanto podem ser beneficiados quanto podem ser recolhidos do regime semiaberto para o fechado novamente, sem direito a trabalho externo, voltando para os pavilhões, caso venha acometer alguma falta disciplinar.

A escola, neste espaço, concorre com o futebol, com a academia, com o fogão, com o banho quente, com a televisão, enfim, com o próprio ambiente de liberdade pouco vigiada, assim, a escola através de seus projetos, visitas individuais aos presos feita pelo diretor da escola e palestras sobre a importância da escola

para o sucesso quando eles retornarem ao convívio social fora do sistema prisional buscam conscientizar a todos sobre a importância da educação para a vida. As matrículas são feitas sem restrição do ponto de vista de segurança, ou seja, todos que estão ali podem frequentar a escola. Esta matrícula acontece de forma contínua, basta que procurem o responsável pela escola no local, e quando a frequência está baixa, é realizada a visita individual aos alunos feita pelo diretor escolar ou por funcionário da escola que seja do sexo masculino já que no alojamento onde os presos ficam não pode ter a presença de mulheres.

Outro espaço que contempla a escola é o Anexo, este espaço é destinado aos presos que têm o benefício do trabalho fora da unidade prisional e que retornam ao fim do dia para o cárcere. Estes presos estão no regime semiaberto com direito a trabalho externo, geralmente são liberados por volta das 5 da manhã retornando até às 20 horas. Em algumas exceções são liberados pela juíza responsável pelos despachos da unidade, para que os presos cheguem após as 20 horas, mas geralmente é um benefício concedido aos presos que estudam em faculdades, no qual a permanência ainda na unidade prisional não ultrapassa os 18 meses.

Para adentrar neste local, onde as aulas começam às 19h30 e terminam as 22 horas, os professores têm acesso passando pela Censura, onde é realizada a revista corporal por aparelho manual e visual feito pelo agente de segurança. Após este procedimento, os pertences dos professores são guardados em um armário colocado próximo ao portão de entrada principal da unidade, este armário é usado apenas para os professores do anexo já que o plantão da Censura onde se guarda os pertences funciona até às 19h30.

Após guardar os pertences, é seguido então um caminho pela lateral da unidade, até novamente passar pelo portão de entrada do anexo onde tem mais uma equipe de agentes que anota os nomes dos professores e libera a entrada, segue-se então por um corredor de aproximadamente 300 metros com muros de oito metros que separam os pavilhões do anexo. Este corredor não é bem iluminado, às vezes, as luzes estão com defeito piscam e causam espantos, principalmente aos que não conhecem o lugar. No fim do corredor, existe mais um pequeno portão, o qual dá acesso às dependências do anexo, à primeira vista é um espaço livre próximo ao muro que os presos usam como campo de futebol e para prática de exercícios físicos em uma academia com equipamentos improvisados. À direita ficam as salas dos agentes e um pequeno refeitório que era usado para os presos assistirem

televisão quando não podiam ter o aparelho dentro dos alojamentos o que hoje é permitido. Após a sala dos agentes, começam os alojamentos na sequência alfabética indo do A ao F, com capacidade de 60 presos em cada alojamento, que possui camas beliche feitas de alvenaria, e com banheiros com chuveiros. Em cada um destes alojamentos pode ter até duas televisões. Por volta das 22h30 são apagadas as luzes e desligadas as televisões, exceto em dias de jogos de futebol onde o horário é estendido, após a chegada do preso no alojamento ele não pode ficar do lado de fora, exceto aos sábados e domingos que são liberados.

A entrada dos presos começa na primeira portaria, onde ele é obrigado a apresentar seu Salvo Conduto, no qual é conferido também seu horário de chegada, assim, vai caminhando por uma rua na lateral de um campo por cerca de 400 metros, e este percurso deve ser feito de mão para trás e cabeça baixa sempre que passar por alguém da segurança. Ao fim da rua, ele se apresenta na segunda portaria, onde já é possível ver o muro da unidade, geralmente, neste local recebem a revista de procedimento, retiram as roupas e fazem três agachamento de frente e de costas e após os procedimentos seguem de cabeça baixa e mão para trás até a entrada do anexo, onde é marcada sua presença, e assim seguem para o corredor de acesso ao portão do anexo e já dentro do anexo é entregue a ele uma marmita para jantar e ele segue para seu alojamento. No caso de ser aluno ativo na escola, ele pode ir direto para a aula ou passar no alojamento e jantar primeiro e depois se direcionar para a escola. Este percurso feito pelo aluno pode levar cerca de 40 minutos dependendo das filas e do plantão que está realizando as revistas.

As matrículas são restritas ao número de alunos que a escola comporta, que são 90 alunos, estes geralmente não têm vida escolar, a escola cobra que tragam o histórico escolar para que sejam direcionados para a turma correta, quando não há possibilidade de ter o documento é feita uma prova de reclassificação para direcionamento do período que ele deve ser matriculado. De modo geral, é comum que a documentação escolar não esteja na pasta de prontuário dos presos.

A escola fica de frente aos alojamentos após o campo, com três salas de aula sendo disponibilizada uma sala para cada ciclo escolar (ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e ensino médio), turmas multisseriadas, com exceção do ensino médio que não pode ter mutisseriação e assim, pode se ter apenas uma série na mesma sala de aula.

Este espaço não contempla sala de professores, biblioteca e secretaria, existe um banheiro na escola para uso dos alunos, os professores caso necessitem, usam o banheiro dos agentes na sala dos agentes. No período de chuva a situação fica bem complicada devido ao barulho das telhas de zinco que quase abafam a voz do professor. Não há também espaço específico para que o professor aguarde o momento de entrada em sala, ele fica com o outro professor em sala para não ficar na chuva. Também não há filtro de água ou bebedouro, dessa forma, é recomendado ao professor que leve sua garrafa de água, pois os três filtros que havia foram retirados das salas para evitar a depredação.

O professor, ao chegar, já solicita aos agentes a chave para que sejam abertas as portas das salas de aula e para que os alunos possam ser liberados dos alojamentos. Alguns chegam ao longo das aulas devido aos procedimentos lentos para entrada no anexo, assim há uma flexibilização do horário já que muitos chegam por volta de 20 horas e vão direto para sala, alguns até preferem jantar após a aula para não perderem conteúdo. Assim como nos outros espaços o sino é tocado para o início das aulas e para troca de professores. A frequência neste espaço pode ser considerada satisfatória já que as salas sempre estão cheias, há interesse por boa parte dos alunos em continuar os estudos fora da unidade, mas ainda prevalece o uso destas horas de estudo para remição de pena.

2.6 INFREQUÊNCIA DOS ALUNOS ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO

A educação cumpre um papel importante na sociedade, dado que, além de formar cidadãos conscientes, constrói pessoas mais sensíveis e preparadas para assumirem seus papéis na coletividade, além de possibilitar a formação de profissionais para atividades importante para o desenvolvimento da organização social. Entretanto, atualmente, no Brasil, o maior problema encontrado para a educação atingir seu objetivo é a infrequência.

Para Costa, Guimarães e Rocha (2015), a infrequência estabelece um conflito com a legislação brasileira, pois há uma necessidade de manter o acesso e permanência na escola. Inclusive, este conflito vem exposto na Constituição Federal no seu artigo 205, quando põe como responsabilidade do Poder Público zelar, junto com os profissionais da educação e a família pela permanência do aluno.

A questão da infrequência, conforme apontado por Costa, Guimarães e Rocha (2015), prejudica o aprendizado, porque o aluno tem compreensão fragmentada pelo longo tempo de ausência. A infrequência dificulta também o cumprimento das atividades em contínuo, já que as atividades são dadas e o professor fica no dilema entre avançar e voltar em algum tópico da matéria programada para a compreensão do aluno infrequente.

Diante disso, a infrequência surge como uma questão que deve ser enfrentada pelo Estado, educadores e família, posto que cria dificuldades para a educação alcançar sua finalidade.

A questão da infrequência é vivida, diariamente, nas dependências da escola com sede na penitenciária José Maria Alkimin, que teve, em 2017, o registro de 59% dos alunos com infrequência, sendo que no segundo endereço da escola, na unidade José Martinho Drummond, a infrequência atingiu 15% dos alunos.

Inicialmente, a diferença acentuada de infrequência está ligada ao perfil das unidades prisionais, pois a sede tem a presença de apenados com saídas temporárias e penalidades menores. Inclusive, a própria dinâmica de atendimentos e funcionamento da unidade impede que o aluno esteja presente na aula, já que há sempre uma necessidade de contato com advogados, idas aos fóruns, enfermaria, psicólogos. Em contrapartida, o perfil da segunda unidade é a de abrigar em sua maioria apenados com penas maiores e no regime fechado, o que pode contribuir para que os alunos permaneçam mais dentro da escola, já que a própria dinâmica da unidade favorece uma menor infrequência.

Um fato importante é que a escola é percebida pelos alunos como uma escola “comum”, como aquelas fora dos muros da unidade penitenciária, e eles querem aproveitar a oportunidade de frequentar esse ambiente e seguir um caminho de mudanças, o que também possibilita um alto índice de frequência. Por outro lado, há grupos de alunos que veem a escola como mecanismo para diminuição de pena e, assim, não perdem a oportunidade de frequentar as aulas. A Tabela 1, a seguir, apresenta a relação geral de matrículas e infrequência na escola entre 2013 e 2017:

Tabela 1 - Relação Geral de matrícula por infrequência na Escola Estadual César Lombroso 2013 - 2017

Ano	Quantitativo de matrículas	Infrequência
2013	454	56%
2014	392	55%
2015	460	36%
2016	471	53%
2017	737	59%

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A Tabela 1 demonstra a relação de matrículas e infrequência, e percebe-se que, na maioria dos anos, o índice ultrapassa os 50% dos matriculados; porém, em 2017, a escola teve um número maior de alunos devido ao seu segundo endereço. Em 2015, teve o menor número de infrequentes; isso é reflexo da chegada de novos agentes nomeados pelo concurso de 2013, que entraram em exercício na unidade e foram somados aos agentes penitenciários contratados. Dessa forma, a unidade ficou com um número maior de agentes, o que possibilitou a retirada dos alunos das celas com mais segurança, contribuindo para o aumento da frequência escolar.

Todavia, o número de agentes foi reduzido gradativamente entre 2016 e 2017 com a dispensa dos agentes contratados, o que acarretou o fechamento de um turno da escola no ano de 2018. Neste período, houve as reclamações por parte dos alunos em relação a não retirada da cela para escola, o que, por consequência, contribuiu para o aumento da infrequência.

Vale destacar que cada ambiente da escola, como foi mostrado no Esquema 1 do mapa da escola, tem uma particularidade em relação à infrequência dos alunos que irá depender do regime do privado de liberdade e dos benefícios que já possui, como, por exemplo, a saída temporária.

Na parte da escola chamada de alojamento existem cinco salas de aula, onde os privados não ficam trancados em celas. Nesta parte ficam 120 sentenciados divididos em oito alojamentos, sendo que eles trabalham na própria unidade, durante o dia, prestando serviços na horta, curral, na fábrica de processamento de alho, na olaria, criação de porcos e ovelhas.

Na Tabela 2, a seguir, são apresentadas a relação entre matrícula e infrequência dos alunos do alojamento:

Tabela 2 - Relação matrícula por infrequência no alojamento da Escola Estadual César Lombroso 2013- 2017

Ano	Quantitativo de matrículas	Infrequência
2013	85	45%
2014	70	52%
2015	90	48%
2016	102	55%
2017	95	65%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Neste ambiente, não são usadas algemas e não existe a mesma disciplina que nos pavilhões da Sede, ou seja, os privados de liberdade podem andar livremente, sem cercas, estando vigiados apenas por dois agentes penitenciários. Um fator que agrava a infrequência neste espaço é a autonomia dada aos apenados, porque estes preferem realizar outras atividades a participar das aulas.

A Tabela 3, a seguir, exhibe a matrícula e infrequência do espaço chamado de anexo, que possui 3 salas de aula, sendo uma para cada nível de ensino, e atende apenados sentenciados que trabalham fora da unidade durante o dia e retornam à noite, condenados no regime semiaberto.

Tabela 3 - Relação matrícula por infrequência no anexo da Escola Estadual César Lombroso 2013 - 2017

Ano	Quantitativo de matrículas	Infrequência
2013	68	30%
2014	60	45%
2015	70	30%
2016	65	28%
2017	60	46%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A Tabela apresenta percentuais mais baixos de infrequência devido à conscientização por parte do aluno da necessidade dos estudos para o trabalho fora da prisão e dos estudos acelerarem sua saída através da remição de pena por dia estudado. A Tabela 4, a seguir, mostra a situação da sede durante o período estudado em relação à infrequência dos alunos.

Tabela 4 - Relação matrícula por infrequência na sede da Escola Estadual César Lombroso - 2013 a 2017

Ano	Quantitativo de matrículas	Infrequência
2013	301	52%
2014	262	54%
2015	240	30%
2016	304	53%
2017	371	68%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A sede é o espaço de maior atendimento de alunos da escola, como mostrado na Tabela 4. Neste espaço, a locomoção do aluno entre a cela e a sala depende exclusivamente do agente penitenciário.

Em relação às Tabelas anteriores, o alojamento é o espaço de maior percentual de infrequência; já o anexo é o espaço com menor percentual de infrequência devido à importância dos estudos para os internos, além do estudo representar um fato interessante para reduzir o tempo de prisão. Outro fator a ser considerado no anexo é que o número de salas são apenas três.

Pelos dados apresentados, a sede é o local com maior número de alunos e taxas mais elevadas de infrequência; por se tratar de pavilhões, a disciplina por parte da segurança é mais rígida; além disso, o contato com o agente penitenciário é mais hostil que nos outros ambientes. Existem outros dificultadores para a frequência dos alunos, como, por exemplo, o horário de banho de sol, que é no mesmo horário de aula, além da exigência dos cabelos e barba cortados e atendimentos de técnicos aos alunos.

Diante desse cenário complexo da sede em relação aos outros espaços e à frequência do aluno na escola, foi determinado como sendo os “lócus” para desenvolvimento da pesquisa; aliado a isso, há também o fato de que é o espaço onde o acesso é mais liberado e sua complexidade, tanto em nível espacial como organizacional e subjetiva, traz diversos elementos desafiadores para a pesquisa.

3 EDUCAÇÃO NA PRISÃO: O PONTO DE VISTA DE QUEM ESTÁ INSERIDO NO SISTEMA PRISIONAL

A presente pesquisa tem por objetivo viabilizar alternativas e estratégias para o aumento do índice da frequência escolar dos alunos em privação de liberdade na Escola Estadual César Lombroso, localizada dentro da Penitenciária José Maria Alkimin, no Município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. É objetivo deste segundo capítulo, fundamentado no referencial teórico e a partir da análise dos dados coletados em campo, responder à questão central que norteia este estudo, que diz respeito aos possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual César Lombroso.

Nesta perspectiva, este capítulo trata dos elementos essenciais para estabelecer as bases epistemológicas da presente pesquisa, bem como aborda os elementos teóricos relacionados à infrequência escolar. Nesse sentido, há uma preocupação em estabelecer uma análise da infrequência dos alunos da Escola Estadual Cesar Lombroso e relacioná-la às perspectivas e discussões acadêmicas sobre a temática.

Assim, a metodologia utilizada a fim de alcançar os objetivos propostos foi a pesquisa qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica e como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas, com os presos que frequentam a escola dentro da unidade prisional e com os agentes penitenciários que acompanham a dinâmica desses presos.

Para alcançarmos a compreensão proposta, o texto se inicia demonstrando as teorias relacionadas à infrequência escolar; em seguida, localizará a situação do objeto de pesquisa na ótica do problema estudado e, por fim, analisará a infrequência na Escola Estadual Cesar Lombroso.

3.1 EDUCAÇÃO, INFREQUÊNCIA E AS PRISÕES

Na atualidade, a escola tem enfrentado diversos problemas ligados às políticas públicas, aos questionamentos metodológicos utilizados no ambiente escolar, à participação (ou falta) dos pais e da comunidade na escola, à ingerência da administração pública com relação à educação, à evasão escolar, entre outros. Porém, o problema mais desafiador e presente no cotidiano escolar é a infrequência.

Os textos que serviram de base para este referencial teórico trazem aspectos gerais sobre a temática aqui abordada, histórico das prisões, das punições, dados estatísticos e como a escola está inserida nestes ambientes e sua contribuição no processo de ressocialização.

Nesse sentido, bem-sucedidas reflexões vêm sendo feitas por autores como Foucault (1999), Onofre (2011), Zanin (2005), Shirasu e Arraes (2015), Pereira (2009; 2010), Burgos *et al* (2014), Pierini e Santos (2016), Varella (1999), como ainda de outros articulistas que versam sobre a temática em apreço.

Inicialmente, segundo Shirasu e Arraes (2015), a infrequência é a incidência de muitas faltas sem qualquer justificativa. Contudo, nesse caso não há necessariamente o abandono escolar, no qual o aluno passa a não ir à aula, levando à reprovação. Se distingue também da evasão escolar, que é quando o aluno não se matricula em nenhuma escola no ano letivo.

A infrequência pode ser associada a diversos motivos e é vista por Burgos *et al* (2014) como interdependente da evasão, pois ambas resultam de elementos externos ou alheios à vontade do aluno, assim como a infrequência pode resultar na evasão escolar.

Nessa perspectiva, existe um grande debate acadêmico sobre os motivos ensejadores da infrequência e evasão. Como não existe uma unanimidade, apenas podemos apontar as consequências dentro do plano da educação, uma vez que a infrequência tem se tornado presente no cotidiano do profissional nessa área.

Pensando na consequência, Pierini e Santos (2016) explicam que a infrequência pode causar a reprovação do aluno, o que resulta numa distorção ou aprovação com déficit de educação. Inclusive, como exposto, a reprovação pode causar a evasão devido à desmotivação em permanecer nos estudos.

Outra questão apontada pelos estudiosos é que a infrequência causa uma descontinuidade do ensino tanto para o aluno quanto para a turma, visto que, dependendo da situação, o professor deve repetir o conteúdo já ministrado aos alunos frequentes. Costa, Guimarães e Rocha (2015) demonstram que a infrequência prejudica o aluno, que acaba tendo uma educação fragmentada e uma compreensão superficial ou deficitária do conteúdo didático, além de proporcionar uma descontinuidade do estudo, posto que o aluno não frequente perde a matéria e, quando volta ao ambiente da aula, o conteúdo está avançado.

Com relação à responsabilidade da infrequência escolar, a Constituição de 1988 determina, no seu artigo 205.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2019a, recurso online).

Analisando o disposto, podemos apontar o Estado e a família como responsáveis pela frequência do aluno; no caso do objeto de pesquisa, destacamos o papel do Estado sobre os privados de liberdade, pois o poder público tem a tutela e deve garantir os bens básicos para a dignidade do preso, assim como proporcionar o exercício de sua cidadania.

Essa questão normativa é apontada por Costa, Guimarães e Rocha (2015) como conflitante com a infrequência, em virtude de a legislação apontar a responsabilidade do poder público com a frequência – algo, inclusive, destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Entretanto, observa-se uma carência e escassez relacionadas aos estudos sobre a infrequência escolar em ambiente prisional, elemento que desafia a presente pesquisa, uma vez que pauta o estudo em dados recolhidos, principalmente, no campo de pesquisa.

Por outro giro, acerca do objeto de estudo, há registros das prisões antes da Idade Antiga, com o isolamento como uma forma de punição, tirando o indivíduo do convívio social. As punições eram executadas por meio dos suplícios, escravidão e banimento.

Foucault (1999) aponta que o sofrimento era uma técnica e não devia ser comparada aos extremos de uma raiva sem lei. Ainda para ser considerado suplício, a pena deveria obedecer a características destacadas por ele, como: a capacidade de produzir certa quantidade de aflição que possa comparar e hierarquizar o castigo. Já o castigo era uma maneira de buscar uma vingança pessoal e pública. Assim, a força do soberano estava sempre presente. Esta forma de castigo configurava a soberania do Estado sobre o corpo dos indivíduos.

Devido às brutalidades nos suplícios, com as mudanças no pensamento social e a pressão por parte de estudiosos da época, no século XVIII, atingiu-se o fim dos castigos físicos, o que ocasionou o surgimento da pena de privação de

liberdade a ser cumprida em uma prisão de forma humanizada, objetivando a correção do comportamento, a ressocialização e a mudança do condenado.

Dessa forma, o momento festivo e admirado pela sociedade – as penas de suplícios, com praças lotadas para ver o cumprimento da pena e o Estado dar exemplo para que outros não viessem a infringir as leis impostas ao convívio social – dá espaço a um momento da valorização da possibilidade de mudança do ser humano, cujo comportamento social pode ser moldado e sua individualidade deve ser respeitada como questão primordial para sua reconstrução social.

Tal mudança é destacada por Foucault (1999) quando menciona os regulamentos da Casa de Paris, uma prisão para jovens detentos na qual a tortura era a rigidez de horários para todas as atividades. Nesta organização, já se observa a estipulação de um horário destinado à participação nas atividades educacionais.

Art. 22 - Escola. Às dez e quarenta, ao rufar do tambor, formam-se as filas, e todos entram na escola por divisões. A aula dura duas horas, empregadas alternativamente na leitura, no desenho linear e no cálculo.

Art. 23 - Às doze e quarenta, os detentos deixam a escola por divisões e se dirigem aos seus pátios para o recreio. Às doze e cinquenta e cinco, ao rufar do tambor, entram em forma por oficinas (Regulamento da Casa dos jovens detentos em Paris). (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Assim, a disciplina na escola contribuía, no contexto da prisão, como mecanismo de doutrinação. Assim, surge o pensamento da prisão como um local de recuperação e reflexão, sendo o papel da escola fundamental para o retorno do "preso" ao convívio social fora dos muros, o que pode diminuir a reincidência do crime.

Neste sentido, Onofre (2011, p. 3) relata que a “escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade. Para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando”.

Após a reforma do direito criminal, no fim do século XVIII, houve a humanização da pena, porém, há uma ideia nova de punir; por detrás disso, havia os interesses burgueses. Para Foucault (1999), a punição dos criminosos se transformava devido às mudanças do jeito de exercer o poder e à nova forma da

sociedade compreender o sujeito. A punição se reconfigura e, ao invés do corpo, alcança-se o próprio ser e sua existência na sociedade.

Ainda segundo Foucault (1999), a prisão moderna leva em consideração o comportamento dos presos e, assim, estabelece com o indivíduo preso uma espécie de domesticação do preso; dessa forma, ele deve ser preparado para o convívio e trabalho. Nesse sentido, a estratégia da disciplina permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, estabelecendo uma relação contrária à violência praticada antes para punir um criminoso, funcionando as disciplinas como uma espécie de controle social e indo além da punição aos corpos.

Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Para conseguir alcançar a disciplina, surge um espaço conhecido como Panóptico, com arquitetura que permite a observação do preso sem que ele perceba que está sendo observado. O espaço era um dispositivo de segurança com uma arquitetura própria, destinada para domínio e distribuição dos corpos em diversas superfícies. As celas do panóptico eram voltadas ao mesmo tempo para os dois lados, interno e externo, de modo que o indivíduo ficava exposto aos olhares do vigilante e este tinha visão total da cela.

O surgimento das prisões marca as mudanças das estratégias de poder. Assim, existia a necessidade de ocupar o tempo do preso; inicialmente, isso era feito com o trabalho, porém, como aponta Foucault (1999), o preso teria a escolha de trabalhar ou ficar ocioso na cela. A possibilidade de o preso trabalhar gerava uma inquietação na sociedade, já que isto era visto como se os presos tivessem mais oportunidades de acesso ao emprego que o cidadão fora do cárcere, ou mesmo regalias, devido à ideia de o cárcere não merecer ter trabalho ou escola.

Na perspectiva desta pesquisa – a infrequência no ambiente escolar inserido em unidade prisional, Foucault (1999) apresenta uma trajetória do modo de se punir, sendo que, em cada momento histórico, houve um método de aplicação da pena, constituindo maneiras para atender às necessidades da continuidade do poder do Estado. Porém, observa-se a carência de mecanismos que possam garantir a

ressocialização do indivíduo privado de liberdade e, ao mesmo tempo, afiançar as possibilidades para ele conseguir uma atividade remunerada que o permita sobreviver sem a necessidade de reincidência criminosa.

Segundo Onofre (2011), a educação em prisões é singular em relação ao processo educativo; busca-se perceber os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária além dos limites impostos pela situação de segurança em relação ao trabalho educacional, respeitando regras e normas do sistema prisional, mas, ao mesmo tempo, criando expectativas de uma vida diferente após o cumprimento da pena. Exemplo dessa singularidade, podemos notar na concorrência existente entre o horário de escola com outras atividades, como o mesmo horário da visita, do banho de sol, da igreja; além disso, existe ainda a negação do agente penitenciário do direito do detento de frequentar a escola.

Assim, Onofre (2011) relata a dificuldade para que o aluno esteja presente na sala de aula e, de um dia para o outro, não estar mais no presídio. Há uma mobilidade interna muito grande, o que dificulta o contato com os mesmos sujeitos selecionados durante um período mais extenso.

Zanin (2005) faz uma narrativa dos problemas enfrentados decorrentes da relação entre punir, ressocializar e alfabetizar dentro de unidade prisional. Segundo ela, a população em privação de liberdade já foi vítima devido ao seu perfil socioeconômico antes mesmo de iniciar sua pena. Esta referência se faz devido à maioria dos indivíduos presos terem baixo nível de escolaridade.

Ainda de acordo com a autora, o analfabetismo dificulta a reinserção social do ex.-presidiário, que dificilmente fugirá de comportamentos ilícitos como estratégias de sobrevivência, acarretando sua volta ao sistema prisional. Portanto, o preso alfabetizado tem melhores condições de trabalho quando retorna ao convívio social. Nesse sentido, Onofre (2007) esclarece que ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica em dependência dos companheiros de cárcere.

Foucault (1999) e Zanin (2005) concordam quando discorrem sobre como a ociosidade do preso gera malefícios à sua conduta dentro das unidades prisionais, de tal modo que, quando os presos são colocados em salas de aula, isso não representa um privilégio, mas, sim, uma solução que atenda aos interesses da sociedade e da própria unidade. Isso porque presos estudantes, geralmente, têm

menos ocorrências disciplinares na unidade, ou seja, a própria unidade tem ganhos com a frequência do preso na escola.

Zanin (2005) traz um estudo de caso específico da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa em que a efetivação da matrícula na escola está condicionada ao interesse do preso em participar, além de passar por avaliação de suas condições psíquicas e de segurança para poder frequentar a escola. A Escola César Lombroso, objeto desta pesquisa, também segue a mesma rotina na matrícula do aluno, porém, devido à demanda, não há tempo de se fazer todo o procedimento, o que é feito ao longo do ano letivo.

As dificuldades do aluno em frequentar e ter bom rendimento escolar estão ligadas ao ambiente hostil das prisões, em que há prioridade à punição e ao controle da vigilância. Segundo Zanin (2005), a finalidade da prisão é reabilitar o indivíduo, porém, os programas de reabilitação e a escola ficam subordinados às condições de segurança das unidades prisionais, prevalecendo a segurança.

Ainda, segundo a autora, não são apenas os motivos acadêmicos e a vontade de aprender que levam o preso a frequentar a escola; há também o interesse em sair das celas e ter uma rotina variada no seu cotidiano e, portanto, sem comprometimento com a frequência escolar. No caso específico que se pretende estudar, alguns alunos demonstram que seu intuito é passar o tempo – ou, como eles dizem, “tirar uma cadeia” e, desse modo, ter direito à remição dos dias de estudos em sua pena.

Neste sentido, a escola é vista de forma diferenciada: “a escola no presídio guarda especificidades que a diferenciam de outros espaços, e que a sociedade dos cativos mantém expectativas em relação à instituição escolar quanto à aquisição de conhecimentos e preparo para o convívio social” (ONOFRE, 2011, p. 9).

Diante do papel da educação nas unidades prisionais como elemento transformador e elemento de ressocialização da pessoa privada de liberdade, e à luz dos autores aqui apresentados, que demonstraram a peculiaridade do processo educativo dentro do sistema prisional e o problema da infrequência, a pesquisa pretende analisar a situação da Escola Estadual César Lombroso e buscar alternativas para contribuir para diminuição da infrequência escolar nesta unidade.

3.2 PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO

Como ressalta Minayo (2009), a metodologia de uma pesquisa configura-se em uma linha de pensamento orientada para a busca da solução de um problema, considerando a literatura e a prática exercida na abordagem da realidade. Com vistas a alcançar uma compreensão e explicação mais ampla a respeito das condições que possam manter o aluno na escola, amenizar a infrequência e combater a evasão, buscamos identificar as possíveis formas para solucionar ou minimizar o problema, o que ajudará na organização de um PAE. Assim, na condução desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes do sistema prisional e alunos apenados.

3.2.1 Contexto e sujeitos da pesquisa

A fim de responder à questão norteadora deste estudo, planejou-se a pesquisa de campo para a coleta de dados.

Os dados obtidos em campo constituíram evidências para analisar os possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual César Lombroso. Desse modo, foram elaborados roteiros de entrevistas distintos (Apêndices A e B deste trabalho), sendo destinados a dois grupos de sujeitos inseridos no ambiente escolar:

- a) Agentes Penitenciários;
- b) Alunos matriculados na escola dentro da Unidade Prisional.

Devido à particularidade do ambiente em que se deu a pesquisa de campo, houve a necessidade de autorização da Seap para realização das entrevistas, sendo o processo de liberação de autorização orientado pela Resolução nº 59/2018 da Seap.

O processo de autorização demorou cerca de cinco meses, e após a liberação da Seap (Carta de Anuência - Anexo 1), foi condicionado à autorização da unidade para o uso de equipamento de voz e a liberação dos alunos. Conforme estabelecido na Carta de Anuência, as entrevistas (Apêndices C e D deste trabalho) foram realizadas fora do horário de trabalho do pesquisador.

Sobre os critérios de participação, em relação aos alunos, o objetivo era poder entrevistar alunos das três dependências da Unidade Prisional - Sede,

Alojamento e Anexo. O total de alunos matriculados na Escola Estadual César Lombroso é de 350 alunos sendo o espaço Sede com 210 alunos, o Alojamento e o Anexo com 70 alunos cada.

Assim, mediante este cenário, ficou estabelecido que o recorte seria de 11 alunos, sendo: cinco alunos da Sede (pois é o local com o maior número de alunos), três alunos do Alojamento e três alunos do Espaço Anexo, em caráter de livre demanda, ou seja, a partir do recorte estabelecido, todos aqueles que se disponibilizassem de livre e espontânea vontade a participar da pesquisa, para preservar a identidade dos alunos foram dados nomes fictícios a eles. Assim, obtivemos o total de onze alunos entrevistados, conforme o perfil a seguir, detalhado no Quadro 7:

Quadro 7 - Perfil dos alunos entrevistados

Entrevistados	Dependência onde está inserido	Idade	Série que está cursando dentro da U.P.
1 Afonso	Sede	26 anos	2º ano do Ensino Médio
2 Bernardo	Sede	33 anos	3º ano do Ensino Médio
3 Cristiano	Sede	23 anos	1º ano do Ensino Médio
4 Ademir	Sede	39 anos	2º ano dos Anos Iniciais
5 Luís	Sede	28 anos	1º ano do Ensino Médio
6 Daniel	Alojamento	34 anos	2º anos dos Anos Iniciais
7 Dario	Alojamento	33 anos	4º ano dos Anos Iniciais
8 Francisco	Alojamento	34 anos	1º ano do Ensino Médio
9 Igor	Anexo	42 anos	7º ano do Ensino Fundamental
10 Moises	Anexo	41 anos	9º ano do Ensino Fundamental
11 Raul	Anexo	24 anos	2º ano do Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para que de fato as entrevistas pudessem ser realizadas, além da Carta de Anuência, foi elaborada uma lista com os nomes dos alunos que seriam entrevistados, para que no dia não houvesse questionamentos da segurança.

Em relação aos Agentes Penitenciários, o objetivo era entrevistar pelos menos um agente de cada dependência da Unidade Prisional – Sede, Alojamento e Anexo, que se enquadrasse nos seguintes critérios: maior tempo de trabalho na unidade, agentes que tenham atendido e/ou atendem à escola, além do caráter de livre demanda. É importante frisar que não se sabe exatamente quantos agentes realizam o acompanhamento escolar dos estudantes na unidade prisional em cada dependência, pois para além do total de agentes disponíveis nestes espaços, a

disponibilidade deles para o acompanhamento escolar pode variar de acordo com o espaço, quantidade de alunos indo para a escola em determinados dias e outras situações adversas comuns neste cenário.

Com os agentes penitenciários, foi percebido que houve certa resistência de alguns em fazer parte da pesquisa, mas, ainda sim, mediante as dificuldades encontradas, três agentes que se inseriram no critério de escolha se dispuseram a participar, também foram usados nomes fictícios para preservar as identidades dos entrevistados. No Quadro 8, a seguir, apresenta-se o perfil dos Agentes entrevistados:

Quadro 8 – Perfil dos Agentes Penitenciários entrevistados

Entrevistados	Idade	Formação	Tempo de Trabalho na Unidade Prisional
1 Baltasar	53 anos	Superior Completo	25 anos
2 Adriano	29 anos	Superior Incompleto	5 anos
3 Caetano	35 anos	Superior Completo	15 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A primeira entrevista foi realizada nas dependências da Sede no dia 26 de junho de 2019, no período da tarde, no salão nobre da unidade, local onde acontecem os julgamentos dos presos que cometem faltas na unidade (um espaço amplo com poltronas antigas dispostas em forma de círculo saído de um tablado onde ficavam os que faziam o julgamento, lembrando a ideia de um júri), com um dos agentes do Grupo de Trânsito Interno (GTI) responsável pela movimentação dos alunos na Sede. Neste mesmo dia, foi realizada entrevista com o agente no espaço do Alojamento, porém, no período da noite e no horário da escola.

Para entrevista com os alunos da Sede, foi necessário um agendamento prévio com a segurança, e aconteceu na sala de atendimento psicológico por se tratar de uma sala com mais privacidade. As entrevistas foram realizadas com os alunos algemados com as mãos para frente e sentados, dois agentes ficaram no corredor e a porta ficou semiaberta. Notou-se que os alunos não se importaram com a situação.

No Espaço Alojamento, a entrevista aconteceu com três alunos e foi realizada no dia 27 de junho de 2019, em uma das salas de aula que estava desocupada.

Neste espaço, os alunos estavam sem algemas e durante as entrevistas era possível ouvir barulhos feitos por outros presos.

As entrevistas no Espaço do Anexo aconteceram nos dias 28 de junho e 01 de julho de 2019 com dois alunos no primeiro dia e um no segundo, as entrevistas aconteceram no campo de frente à escola sem uso de algemas e sem a presença de agentes de segurança, espaço onde o barulho era intenso e em alguns momentos era necessário repetir a pergunta ou pausar a gravação.

3.3 DIFICULDADES E DESAFIOS DA PESQUISA

Pesquisar em um ambiente do qual você é parte e conhece bem toda a dinâmica local não é nada confortável à primeira vista, ainda mais se tratando de um ambiente cercado de todo preconceito, onde as pessoas sempre estão desconfiadas de algo, como é o caso do ambiente prisional.

Existe uma complexidade nas reações e relações dos sujeitos envolvidos, neste caso em específico, alunos e agentes prisionais. Não posso dizer que tive nas unidades dificuldades semelhantes às que pesquisadores que não convivem neste espaço têm quando adentram em um presídio para realizar suas pesquisas, porém, o rótulo a mim investido em alguns momentos, dificultou nas respostas dos entrevistados, alguns se sentiram diante do diretor da escola e não do pesquisador, e em alguns momentos, tinham receio de falar claramente sobre os questionamentos, e quando eu percebia esta situação, lembrava a eles que era uma pesquisa e não um relatório para escola ou para unidade e que podiam falar abertamente sobre o tema, pois por questões éticas o sigilo seria mantido.

Um momento que gerou muita ansiedade foi durante o processo de autorização, pois, mesmo o pesquisador sendo servidor na unidade há mais de treze anos, o processo ficou estacionado por um tempo devido às autorizações obrigatórias que são exigidas para realização de pesquisas dentro das unidades prisionais de Minas Gerais. A autorização para realização da pesquisa demorou cerca de cinco meses para ser concedida, devido, segundo os responsáveis pela autorização, ao processo de transição ao qual o Estado estava passando e dentro da Seap acontecia a reorganização do setor de autorização acadêmica.

Após a autorização da secretaria, foi encaminhado o pedido para a unidade prisional, e com o parecer favorável foi pedido os nomes dos sujeitos a serem

entrevistados. Desse modo, ficou acordado que nas dependências da Sede as entrevistas com os alunos aconteceriam na sala de atendimento psicológico já que era a sala com mais privacidade, e no caso das entrevistas nos demais espaços, apenas foi necessário, no dia, avisar ao agente presente que iria usar o gravador. Já em relação aos agentes, o combinado foi que deveria ser na disponibilidade do agente.

No período que aguardava pela liberação, foram selecionados os sujeitos da pesquisa, o que tornou mais ágil a entrega dos nomes dos alunos para este fim.

Devido ao conhecimento das rotinas da unidade e de forma geral ser um espaço com mudanças repentinas, para não correr o risco de ficar sem o número necessário de sujeitos para as entrevistas, em todos os espaços foi pedido para liberar pelo menos dois alunos a mais que o necessário, já que alguns alunos da lista poderiam ser liberados através de benefícios de direito como: o alvará de liberdade, descida temporária ou ser transferido para outra unidade. Felizmente não ocorreu nenhum imprevisto e todos os listados estavam presentes nos dias das entrevistas. Para usar apenas o número de sujeitos que foi estabelecido, foi tomada a decisão de não usar as duas últimas entrevistas. A pesquisadora Onofre (2011) em sua pesquisa em prisões também relata fato semelhante.

Dos cinquenta sujeitos selecionados, apenas dezoito puderam ser entrevistados, embora as conversas tenham sido agendadas com antecedência. Os demais sujeitos não participaram das entrevistas, por estarem no hospital, terem sido excluídos (ido para outros presídios), estarem em trânsito (encaminhados a outras comarcas para responder processos), ou incomunicáveis no pavilhão E (local para onde são encaminhados quando cometem faltas graves). Isso demonstra a dificuldade encontrada na coleta de dados, mesmo porque o sujeito selecionado para entrevista pode, de um dia para o outro, não estar mais no presídio. Há uma mobilidade interna muito grande, o que dificulta o contato com os mesmos sujeitos selecionados durante um período de tempo muito longo (ONOFRE, 2011 p. 114).

Uma situação que foi surpreendente está relacionada à franqueza dos agentes, um deles o (Baltasar), em especial, em todo o momento da entrevista sinalizou que a dificuldade da escola era relacionada ao agente de segurança. A surpresa ocorreu porque, inicialmente, tinha-se a ideia de que eles responderiam preservando a tropa.

Ainda em relação aos agentes, apenas um agente não se sentiu à vontade de participar e pediu para que fosse substituído por outro profissional, alegando que estava com uma tarefa a fazer e não podia participar.

A condução das entrevistas com os alunos no Espaço Sede foi tranquila, mas como a porta da sala ficava entreaberta e o agente penitenciário ficava próximo à porta, e como o aluno ficava de costas para esta porta, quando percebia que estava sendo observado pelo agente, eu falava mais baixo e tentava deixar o aluno bem tranquilo já que alguns perguntaram se o agente iria ter acesso à gravação.

No Espaço Anexo e no Alojamento as dificuldades foram em relação ao barulho desses espaços que, muitas vezes, impedia de ouvir com clareza as respostas dos alunos. Outra situação em especial, ocorrida no Anexo, foi que as entrevistas tiveram que ser mais rápidas devido às situações de segurança. Lembrando que as entrevistas nestes espaços aconteceram nas dependências da escola, porém, como nas dependências do Anexo não têm salas sobrando, as entrevistas foram feitas no pátio sem cobertura em meio ao frio e sereno, uma vez, que elas foram realizadas entre 20 e 22 horas.

3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES PENITENCIÁRIOS

A realização das entrevistas com alunos e agentes penitenciários envolvidos com o funcionamento da escola, distribuídos nos três espaços onde a escola está presente na unidade, revelou algumas situações que na normalidade não seriam percebidas. No âmbito das entrevistas com os agentes de segurança, a análise pode ser dividida em três eixos, sendo eles: (i) O funcionamento da escola no ambiente prisional; (ii) O preso e a escolarização em ambiente prisional e (iii) Relação entre a escola e o presídio.

O primeiro eixo tem por objetivo captar o entendimento dos agentes enquanto a divisão de um espaço feito inicialmente para “punir”, contrastando com a presença da escola que é um dos pilares da ressocialização dentro das unidades prisionais. A questão da educação chega a ser algo alheio e estranho ao sistema prisional, assim, agentes penitenciários têm no funcionamento da escola um complicador para as dinâmicas de segurança.

Para o Agente Baltasar, “é evidente a ideia de que, baseado em sua longa experiência no sistema prisional, a escola não é boa coisa dentro da unidade,

servindo para o preso apenas fora da unidade, para que o mesmo não venha cair na vida do crime”³ (AGENTE BALTASAR, 2019). São escassas as pesquisas que traçam estatísticas sobre a reincidência de presos que estudaram dentro de uma unidade prisional, assim busca-se compreender também, qual o ponto de vista dos agentes nessa perspectiva. Neste sentido, o Agente Adriano ressalta que “a escola é de extrema importância para unidade, e acredita que a reincidência de quem estuda pode ser menor” (AGENTE ADRIANO, 2019). Seguindo a mesma linha, o Agente Caetano também relatou que a escola é positiva dentro da unidade: “Eu penso que é positivo né, tendo em vista esse trabalho da tentativa de ressocializar, eu nem falo ressocializar, por que eles precisam de ser socializados” (AGENTE CAETANO, 2019).

Neste sentido, Leme (2007) colabora, discorrendo que:

A escola não precisa funcionar nos mesmos moldes da dinâmica prisional, podendo, então, desempenhar um papel primordial no resgate na condição de cidadão (...) quaisquer que sejam as funções atribuídas a escola na prisão, os detentos têm dela expectativas positivas, sendo um lugar de vivências interativas, de respeito mútuo de cooperação e que no limite, contribui para tornar a pena privativa de liberdade menos dolorosa. (LEME, 2007, p. 107).

O bom funcionamento da escola depende sobretudo da capacidade do agente penitenciário realizar seu papel de conduzir os alunos das celas para escola. Diante disso o Agente Baltasar relata sobre o comprometimento dos agentes que:

A dificuldade que eu acho é a falta de comprometimento dos agentes com o horário, só, isto, o resto é fácil, tirou ele vai, então eu não vejo dificuldade a única dificuldade que tem é com relação aos funcionários, para subir nos pavilhões e soltar os presos. (AGENTE BALTASAR, 2019).

Nesta perspectiva, o relatório elaborado após visitas em várias unidades pelo Brasil, a Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação (CARREIRA; CARNEIRO, 2009) apontou a existência de algumas resistências internas quanto à educação dentro das unidades.

³ As falas dos sujeitos de pesquisa serão grifadas com o recurso itálico para destacar e diferenciar esses excertos do restante do texto.

Em todas as unidades visitadas, foi identificada a resistência, que chega muitas vezes ao boicote, por parte dos/das agentes penitenciários à liberação de presos para as aulas. Em algumas unidades, observamos a existência de revistas (blitz) regulares por agentes e policiais militares que destroem materiais e trabalhos escolares. (CARREIRA; CARNEIRO, 2009, p. 86).

O mesmo relatório aponta que existe uma mentalidade entre agentes e outras autoridades ligadas à segurança, que entendem o direito à educação como sendo um privilégio para o preso. Neste sentido, Julião (2007, p. 38) ressalta que:

A opção por tirar da ociosidade uma grande massa da população carcerária, levando-a a sala de aula, não constitui privilégio, como querem alguns, mas, sim uma proposta que responde ao direito de todos à educação e atende aos interesses da própria sociedade.

O cumprimento dos horários dentro da prisão depende, num primeiro momento, que o agente queira estabelecer prioridades que em sua maioria são prioridades do próprio agente e não da direção ou do responsável pela organização. O caminho das ordens até chegar ao agente pode se distanciar da ordem dada, passando por interpretações.

Como mencionado pela relatoria nacional, existe um boicote à escola, alguns procedimentos podem ser feitos em horários alternativos ao da escola, mas, muitas vezes, fica evidenciada a necessidade de dificultar o acesso à escola, o procedimento ou as chamadas “bate celas”, por exemplo, acontecem quase sempre no horário de aula.

Outro fato que acontece na unidade, segundo relato de alunos, é a destruição de material escolar nas revistas, os agentes jogam de qualquer jeito cadernos e outros materiais, danificando-os, além disso, nos procedimentos de revista corporal, as roupas e os cadernos são jogados na água suja nos dias de limpeza das galerias, o que ocorre geralmente na sexta-feira, dia que antecede as visitas.

Nesta direção, um dos agentes deixa claro que é um direito o acesso à educação nos presídios, porém, a decisão é do agente se o preso vai ou não para a escola. O Agente Baltasar aponta que a escola contribui para a falta de segurança na unidade:

Infelizmente segurança no presídio não tem, por motivos de falta de elemento humano para trabalhar e a capacidade da cadeia está

muito cheia, então a escola também seria mais um divisor para não ter segurança porque, colocar 100 presos na escola para dois agentes tomarem conta, acho que não tem segurança também nem para vocês e nem para os agentes. (AGENTE BALTASAR, 2019).

De fato, quando não há impedimento para os alunos irem até a escola, são disponibilizados somente dois agentes para fazer a segurança conforme o Agente Baltasar ressalta em seus depoimentos. Todavia, o referido Agente ainda destacou que mesmo com estas dificuldades, não houve nenhum tipo de problema com alunos que necessitasse de intervenção ou que desse início a algum motim, pelo contrário, os alunos têm consciência do espaço escolar e respeitam este espaço, os atritos oriundos da convivência entre eles são resolvidos fora da escola.

Os códigos internos também ajudam no controle da disciplina dentro da escola, os alunos que porventura cometem algum ato de indisciplina dentro da escola podem sofrer retaliações vindas dos próprios alunos e até dos que não estudam, geralmente estes acertos acontecem no banho de sol.

Em relação aos horários de aula no Espaço do Alojamento e do Anexo, os agentes apontaram que este fato não interfere no funcionamento adequado da escola, mas, que principalmente nas dependências do Anexo, é costumeiro, os alunos perderem o primeiro horário de aula devido à demora na entrada para unidade, os procedimentos são lentos e estes alunos estão vindo do trabalho, e quando a demora é mais prolongada, muitos deixam de ir à escola. Nestes dois espaços especificamente, ficam os presos que são liberados para o trabalho durante o dia, eles saem e retornam à noite para dormirem na unidade, são os presos com benefício do semiaberto.

Fica evidente a interferência da segurança no funcionamento da escola, ou seja, os horários são condicionados a questões de segurança, neste sentido, é possível perceber que o fator “segurança” é usado para diminuir a eficiência do trabalho de outros setores dentro da unidade como a educação.

O 2º eixo desta análise diz respeito **ao preso e à escolarização em ambiente prisional**, retratando o ponto de vista dos agentes entrevistados e como eles percebem a questão da escolarização na prática diária com os presos.

Não seria contraditório um preso dizer que seu objetivo na escola é mudar de vida e conseqüentemente sair da vida do crime. Contudo, para todos os agentes entrevistados, é unânime a opinião de que os presos vão à escola para obter o

benefício da remição, conforme ressaltou o Agente Baltasar, quando diz que “talvez algum está querendo sair do crime. Os outros eu acho que é só para ganhar remição, remição de pena, porque a cada três dias trabalhados ganha um dia, e também para sair de cela” (AGENTE BALTASAR, 2019).

Neste contexto, vale a pena esclarecer que a remição de pena é um benefício concedido aos presos que comprovem frequência escolar, sendo que a cada doze horas de estudo, o preso tem a diminuição de um dia em sua pena.

A grande maioria pelo que se percebe buscam apenas a remição, mas acredito que uma pequena minoria busca além da benesse da remição da pena a questão do conhecimento, de terminar os estudos, de buscar o melhor também quando sair da unidade prisional. (AGENTE ADRIANO, 2019).

Concordando com as falas dos colegas, o Agente Caetano ainda resalta que:

No meu entendimento, o motivo número um seria a remição, como ele está no fim da progressão de pena dele, eu creio que objetivo número um seria a remição, porque lá na parte interna é um pouco diferente porque os presos lá geralmente estão em regime fechado aí eles.. (pausa), aí esses eu especulo que são os que mais frequentam a escola, porque eles precisam mais da remição do que aqueles outros que estão aqui. (AGENTE CAETANO, 2019).

Esta fala do Agente Caetano corrobora com a percepção do pesquisador, que ao longo dos anos trabalhados nesta unidade, já havia notado que presos que estão no regime semiaberto tendem a não frequentar a escola com o objetivo principal de remição, pois, por estarem no fim da pena, a redução já não iria acelerar sua saída.

Por outro lado, os pedidos de “atestado de dias estudados” que são pedidos pelos presos que estudam na escola, demonstra que nem todos têm estes objetivos como relacionado pelos agentes. Na Tabela 5, a seguir, é possível visualizar a relação de atestados pedidos com o número de matrículas de 2013 a 2017.

Tabela 5 - Relação de matrículas por pedidos de Atestados de dias Estudados da Escola Estadual César Lombroso - 2013 a 2017.

Ano	Quantitativo de matrículas	Pedidos Protocolados	
2013	454	205	45%
2014	392	316	80%
2015	460	340	74%
2016	471	388	82%
2017	737	317	43%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados evidenciaram que praticamente em todos os anos apresentados, mais da metade dos alunos requisitaram o atestado de dias de estudo, porém, não se pode dizer que todos foram beneficiados, uma vez que, o pedido é feito a um juiz, que pode indeferir ou não o pedido de remição. No ano de 2013, o número de pedidos foi bem inferior em relação aos outros anos, possivelmente devido à burocracia interna, posto que a unidade passava por mudanças em seu quadro com a chegada e saída de servidores. No ano de 2017, o número de atestados de dias de estudo foi maior devido a um novo anexo escolar em outra unidade, o que influenciou nos pedidos de atestado de dias estudos deste ano.

O atestado de dias estudados é solicitado pelo preso via ofício feito por advogado ou mesmo pelo preso e encaminhado ao núcleo de educação da unidade, que por sua vez o direciona a escola para que seja feito o atestado, que pode demorar cerca de quinze dias para ficar pronto. Nesse atestado (Imagem 6, apresentada na página 106), constamos dias de estudos do aluno e as horas equivalentes de estudos. O documento é assinado pelo diretor e secretário da escola. Após assinado, o documento é encaminhado para o núcleo de educação da unidade que disponibiliza o documento para o preso ou para os advogados.

Para o Agente Baltasar, o preso não deveria ter acesso à escola por se tratar de um benefício e ele estaria na unidade para pagar algo que fez contra alguma família. É possível perceber a partir da fala do Agente que ele traz consigo, ou para seu trabalho, conceitos já predefinidos socialmente de que a prisão é apenas para punir, e os que estão nela não merecem benefício e devem ter seus direitos completamente extintos.

Neste ponto, o Agente Adriano discorda do Agente Baltasar e pontua que não há regalias para o preso que estuda, e segundo ele, a escola é de extrema importância.

Eu acho que estudar é extremamente importante, principalmente se levarmos em conta que boa parte dos que estão encarcerados têm baixa escolaridade. Então, acredito que a baixa escolaridade não é o fator determinante, mas é algo que influencia o cometimento de delito também. Então, aqueles que se encontram estudando, acredito que a possibilidade de reincidência é menor. (AGENTE ADRIANO, 2019).

Não se pode negar o fato de que o preso tem diferentes motivos para estar na escola dentro da unidade, seja pela remição, seja para sair da cela, para ver outros presos que geralmente não são vistos em outros ambientes, a não ser na escola, distrair a cabeça ou “tirar uma cadeia” como falam muitos, mas, com certeza, muitos destes presos que frequentam a escola também estão à procura de mudança de vida, buscam por conhecimento. É muito comum alunos do Ensino Médio com expectativa de concluí-lo e dar continuidade aos estudos em uma universidade.

Neste sentido, Santos (2007, p. 108) enfatiza que:

A escola tem uma tarefa que lhe é peculiar, qual seja, de propiciar acesso ao conhecimento socialmente acumulado e garantir uma nova visão de mundo. Portanto, mesmo no ambiente prisional, a escola tem seu significado e atribuição mantidos. Acaso se acredite que a educação escolar pode contribuir com a transformação da realidade, há de se insistir nessa possibilidade, mesmo estando no universo das prisões.

A possibilidade de transformação através da educação, mesmo dentro de prisões, é significativa visto que muitas unidades de Minas Gerais têm presos que conseguiram chegar à universidade mesmo estudando em unidade prisional. Na referida unidade objeto de estudo, segundo o núcleo de atendimento educacional, no ano de 2017, haviam oito universitários fazendo curso superior na modalidade à distância. Pode-se pensar que o número seja baixo, porém, para chegar a cursar uma graduação em alguma universidade, é necessário ter um bom desempenho no Enem.

Quando questionados se há algum privilégio para os presos que estudam, o Agente Baltasar prontamente respondeu que a escola já é um benefício, que não deveria ser concedido ao preso. Para o Agente Caetano, porém, não existe tratamento diferenciado entre os presos que estudam ou não.

É tratado da mesma forma, eu não vejo essa diferença não. Até mesmo porque não tem nem condições de fazer essa análise de quem estuda e quem não estuda. Não tem a relação do preso que está matriculado e quem não está. Muitas vezes, o Agente aqui não é o caso, o preso vai por conta própria, mas em outros setores o Agente só os retira para frequentar as aulas. (AGENTE CAETANO, 2019).

O Agente Caetano faz uma observação importante em relação à postura dos agentes com os presos que frequentam a escola, ou seja, para ele não há diferenciação.

A esse respeito, o Agente Adriano discorre:

Não diria que tem regalias, mas é visto com bons olhos, principalmente aqueles que são mais frequentes às aulas, aqueles que demonstram interesse em continuar estudando, aqueles que prestam atenção nas aulas, aqueles que mantêm uma certa disciplina, esses aí são, com certeza, vistos com bons olhos. Tanto pelos agentes penitenciários e acredito também que para os outros presos. (AGENTE ADRIANO, 2019).

Mesmo que o preso seja revestido pelo preconceito social, e muitos que trabalham na segurança tendem a contribuir para baixa autoestima dos que buscam alternativas através dos estudos, a escola faz seu papel e é perceptível que a maioria dos funcionários veem com bons olhos os presos que estudam. Não se pode caracterizar como regalias, embora na prática exista uma distinção entre os presos que estudam e aqueles que não estudam. Em conversas com técnicos da unidade como psicólogos e assistentes sociais, já foi mencionado que presos que estudam tendem a não dar problemas de comportamento ou problemas com os agentes. Nesta perspectiva, Julião (2007) ressalta a importância da educação em qualquer lugar em que ela possa alcançar.

A escola nos presídios tem uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade. (JULIÃO, 2007, p. 47).

Onofre (2011) corrobora com Julião (2007) e ainda pontua que:

A educação, por seu lado, almeja a formação de pessoas, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de sua condição atual. (ONOFRE, 2011, p. 110).

Assim, a escola tem a possibilidade de contribuir para mudança da condição do preso, e os anos de vivência dentro da unidade prisional, conforme é possível perceber através dos relatos dos alunos, a importância da escola na sua mudança de vida e que o conhecimento adquirido proporciona compreender o mundo de uma forma mais positiva, enxergando as oportunidades.

Sobre essa questão, Onofre (2011 p. 117) ainda discorre que:

Sem dúvida, os que têm um grau de escolaridade mais elevado são mais respeitados e valorizados na prisão, seja por funcionários, seja por outros presos. A leitura e a escrita aumentam os conhecimentos, melhorando o relacionamento e criando novas maneiras de pensar, viver e comportar-se dentro e fora das grades.

Pensar o que leva um preso a ser frequente na escola pode permear vários fatores, ligados à segurança, ao preso e a própria escola. Nesse sentido o Agente Baltasar comenta que, por vezes, já ouviu os presos reclamando que os agentes não estavam retirando-os da cela para irem à escola, fato comum que acontece na maioria das unidades prisionais. Em sentido oposto o Agente Caetano aponta que a escola deveria mostrar ao preso que os estudos são importantes para ele quando sair, e que a escola usa iscas para atrair o aluno. Como lanches, água filtrada e estrutura um pouco melhor do que a oferecida nos alojamentos.

Não se pode dizer que ele esteja equivocado, porém, a escola acaba usando dessas estratégias para atrair o preso para o estudo em um ambiente onde quase tudo é restrito. É possível dizer que a escola dentro da unidade prisional, assim como em escolas fora deste contexto, buscam manter um ambiente mais estruturado, aconchegante para o estudo, oferecendo as condições necessárias para que esses alunos tenham um bom desempenho escolar. Assim, a escola na unidade prisional, busca propiciar ao aluno algo diferente do vivido dentro dos pavilhões e de sua própria sobrevivência neste meio.

Sobre o 3º eixo - **relação entre a escola e o presídio** - todos os agentes entrevistados afirmaram que não participaram de cursos que abordassem a escola dentro do sistema prisional como tema, e apenas um havia feito um curso que

abordou direitos humanos. Como a educação dentro do sistema prisional é uma questão secundária, não é uma prioridade capacitar os agentes para lidar com as situações do cotidiano escolar dentro da unidade.

Neste sentido, o Agente Baltasar comenta:

Eu acho que o preso com relação ao professor, eu acho que ele não seria capaz de fazer muita coisa não, porque eu acho que ele tem um respeito com o professor, e o professor também respeita o aluno. Não age com ele igualzinho ao ASPEN age no pavilhão. O tratamento fica mais humano, vamos dizer assim, o tratamento dos professores com os presos é mais humano do que dos agentes com os presos. (AGENTE BALTASAR, 2019).

É possível dizer que a fala do Agente expressa o que de fato ocorre na maioria das unidades em relação aos funcionários da escola, sempre será possível encontrar relatos de que o tratamento do professor em relação ao aluno é cordial e feito de forma respeitosa, diferentemente da conduta dos agentes penitenciários, que em muitas situações, acabam oprimindo os alunos.

Esta relação do professor com o aluno gera uma sensação de confiança. Para os presos, a escolas e as pessoas que ali trabalham são referências de coisas boas diferentemente da vigilância constante e da desconfiança, conforme bem ressaltou Onofre (2006).

A vigilância pertinaz e o controle de todos os seus atos registrados pelos funcionários impõem a ele um estado constante de alerta. Convivendo em tais circunstâncias, o aprisionado aponta a escola como um espaço onde se sente mais livre, onde conversa com os colegas de todos os pavilhões e com os professores, em quem confia. (ONOFRE 2006, p. 9).

A autora ainda enfatiza que “as trocas de experiências com o professor e com outros alunos leva-os a um convívio que não é movido pelo ódio, pela vingança ou rejeição”. (ONOFRE, 2007, p. 25).

Na opinião do Agente Adriano, é importante que haja uma parceria entre a escola e a segurança, em que as duas devem andar juntas, de maneira que a escola não atrapalhe a segurança e nem a segurança atrapalhe o trabalho da escola. Mas, por outro lado, o agente ressaltou que nem todos seus companheiros têm o mesmo entendimento em relação ao preso e à escola dentro da unidade prisional.

A dificuldade é o seguinte, não é bem uma dificuldade, mas tem presos que o agente olhou para ele, não está com o crachá, ou está com cabelo grande, ou acha que não vale a pena deixar ele sair da cela não deixa. Deixa ele na cela, a dificuldade que tem é o agente liberar mesmo. Não tem interesse em liberar não libera mesmo. (AGENTE BALTASAR, 2019).

O que o Agente Baltasar expõe é uma realidade dentro do sistema prisional, muitos agentes se solidificam do poder que lhe é investido pelo Estado, porém, acabam extrapolando. Neste momento, eles fazem o papel dos acusadores e dos juízes, acusam e já dão a pena, ou seja, a pena que é o impedimento de saída para ir à escola.

A fala do Agente Baltasar ilustra o que a maioria alunos entrevistados comentaram, que por causa da barba e cabelo sem cortar são impedidos de ir à escola pelos agentes. Assim, diretamente, o Agente interfere na presença dos alunos na escola, existe por parte dos alunos várias reclamações que são repassadas para direção do presídio para providência, o que melhora por alguns dias, mas logo as reclamações reaparecem e vão se tornando cíclicas.

O que Leme (2007) aponta é que a escola é tratada, na maioria das vezes, pelos funcionários como um lugar secundário, e eles não dão valor, acreditam que o preso não precisa estudar. Pelo que se percebe em muitos agentes, esta é a ideia de tentar ao máximo que a prisão seja um espaço de crueldade, às vezes, não a crueldade física, mas a psicológica. Neste sentido, Foucault (1999) ressalta que “o carcerário “naturaliza” o poder legal de punir, como “legaliza” o poder técnico de disciplinar”, e nas pequenas ações conseguem impor a disciplina pelo medo.

Com relação à infrequência do aluno, esta é mais evidente no espaço escolar da Sede, onde o aluno necessita da presença efetiva do Agente para tirá-lo da cela e encaminhar para a sala de aula. Já nos outros espaços - Anexo e Alojamento, não há necessidade da presença efetiva do Agente, tendo em vista que estes espaços se encontram os presos do semiaberto que podem circular livremente.

Sobre a diferença de cada espaço em relação à escola, o Agente Caetano, quando perguntado se existe dificuldade para o aluno frequentar a escola no Espaço do Alojamento, ressaltou que “*não, ele não tem dificuldade nenhuma. Até mesmo porque o horário de trabalho deles é compatível, para estar frequentando as aulas*” (AGENTE CAETANO, 2019).

É possível observar que, no Espaço do Alojamento, mesmo tendo mais flexibilidade dos alunos para ir à escola, a infrequência é considerável. A esse respeito, o Agente Caetano comenta:

Como eles, em tese, não estão precisando dessa remição, então, eles não são atraídos para adquirir o benefício que o estudo vem garantir para eles. Mas não sei, talvez a estrutura também, né?! Porque aqui a estrutura é mais precária em relação aos outros espaços, às vezes, a iluminação aqui é insuficiente. O Quadro ainda utiliza giz. Às vezes eles são atraídos quando vem professoras mais jovens, a gente percebe quando vem uma professora bonita, mais nova a sala fica mais cheia. (AGENTE CETANO, 2019).

De fato, a estrutura do Espaço do Alojamento para fins de estudo é precária, improvisada, não dando conforto mínimo para estudos, é um espaço em que as salas são divididas por compensados de madeira, não tem biblioteca, as cadeiras, em sua maioria, estão danificadas, iluminação precária, além dos cachorros que têm acesso às salas antes das aulas e acabam sujando todo o espaço.

Sobre o comentário do Agente Caetano em relação às professoras mais jovens, a escola tem no seu Quadro de funcionários em maior número, professores com mais de dez anos de trabalho na unidade, quando chega uma professora mais jovem, de fato as salas destas professoras ficam mais cheias, mas devido às técnicas de ensino diferenciadas, como uso de tecnologias como uso do Datashow, ou seja, as aulas ficam mais interessantes e os alunos participam mais.

Sobre a escola ideal para o sistema prisional, o Agente Baltasar acredita que o ideal seria conscientizar o aluno da importância do estudo e não só pela remição, o ideal também seria ampliar o número de vagas para que mais presos pudessem estudar. Já para o Agente Caetano, a escola precisa aprimorar suas técnicas e principalmente a questão dos atrativos.

Porque quando você fala o que eu vou fazer para atrair o recluso para estudar. Na verdade, teria que focar o trabalho de mostrar para ele que o estudo é o que importa, é o que ele precisa, para quando ele sair ele vai ter isso no currículo dele para ele apresentar para ele conseguir um emprego. E não somente pelos atrativos, a eu vou à escola por causa da professora bonita, por causa do lanche, por causa da estrutura lá que é melhor, a água lá tem filtro. Então assim acaba que o pano de fundo fica sendo outro, e o ensino o mesmo que seria o foco fica apagado. (AGENTE CAETANO, 2019).

Uma situação que a referida pesquisa permitiu observar, foi que, mesmo pesquisando o próprio ambiente de trabalho, somos pegos pelas falas que nos levam a refletir sobre o próprio papel da escola dentro da unidade e as estratégias que usamos para atrair os alunos e mantê-los frequentes.

A escola em ambiente prisional, tem seu foco voltado principalmente para as questões de segurança, e com isso, as questões pedagógicas que seriam prioritárias ficam em segundo plano. Ainda é preciso lidar com os chamados “atravessamentos” como por exemplo: o professor elabora um projeto ou uma aula e no dia da culminância do projeto, o aluno acaba impedido de ir à escola ou é transferido para outra unidade, com isso, o professor tem que reiniciar o seu trabalho e o aluno acaba perdendo a aula. É um grande desafio desenvolver o trabalho em um espaço em que a educação precisa caminhar em conjunto com ações que, por vezes, não condizem com uma proposta pedagógica.

Muito do que foi exposto pelos agentes se configura na prática diária do seu trabalho dentro da unidade. Com relação a infrequência, esta “conta” não pode ser transferida apenas ao aluno pelo fato de ser criminoso, e/ou por não querer estudar, o próprio agente esclarece que a condição que é imposta ao aluno para ir à escola, a disciplina na sua totalidade, não se pode nem olhar para o lado que pode ser retirado da fila, perguntas feitas diretamente ao agente, podem ser consideradas como um insulto, a barba sem fazer entre outras ações aqui descritas, tudo é motivo para negar o direito à educação já previsto em lei. Cabe ressaltar, com relação a higiene pessoal do preso no que diz respeito ao corte de cabelo e barba, que é cobrado que o preso esteja com os cortes em dia, porém, o próprio Estado não faz a entrega dos kits de higiene com a frequência necessária.

3.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS APENADOS

As entrevistas com os alunos aconteceram nos três ambientes dentro da unidade prisional nos quais funcionam a escola: Alojamento, Espaço Sede e Anexo. É importante ressaltar que, todos os alunos entrevistados tiveram a oportunidade de contar as suas versões sobre a infrequência na escola.

As análises das entrevistas foram distribuídas por eixos, quais sejam: vida escolar antes do presídio; a importância da escolarização; relação entre a escola e o presídio e por último a infrequência.

Com o passar dos anos trabalhando em presídios e convivendo com os presos e suas histórias, é possível notar que estes compreendem que são uma parcela da população que a sociedade já definiu não querer em seu meio. Vivemos em uma sociedade na qual as pessoas tendem a estigmatizar as outras, principalmente quando se trata de ex-presidiários. O que é possível observar, é que muitos podem ter cumprido a sua pena, porém, o fato de estarem marcados por sua passagem pela prisão atrelado ao preconceito social, acaba, por vezes, dificultando a reinserção desses sujeitos na sociedade.

Em relação às entrevistas, conforme o eixo vida escolar antes do presídio, o Aluno Afonso relatou que deixou a escola devido às reprovações e à idade, como estava fora de faixa etária estabelecida naquela época, a escola não renovou sua matrícula no ensino regular e teria que estudar na EJA no turno da noite. O referido aluno retrata a escola como um lugar bom, porém, não conseguiu permanecer nela. Entre os demais entrevistados, a realidade não foi diferente, pois a maioria abandonou a escola antes mesmo de completar o Ensino Fundamental e a saída esteve ligada aos problemas sociais. Apenas um aluno não teve dificuldades na família para frequentar a escola, sua família dava todo apoio necessário para que pudesse estudar.

Argumentando a esse respeito, Onofre (2007) discorre sobre a origem dos encarcerados:

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as nega. São com certeza produtos de segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados. (ONOFRE, 2007, p. 12).

Ser pobre ou viver em meios que são propícios à marginalidade não quer dizer que todos se tornem criminosos ou venham parar nas prisões. Mas, fato é que, oito dos entrevistados apontaram situações semelhantes a que Onofre (2007) descreveu no trecho supracitado. Neste sentido, o Aluno Daniel retratou um pouco de sua vida na infância:

Meu pai me batia muito, eu vivia muito na rua, meu pai sempre chegava bêbado em casa, ele já me tirou da cama 4 horas da manhã, com pedaço de fio de luz e água gelada caindo e o coro descendo até sair sangue nas minhas costas. Ai minha mãe falou: não, você para ou vou chamar polícia, aí foi e parou. (ALUNO DANIEL, 2019).

A violência na infância aliada à desestrutura familiar foram retratadas por mais cinco alunos entrevistados, que comentaram que a infância foi muito conturbada e tiveram que sair da escola para ajudar a família.

Para o Aluno Raul sua trajetória escolar antes do presídio foi marcada por muitas dificuldades e brigas dentro do lar, que acabaram contribuindo em sua saída da escola, sua fala é marcada pela dificuldade de relacionamento entre os familiares.

[...] na minha infância fui à escola, mas só que infelizmente por causa das dificuldades, né, que eu tinha quando era menor aquilo acabava muito me oprimindo. Condições desfavoráveis em casa entre meu pai e minha mãe, briga constante meu pai sendo alcoólatra, isso me afastou muito da escola, e, muitas vezes, quando eu estava na escola eu queria vir embora, para saber o que estava acontecendo em casa. Era muito difícil viu, porque, por morar em uma comunidade né, igual eu falei eu ficava muito preocupado em saber como é que estava lá em casa, se meu pai, como ele era alcoólatra se ele estava brigando muito. Eu tinha mais preocupação em casa do que com a escola, e quando eu estava na escola eu não queria estar na escola, então isso atrapalhava muito a minha vida escolar. (ALUNO RAUL, 2019).

O Centro de Informação sobre Saúde e Álcool (Cisa), em seus levantamentos evidencia o impacto negativo do alcoolismo no âmbito familiar e seus malefícios no desempenho escolar e social de um aluno que vivencia este contexto.

No âmbito familiar o alcoolismo é responsável por desavenças entre casais chegando muitas vezes agressões verbais e físicas. Os filhos também geralmente são vítimas dos pais alcoólatras sofrendo violência doméstica o que prejudica no desempenho escolar e social. (PROBLEMAS..., 2005, recurso online).

As entrevistas apontaram que existe de fato uma relação entre os conflitos familiares e o abandono escolar, além da interferência na aprendizagem dos alunos que vivem estes conflitos. O relato do Aluno Raul demonstrou uma realidade da

infância da maioria dos presos entrevistados, com histórias comuns, como por exemplo, a ausência da figura paterna na infância e na adolescência, ou quando tinham o pai presente, estes não contribuíram positivamente na vida dos seus filhos. Nos atendimentos aos alunos da escola é comum encontrar documentos sem o registro do nome do pai.

São inúmeros momentos durante as entrevistas em que os alunos descrevem sua trajetória escolar como boa, porém, marcada pelas situações de violência social. Nesta perspectiva, 6 alunos (46%) entrevistados relataram que gostavam da escola fora do presídio e eram presentes, porém, a indisciplina e as companhias os afastaram da sala de aula. Outros só frequentavam a escola porque a família obrigava a manter a frequência escolar, muitas vezes, em função de vínculo com algum programa de governo.

O Aluno Cristiano expôs bem esta situação na descrição de sua trajetória escolar antes da prisão.

Eu ia sempre para escola, né, mas, às vezes eu tinha, por exemplo reunião, jogo aí eu ia e faltava. Eu via escola como uma obrigação. Hoje eu vejo como precisão, mas antes via como obrigação. Me sentia tipo obrigação, a família chegando em cima te cobrando estudo aí eu ia para escola tipo com a obrigação. Hoje eu vejo que é tipo uma precisão. Não é tipo um luxo você ter estudo, é tipo por necessidade. (ALUNO CRISTIANO, 2019).

Ao longo dos anos vivenciando a educação dentro da unidade prisional, percebo que os presos com idades mais avançadas, com penas mais longas, a maioria que teve oportunidade de atender dentro da escola, não frequentaram a escola fora do presídio, devido a própria condição social e só vieram a estudar dentro do presídio ou em instituições socioeducativas, conforme comentou o Aluno Ademir:

Desde pequeno, trabalhando muito na roça, eu sou do Estado do Piauí trabalhava muito e não tinha tempo de ir à escola, entendeu? E na rua até estudei, mas como tinha que trabalhar para ajudar minha mãe minha família então nunca tive tempo de estudar. Vim estudar aqui na escola na prisão. (ALUNO ADEMIR, 2019).

Para este aluno, estudar representa além de aprender os conteúdos ter oportunidade de ler a Bíblia e seguir uma religião dentro do presídio. Ainda, segundo

este aluno, o que ajuda muito dentro presídio é fazer parte de um grupo religioso, o que contribui para passar o tempo na prisão sem se envolver em confusão, ou pelo menos evitá-la, podendo ser visto com bons olhos pela família, funcionários da unidade e entre os demais presos. Assim, foi possível inferir que tanto a escola quanto o vínculo religioso possibilitam aos presos saírem da cela e passar mais tempo livre dentro do presídio. Porém, a participação nos grupos religiosos não impacta na diminuição da pena, mas, ambas são vistas dentro da unidade como algo positivo.

Quanto ao eixo de análise **a importância da escolarização**, mesmo que para muitos existisse o desconhecimento de como funciona as escolas dentro das unidades prisionais, estas têm feito um papel bem expressivo na contribuição para a futura reinserção do preso na sociedade e em muitas situações, para sua sobrevivência de forma mais digna dentro da unidade. Este desconhecimento da existência de escola em unidades prisionais é comentado por Lourenço (2007).

Quando discutimos com colegas a existência de escolas no interior das prisões gradeadas, ouvimos algumas vezes risadas irônicas, acrescentando que atualmente algumas escolas da sociedade livre também apresentam em seu entorno grades, câmeras e muros altos. (LOURENÇO, 2007, p. 71).

Como apontado por Lourenço (2007), é possível dizer que existem semelhanças quando se comparam as escolas dentro e fora dos presídios, uma vez que, as de fora, também estão cercadas de grades e muros altos para segurança destes locais.

Em reuniões sociais, já passei momentos de constrangimento pelo desconhecimento de colegas e de gestores que desconheciam a presença de escolas dentro de uma unidade prisional, conforme discorreu Lourenço (2007). Não é raro, técnicos da Secretaria de Segurança Pública e Educação desconhecerem a existência e o funcionamento das escolas nestes espaços.

A escola em estudo já foi, em 2016, contemplada para que os alunos pudessem participar de um projeto de concerto pedagógico, porém, quando tomou-se conhecimento de que se tratava de escola que atendia ao sistema prisional, fomos desligados do projeto e tivemos que devolver os recursos destinados a custear a ida ao concerto. Este é um exemplo que, mesmo após cinquenta anos de

atividade dentro do sistema prisional, a escola dentro dos presídios não é plenamente reconhecida.

Para o preso, a escolarização pode ser motivada por vários fatores dentro de uma unidade prisional, além de possibilitar a ressocialização deste, conforme ressalta Cortina (2018):

Inúmeras são as situações em que a escolarização se faz necessária na prisão: solicitações de atendimento, pedidos de ajuda, denúncias e, principalmente, comunicação com a família, que é, muitas vezes, dificultada pelos problemas de acesso às unidades prisionais, devido à ausência de tempo/recurso/transporte dos familiares. Portanto, uma das possibilidades de comunicação com familiares é através de correspondências. Deste modo, a educação escolar no contexto prisional produz a possibilidade de acesso à leitura e à escrita, que atingem dimensões complexas e de extrema relevância na vida das pessoas encarceradas. (CORTINA, 2018, p. 38).

Dentro das situações importantes destacadas por Cortina (2018), cinco (45%) alunos responderam que a escolarização é importante e poderá contribuir para mudanças da vida que levavam antes da prisão.

Igual... a escola dentro do sistema prisional que vai trazer o quê? Conhecimento, né?!. A pessoa entender realmente o que é a vida de mudar, né, um pensamento a maneira de pensar, a maneira de agir, de se tornar um ser humano, melhor um cidadão melhor, né?!. (ALUNO MOISES, 2019).

Esta é uma realidade para os entrevistados em que a escola contribui para mudar a forma de pensar, muitos enxergam na escola um espaço onde suas ideias são respeitadas e ouvidas não apenas como uma obrigação, mas fazem parte do debate.

A escola é um dos espaços onde o preso se sente cidadão, onde não é chamado pelo número do Sistema Nacional de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário (Infopen) e sim pelo nome, na escola eles têm identidade, aquela que foi desfeita quando chegaram na prisão. Assim, como apontou o Aluno Afonso, estar em um grupo “legal” pode ajudar na sobrevivência dentro da prisão, o grupo pode ajudar na tramitação de pedidos dentro da unidade como pedidos para atendimentos que na cela ficaria difícil de serem atendidos, e nos grupos, o preso se sente

protegido de outras invertidas de grupos não legais como as facções ou pelo criminoso de destaque.

O Aluno Afonso ainda ressaltou que acredita que a escolarização será útil também para conseguir uma colocação fora da unidade quando estiver livre da pena.

Por outro lado, o Aluno Ademir também ressalta que para ele, a escola possibilita, além do conhecimento, estar fora da cela:

Muito bom, porque aqui a gente fica [...] não fica só trancado. Só preso, preso, preso. Não fica só dentro naquele barraco o tempo inteiro. Porque quando você tem alguma coisa para ocupar sua mente ajuda muito, até para o seu sono é outro. Quando você tá ali é outro sono, como diz no ditado do preso “tirar uma cadeia”, porque só ficar na cela, imagina você no quadrado noite e dia, quando você tem alguma coisa para fazer o tempo passa. Quando você tem alguma coisa para fazer o tempo passa. (ALUNO ADEMIR, 2019).

Os Alunos Bernardo e Cristiano destacaram a importância de saber ler e escrever dentro da unidade, isso pode até significar a liberdade já que muitos fazem seus próprios ofícios para encaminharem ao juiz quando estão no período de algum benefício. Por outro lado, também, não ficam devendo favores para outros presos, já que dever favores a alguém dentro de uma prisão pode sair muito caro ou custar a integridade física ou o aumento de pena, já que o devedor poderá ser cobrado para que assuma uma falta por exemplo: a posse de celulares ou de drogas.

Sobre ler e escrever nestes espaços, Onofre (2011) ainda relata que:

Ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar dos seus processos criminais(...) na prisão, ler e escrever significa, portanto, ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede deve. Na prisão até favor é dívida, e dívida é risco de vida. (ONOFRE, 2011, p. 116).

Ainda, de acordo com Onofre (2011), um grau mais elevado de escolaridade dentro do presídio pode levar o preso a ser mais respeitado e valorizado por funcionários e por outros presos, permitindo que estes melhorem seu comportamento dentro e fora das grades.

Neste sentido, Cortina (2018) corrobora com a autora e ainda discorre que:

O sujeito em privação de liberdade pode vir a conseguir ler e escrever suas cartas, acompanhar o seu processo criminal, se tornando mais consciente e independente em relação aos discursos que o cercam/produzem/instituem, sobretudo, considerando que depender de outros é fator de risco nesse contexto. (CORTINA, 2018, p. 36).

A esse respeito, o Aluno Ademir comenta sua experiência:

É importante pra tudo, pois quando eu pegar um serviço na obra por exemplo, eu preciso saber mexer em uma trena, saber bater um ponto de nível, saber esquadrar uma casa, fazer o cálculo. E no dia a dia né, saber pegar um ônibus. É importante pra ler uma carta de uma namoradinha, algo íntimo seu, já aconteceu isso comigo. Passei uma carta de uma menina para um amigo ler algo íntimo meu. Depois tenho que pedir para ele responder coisa pessoal para mim, é um arrependimento, mandar um bilhete para assistente social às vezes a pessoa não está com boa vontade em escrever. (ALUNO ADEMIR, 2019).

O referido aluno descreve uma situação comum aos presos que não sabem ler e escrever e que dependem de outros para escrever uma carta, ou fazer um pedido para um juiz. Esse relato nos remete que o espaço escolar pode ser a esperança de muitos, como relatou o Aluno Ademir, permitindo que se desenvolvam profissionalmente também.

Foi unânime entre os entrevistados que um dos motivos de estarem estudando é a mudança de vida, mostrar para família que de fato estão querendo a mudança e complementar os estudos. A educação também pode proporcionar outras situações como ser bem visto entre os funcionários da unidade, poder ser escolhido para uma atividade ou curso.

Para Melo Onofre (1987 *apud* ONOFRE, 2007, p. 11), os alunos presos, assim como as camadas populares, veem a educação como “[...] formas de melhorar de vida, pela possibilidade que nela distinguem de obterem melhor emprego e de participarem da cultura letrada”.

Neste eixo de análise, a importância da escolarização é vista para o preso como positivo para sua estadia dentro da unidade prisional e com reflexo em sua saída. Muitos alunos, em suas falas, percebem a escola como uma forma de mudança de vida, com a expectativa de conquistar um trabalho quando estiverem

em liberdade, e acreditam que de fato a educação é fundamental no processo de ressocialização.

Para o eixo de análise **relação entre a escola e o presídio**, os alunos descreveram suas percepções em relação à vivência deles frequentando a escola e como percebem as discrepâncias entre a escola que ensina, que ouve, e o sistema punitivo das unidades prisionais.

Não há como não pensar em escola dentro de unidade prisional e não levar em conta o que o preso busca na escola, os relatos são semelhantes ao que Cortina (2018) coletou em sua pesquisa.

Para o aprisionado, a educação escolar na prisão possui inúmeros significados. Os relatos dos participantes apontam para formas positivas de impacto em suas vidas. Seja como forma de benefício imediato (remissão, ocupação do tempo, empoderamento, privacidade, autonomia). E, futuramente, com vistas no retorno ao convívio social, a partir de expectativa de oportunidade de mudança na sua atual e/ou futura situação de vida com foco no aprendizado. (CORTINA, 2018, p. 104).

Manter uma relação amistosa dentro do presídio é sempre um bom caminho a seguir, a escola de fato não é aceita por muitos que laboram dentro da unidade e assim, acaba não sendo respeitada. Pressupõe-se, desta forma, que este entendimento está associado à ideia de que a escola não é a atividade principal para qual a prisão foi criada, a escola está ali como complemento e não é prioridade para que seja plena dentro deste espaço.

Em Minas Gerais, dentro das unidades prisionais, poucas escolas têm estruturas adequadas para de fato serem consideradas como espaços escolares. A falta de equipamento e da estrutura básica como um banheiro, por exemplo. Nestes espaços, a escola não é pensada no momento do projeto, e assim, a estrutura é frequentemente improvisada e, por vezes, as celas viram salas de aula.

Quando questionados a respeito da escola dentro e fora do presídio, os alunos falaram sobre as suas percepções em relação às diferenças, como por exemplo, para o Aluno Afonso, a escola dentro do presídio é melhor já que os professores dão mais atenção. Assim, é importante ressaltar neste caso, que o número de alunos dentro das unidades prisionais é menor do que o número de alunos de uma escola fora da prisão.

Outro ponto levantado durante a entrevista foi a questão da segurança nas escolas fora dos presídios que, segundo os entrevistados, apresentam índices elevados de violência e acreditam que dentro da unidade prisional, os riscos de violência são menores e os professores são respeitados.

Pelo relato acima, é possível perceber que mesmo presos, eles têm acesso a informações e sabem o que está acontecendo do lado de fora dos muros da prisão, e neste sentido, a escola como instituição não pode se omitir da possibilidade de levar aos presídios uma educação de qualidade, que identifique as demandas dos seus alunos e que trabalhe as questões atuais.

O que foi possível identificar também é que para o aluno Ademir, o convívio dentro da sala de aula no presídio com os demais alunos, é regido pelo respeito ao outro o que não acontece em algumas escolas fora dos muros do presídio. Nos atendimentos aos alunos dentro da unidade, é comum ouvir dizê-los que eram alunos difíceis, mas que estudando dentro da unidade mudaram o comportamento.

Para Martins e Torres (2016), as escolas não têm sido mais um ambiente de segurança e proteção. Ao longo dos anos o que se tem visto, é um aumento generalizado da violência dentro dos portões das escolas em todo o Brasil. Neste sentido, concordando com esta discussão, o Aluno Cristiano entende que um fator de diferença está relacionado à violência que ocorre dentro das escolas no Brasil:

Tem diferença, porque a escola dentro do presídio você estuda e convive já no meio dos presos, muitos meses, muitos anos e faz uma boa amizade e não tem confusão. Agora a escola lá fora se o nego não for com sua cara aí já junta dois, três ali para te pegar aí não dá. Eu já falei mesmo com minha mãe que quando eu sair daqui em 2020, mesmo assim, vou me matricular na escola para eu aprender mais ainda. (ALUNO CRISTIANO, 2019).

Neste ponto, o Aluno traz em sua fala uma comparação entre as escolas dentro e fora do presídio. A fala do aluno também pode ser entendida como a demonstração do preso em se adequar as regras do local, sabendo que a todo momento está sendo vigiado, e para que sua estadia no local seja tranquila e não haja punições, deve atender às exigências impostas, pois, às vezes, o comportamento esperado pelo preso não precisa ser falado ou pedido diretamente, ele já está subentendido na própria arquitetura da prisão, fazendo lembrar a teoria

panóptica de Foucault (1999), que o fato da vigilância ser invisível, torna o comportamento individual controlado, mesmo quando não é monitorado.

Conforme Goffman (1974, p. 35), a prisão é considerada uma instituição total, devido às suas peculiaridades: “Uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada”. Assim, o comportamento dos presos na sala de aula pode estar associado à sua obrigação de seguir as regras a eles impostas pelo regime de segurança da unidade.

Ainda sobre a diferença entre as duas escolas, o Aluno Francisco reconhece que o respeito é bem visível em relação aos professores:

Olha tem diferença sim, o respeito, né. Aqui dentro a gente respeita mais os professores justamente pelo fato de ser cadeia, aqui o respeito vem em primeiro lugar. Fora daqui tem muita gente que não respeita o professor em sala de aula, quer bater quer discutir, sai da sala de aula... aqui tem mais respeito. (ALUNO FRANCISCO, 2019).

O que foi possível inferir a partir dos relatos é que a percepção da maioria dos presos em relação à escola é primeiramente de tentar preencher o tempo ocioso na prisão, na tentativa de não ficar totalmente enclausurado dentro da cela. Neste sentido, o Aluno 9 ressalta que a diferença entre as escolas é o tempo que o aluno enquanto preso tem para se dedicar o que não consegue do lado de fora da prisão.

A diferença é porque no presídio, a gente tem tempo né, na rua muitas vezes não tem tempo, porque você trabalha ali para sustentar sua família, por exemplo eu que tenho filho entendeu. Aí você tem que pôr o pão de cada dia na mesa, eu trabalho de pedreiro e é serviço pesado, quebrar concreto, mexer com massa, chapar. Aí você está trabalhando ali para chegar de tarde, 17 horas, ir pra escola estudar é cansativo. E aqui você tem tempo, você não faz nada, se você quiser estudar você estuda. E na rua é mais difícil porque você tem de correr atrás dos seus objetivos. (ALUNO IGOR, 2019).

Nesta comparação, o Aluno Igor entende que as obrigações do dia a dia interferem na possibilidade de frequentar a escola fora do presídio.

Dentro da unidade prisional em estudo, foi possível perceber que existem diferenças de um espaço escolar para outro, ou seja, existem procedimentos diferentes para cada um deles. O Aluno Afonso, por exemplo, percebe que “as coisas estão sendo mais bem explicadas, pelo menos essa é minha opinião, eu vejo

as coisas mais bem explicadas. E respeito, o respeito dos professores, né, procedimento dos agentes também, né”.

Como as turmas de alunos no sistema prisional, são turmas com menos alunos, em média 15 alunos por turma, e dependendo do espaço da sala de aula e da segurança este número pode cair ainda mais e assim, o professor consegue tranquilamente passar o conteúdo, e, como disse o Aluno Afonso, explicar melhor o conteúdo.

O Espaço do Anexo foi considerado, na opinião dos entrevistados (mesmo para aqueles que não estão cumprindo pena neste local) o melhor espaço para estudar, pressupõe-se que é devido a este espaço não ter a presença marcante da segurança, onde o preso não é muito vigiado. Segundo o Aluno Cristiano:

No Anexo, a gente sabe que é o melhor espaço da escola porque no anexo, tipo pode estudar mais à vontade não tem aquele sistema bruto de segurança. Por exemplo, às vezes minha barba... por exemplo, eu sei que é o procedimento da cadeia. Mas, às vezes, eles não deixava eu ir à escola, por causa da barba, o cabelo. E, às vezes, a pessoa não tinha um “prestobarba” entendeu, então tipo assim cara, quer estudar, mas por que está fora do procedimento da cadeia não vai. Por isso que no Anexo é melhor. (ALUNO CRISTIANO, 2019).

Tendo como base os relatos das entrevistas, é relevante ressaltar que a rotina da segurança e como são conduzidos os procedimentos interferem na frequência do aluno na escola. É comum os próprios alunos se organizarem para reivindicações no que tange aos procedimentos para irem à escola.

Por outro lado, o Aluno Daniel relata que apesar de não existir opressão da segurança neste espaço, o ideal para se estudar e aprender é de fato estar livre, fora dos muros da prisão. Neste sentido, percebeu-se que uma relevante motivação para frequentar a escola no presídio são as possibilidades de liberdade que as atividades dentro da unidade proporcionam.

Neste sentido, o Aluno Dário aponta que a ociosidade o fez frequentar a escola dentro do presídio, pois fazer uma atividade é a oportunidade de caminhar, sair da cela.

Comecei a frequentar a escola, uma para aprender, e outra para passar o tempo também. Porque a gente preso, fica muito à toa e “mente vazia é oficina do diabo”, se você fica à toa você maquina o

mal. É uma forma de juntar o útil com o agradável, se eu tô à toa eu vou fazer alguma coisa para sair melhor do que entrei, e no caso aqui é frequentar a escola (ALUNO DÁRIO, 2019).

Para Onofre (2007), quando os presos se referem à escola como espaço onde ocupam a mente com coisas boas e preenchem o tempo ocioso, pode-se atentar para a falta de atividades nos espaços prisionais. A autora tem razão, pois na unidade em estudo é visível que os presos tenham poucas atividades e passam muitas horas do dia trancados nas celas.

Nesta perspectiva, Julião (2007, p. 38) enfatiza a importância de se coibir a ociosidade nos presídios, como por exemplo, colocando os presos em salas de aula, pois, segundo alguns estudos, “o ócio gera maior propensão à reincidência, e dar ao condenado a oportunidade de, em futura liberdade, dispor de uma opção par ao exercício de alguma atividade profissional”. Ainda segundo o autor, os presos que estão na sala de aula não são privilegiados, mas devem ser vistos como uma proposta que atende aos interesses da própria sociedade.

É possível perceber dentro da unidade os esforços de alunos que mesmo com todas as dificuldades e, às vezes, se submetendo até a mudança de cela, buscam garantir a sua permanência na escola. A referência à mudança das celas é porque a segurança tem uma estratégia de otimizar o trabalho e tenta colocar o máximo de alunos na mesma galeria, e no caso, a primeira galeria, onde quase toda semana está inundada pela água suja oriunda da lavagem das celas superiores, ou seja, estar nesta galeria, corresponde estar no pior lugar do pavilhão.

A esse respeito, o Aluno Bernardo relata: “queria terminar os estudos, fazer o terceiro grau e também, para a gente aprender mais alguma coisa né, na vida não ficar na mesma é um aprendizado bom”. É possível dizer, dessa forma, que mesmo passando por momentos difíceis dentro da unidade, percebe-se que muitos enfrentam as dificuldades, pois acreditam que de fato é um caminho alternativo para mudar de vida.

Para quatro (36%) dos entrevistados, a família acompanha a sua trajetória na escola e incentiva aos estudos. É comum familiares de presos ligarem para a escola para pedir vaga para o filho estudar ou, às vezes, perguntam como o filho está na escola.

Minha esposa, ela me incentiva, quando eu falo que não vou porque estou muito cansado, ela fala: “vai, mesmo cansado você vai”. E não é nem por causa da remição, porque assim a remição ela ajuda. Mas se fosse só por causa da remição você acaba não aprendendo, você acaba não indo. (ALUNO DÁRIO, 2019).

O Aluno Dário retrata o incentivo da esposa para que ele frequente a escola. É comum, nas formaturas da escola, percebermos a presença da família, principalmente, a participação feminina da mãe, esposa e irmãs.

Perguntados sobre sugestões para melhoria do ensino na escola, muitas das respostas levaram a entender que a estrutura dos espaços escolares, aliado à falta de apoio por parte da unidade, são problemas enfrentados por eles que poderiam ser ajustados. Além disso, sugerem ter acesso às matérias sem restrições isoladas e sem embasamento, e indicam que o próprio procedimento realizado pelos presos para irem à escola prejudica o desenvolvimento de aprendizagem do aluno, conforme o relatou o Aluno Dário: *“Pode contar mais com ajuda do pessoal responsável do presídio aí, alguém da segurança, alimentação. Eles poderiam dar uma força. O pessoal da escola, professor, diretor todo é esforçado pela escola, só eles que não fazem nada”* (ALUNO DÁRIO, 2019).

Cabe, muitas vezes, ao aluno entender as privações dos espaços e limites, como a sugestão do Aluno Raul sobre a liberação da internet para pesquisa.

Sim, acesso à internet, por aqui ser semiaberto pode ser um pouquinho mais o quê..., mais restrito com certeza, mas ter uma internet onde a gente pode fazer uma pesquisa, elaborar mais trabalhos, mais projeto, ter acesso a mais materiais. (ALUNO RAUL, 2019).

É importante ponderar, entretanto, que esta liberação já acontece, mas apenas no laboratório da escola para atender aos alunos que fazem graduação ou cursos livres na modalidade de Educação a Distância, e são gerenciados sempre por agentes que ficam atentos aos sites que são vistos pelos alunos.

Por fim, cabe a análise do eixo infrequência que é a questão problema da pesquisa. Anos atrás, quando chegava na unidade, entrando pela primeira vez em uma sala com 15 homens que haviam cometido dezenas de crimes e ali eu era o professor no início de carreira, neste momento, jamais imaginaria que naquele espaço pudesse ter infrequência escolar, mas, após semanas de trabalho, percebi

que sempre era obrigado a retornar ao conteúdo das aulas passadas, porque determinados alunos não estavam regularmente frequentes na escola.

Comecei a indagar junto aos alunos por que não estavam vindo regularmente, e ouvi várias respostas, que mesmo depois de anos, ainda são fatos atuais e retratados pelos entrevistados nesta pesquisa. Imaginar que o aluno está há poucos metros da escola, e até de algumas galerias conseguem ver as salas de aulas, então por que eles não vêm para a escola? Trabalhando no presídio e passando a maior parte do meu tempo neste ambiente, percebo que não basta querer estar em um lugar no presídio, pois existem vários comandos que precisam ser dados para que o preso esteja em determinados lugares e, principalmente, quando este lugar pode trazer benefícios como é o caso a escola.

O preso não tem outro compromisso social, então, por que não vai à escola? A unidade dispõe de estrutura básica para fazer a locomoção dos presos, mas ele não vai. Enfim, analisar a infrequência escolar no sistema prisional, é investigar além do motivo primário que seria a vontade do aluno em estar na escola. Para ele, não basta querer, sua circulação depende da vontade de outros, mesmo sendo um direito constitucional ter acesso à educação, a própria prisão torna complexo a presença do preso na escola.

Em cada espaço da escola existe uma dinâmica de participação do preso e da própria segurança, segundo relatos dos alunos, o espaço onde se sentem mais à vontade para estudar seria o Anexo, por ser o espaço que abriga apenas os presos que trabalham durante o dia fora do presídio e retornam à noite com o benefício chamando semiaberto com direito a trabalho externo.

Durante as entrevistas com os agentes, os relatos foram unânimes com relação à ida do preso para a escola, eles ressaltaram que estes só vão para a escola pensando na remição em primeiro lugar, como aponta o Agente Adriano:

No meu entendimento, o motivo número um seria a remição, como ele está no fim da progressão de pena dele, eu creio que objetivo número um seria a remição, porque lá na parte interna é um pouco diferente porque os presos lá geralmente estão em regime fechado aí eles. Ai esses [...] eu especulo que são os que mais frequentam a escola, porque eles precisam mais da remição do que aqueles outros que estão aqui. (AGENTE ADRIANO, 2019).

Durante as entrevistas, os relatos dos agentes em relação aos alunos, enfatizaram que estes só frequentavam a escola para garantir os benefícios. Já na percepção da maioria dos alunos, as respostas indicaram, primeiramente, pelo interesse em aprender, melhorar de vida, porém, sempre a remição de pena foi citada como algo positivo e motivacional para eles no percurso da pena. Assim, não se pode julgar as motivações dos alunos, pois é um direito dos alunos tanto estudar quanto receber o benefício pela frequência escolar.

Para o Aluno 8 é evidente que o seu maior interesse está na remição da pena, “o segundo o diploma, né. Tentar concluir e formar, porque lá fora fica mais fácil”.

Nesta direção, Onofre (2007, p. 19) enfatiza que:

A frequência às atividades escolares justifica desde o desejo de aprender, de buscar passatempo, até a busca de um parecer positivo nos exames criminológicos que possibilite a sua saída da prisão. [...] As respostas dos presos, em relação à busca pela escola e ao valor que dão a ela, diferem entre si. Em algumas respostas, o significado da escola se restringe à ocupação do tempo e da mente com "coisas boas"; em outras, a escola é vista como possibilidade de melhoria de vida quando em liberdade; e há, ainda, aqueles que não acreditam no valor da instituição escolar.

A Imagem 6, a seguir, apresenta um modelo do atestado fornecido pela escola para o aluno apresentar ao juiz, para ter o benefício da redução de pena (remição). O documento tem como base a frequência escolar extraída dos diários escolares ou lista de presença de turma.

O documento é elaborado pela secretaria da escola e conferido pelo diretor da instituição que assina duas vias dos dois documentos. Geralmente, o documento é solicitado via ofício pelo advogado ou familiar do preso, e o prazo para entrega são de quinze dias. Ficando pronto, este documento é disponibilizado para o solicitante.

Imagem 6 - Modelo de atestado de dias estudados



GOVERNO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO METROPOLITANA C
ESCOLA ESTADUAL CÉSAR LOMBROSO
Penitenciária José Maria Alkimin

Aluno:
Infopen:
Nascimento:
Filiação:
Matrícula.

Atesto para os devidos fins que o aluno acima citado frequentou a EJA na "E. E. César Lombroso", situada nesta Unidade no período abaixo especificado:

FREQÜÊNCIA

ANO	MÊS	DIAS LETIVOS	DIAS ESTUDADOS	HORAS ESTUDADAS
2016	SET	22	12	36
2016	OUT	16	07	21
2016	NOV	21	15	45
2016	DEZ	19	10	30
2017	FEV	15	12	36
2017	MAR	22	09	27
2017	ABR	17	13	39
2017	MAI	22	11	33
2017	JUN	21	11	33
2017	JUL	11	10	30

Total de dias estudados: 110
Total de horas estudadas: 330

O aluno está matriculado no 4º período dos anos Finais do Ensino Fundamental, e apresenta comportamento adequado as normas da escola.

Declaro verídicas as informações acima. (Não contém rasuras).

Ribeirão das Neves, de de 201 .

Diretor

ATB

Fonte: Escola Estadual César Lombroso (2019).

A ausência do aluno, como mencionado anteriormente, se dá muito pela vontade do agente, aqui não podemos também direcionar toda a responsabilidade da infrequência escolar nas unidades prisionais para a segurança, mas os procedimentos realizados contribuem em grande escala para desistência do aluno em frequentar a escola.

Os procedimentos são necessários tendo em vista que estamos em um ambiente de segurança onde os objetos, mesmo que inofensivos, em uma fração de segundos podem virar armas ou ser usados como esconderijos de algo ilícito. Isso pode não ocorrer dentro da escola, mas a escola pode funcionar como um facilitador.

As respostas dos alunos quanto aos procedimentos são indícios de que as ações dos agentes aliados à organização do local, podem ser determinantes na frequência escolar do aluno. Porém, como aponta Leme (2002), os procedimentos são comuns dentro das cadeias, mas o que difere é a forma como são realizados e a preparação de quem os conduz.

São procedimentos comuns em todos os atendimentos, ou seja, dentro da cadeia nada é simples, tudo é muito complexo e requer uma série de cuidados e passos que devem ser seguidos rigorosamente, para a manutenção da ordem e segurança. A rotina desses procedimentos se justifica devido a situações de ingresso de objetos não permitidos, como celulares, drogas etc., que podem ocorrer durante as visitas dos familiares, através de profissionais de diversas áreas em atos de corrupção, dentre outras formas. (LEME, 2002, p. 96).

Assim como Leme (2002) discorreu, para o Aluno Daniel os procedimentos são comuns e acontecem em todas as unidades prisionais.

Tudo normal, porque isso aí já é padrão da cadeia mesmo, qualquer penitenciária que você chegar em qualquer estado do Brasil, o procedimento é esse. Quer trabalhar na cadeia, quer estudar tem que aceitar passar por isso tudo, então isso aí, não faz diferença, porque graças a Deus o procedimento se você respeita os guardas eles te respeitam também. (ALUNO DANIEL, 2019).

Para a maioria dos alunos, o procedimento é sim um complicador conforme os relatos a seguir:

Procedimento daqui é, você tem que ficar pelado. Qualquer coisinha os agentes jogam a gente no “corró”, por causa de uma coisa eles põem a gente no “corró” e deixa a gente até o resto da tarde. O ruim da escola é só isso. A escola em si é tranquila. (ALUNO AFONSO, 2019).

Sai da cela chega lá em baixo, faz o procedimento. Faço o procedimento normal da cadeia mesmo, coloca os cadernos no chão e faz o procedimento de três de frente e três de costas. E folheia os materiais. Já impediu, porque muitas das vezes eles mandavam jogar o livro na água. Porque lá ficava molhado, né, muita das vezes isso dificultava muito. Mas é esse procedimento que desanima a pessoa. (ALUNO BERNARDO, 2019).

O procedimento é na cela você tira a roupa, três de frente e três de costas depois vai para o “corrozinho” que eles falam que é uma salinha pequena de escola, você tem outro procedimento para depois você ir para a sala. E na hora de voltar tem outro procedimento para você ir para sua cela. Então no caso são três vezes duas para ir e uma para voltar, que tem uma na cela também, né. E um na sala, depois você vai para a escola na hora de voltar você faz mais um procedimento então no caso são três. (ALUNO LUIS, 2019).

Os alunos, por diversas vezes, reclamaram com a direção da escola sobre a condução dos procedimentos no momento de ir para aula, alguns relatam que a barba sem fazer, cabelo grande, conversas paralelas mesmo que baixas, não abaixar a cabeça, olhar para o agente ou o simples fato de ser novato e não entender as dinâmicas dos procedimentos da unidade pode resultar no impedimento pelo agente do aluno de ir para a escola.

Estas reclamações são repassadas para direção da unidade seja em forma verbal ou por escrito. Não identificamos o aluno nas reclamações para que ele não sofra possíveis perseguições dentro da unidade. O que chamou a atenção em uma das respostas do Aluno Ademir, foi o fato de ter sido impedido de ir à escola porque estava com a unha grande.

Estar preso para alguns pode levar à solidão e com isso, problemas de saúde como depressão, o que também contribui para que o aluno deixe de frequentar a escola, conforme relatou o Aluno Cristiano *“teve um dia que eu estava triste para caramba, uma depressão, aí eu faltei. E quando eu estava com cabelo e a barba grande, aí eles não me deixavam ir, mandaram eu voltar, mas fora disso eu tava na escola”* (ALUNO CRISTIANO, 2019).

A experiência no local permitiu observar outro fato que é comum nas prisões, o comércio entre os presos, que na falta de algo passam a vender ou a trocar objetos que necessitam. Essas trocas envolvem na maioria dos casos itens de higiene, já que mesmo sendo uma responsabilidade do Estado, por vezes faltam itens na unidade.

Diante do exposto, o que este comércio de troca tem a ver com a infrequência escolar dentro da unidade? O aluno recebe material escolar gratuitamente (lápiz, borracha, cola e caderno) responsabilidade da escola em fornecer, é comum presos irem à escola, frequentarem por um período e logo em seguida abandonar ou ir intercalando as faltas, isso para receber o material escolar que pode virar moeda de troca dentro dos pavilhões. Para evitar esta situação, só fornecemos cadernos

depois de dez dias de frequência. Leme (2002), em sua pesquisa, também observou esta situação.

Para outros, a frequência em sala de aula se deve à conquista de benefícios mais concretos, imediatos, como receber o material escolar e depois trocar por outros objetos de que necessitam. Como dizem na linguagem da cadeia, muitos presos simplesmente fumam o caderno que receberam, ou seja, trocam o caderno, como também trocam a caneta (fumam a caneta), por uma cartela de cigarros. (LEME, 2002, p. 17).

Outro fator mencionado pelos alunos que pode contribuir para entender a infrequência escolar na unidade prisional é a concorrência com outras poucas atividades, como por exemplo, o trabalho. Não é difícil identificar pessoas comentando que o preso devia apenas trabalhar, porém, trabalhar na prisão não é fácil e pode ser entendido pelos próprios presos e funcionários como um privilégio.

O trabalho quando concorre com a escola dificilmente terá remanejado seu horário, e caso choquem os horários, o aluno será obrigado a optar entre estudar e trabalhar, o ideal seria preparar o preso para vida fora da unidade onde ele teoricamente irá ter que trabalhar e estudar. Quando perguntados qual seria a escolha entre trabalho e escola, sete dos onze alunos escolheram somente o trabalho, e os demais ressaltaram que gostariam de fazer os dois.

Vou falar a verdade. Eu preferiria ir trabalhar, por mais que eu esteja preso e isso você ouviu muito, eu gosto de trabalhar. Eu tô preso porque roubei, fiz coisas erradas e tô pagando, eu gosto é de trabalhar distrai a mente. E você ir trabalhar é melhor, porque na escola é pouco tempo. O trabalho é mais tempo que você tem para ocupar a mente. O que faz a gente sofrer é a saudade, a mente desocupada, que eles falam que a oficina do inimigo é mente vazia. (ALUNO CRISTIANO, 2019).

A escolha também está relacionada ao mencionado pelo aluno, ao fato de ficar mais tempo livre, fora da cela. É importante ressaltar que existem presos que trabalham de forma remunerada em parceria de empresas com a unidade prisional ou via Secretaria de Justiça. Quanto ao salário, o preso recebe um terço em mãos e os outros dois terços divididos para o pecúlio e a família do preso. Assim sendo, concordo com Leme (2002) quando em sua pesquisa comenta que:

Mesmo a educação sendo considerada importante, na opinião dos prisioneiros que foram entrevistados, não podemos nos esquecer de que o trabalho nas prisões ainda é uma grade concorrente da Escola. No momento de escolher entre o trabalho e o estudo, sem hesitar, a maioria dos prisioneiros escolherá o trabalho. (LEME, 2002, p. 165).

Para os presos que estudam no Espaço do Anexo, a chegada do trabalho é muito complicada, e na maioria dos dias, os procedimentos na portaria são demorados e os alunos acabam perdendo o primeiro horário ou deixando de ir para a escola, devido ao procedimento lento, outra situação reclamada pelos alunos é que chegam cansados de um dia de trabalho e para ir à escola fica difícil.

A direção da escola e os professores incentivam que os alunos frequentem a salas de aulas mesmo após um dia de muito trabalho, pois esta experiência de trabalhar e estudar pode prepará-los para a continuidade da vida fora do presídio trabalhando e estudando, já que muitos têm vontade de continuar os estudos quando saírem. Assim, a escola dentro de uma unidade prisional é cercada de obstáculos que impedem o aluno de frequentá-la. Porém, mesmo com toda adversidade, seguimos incentivando os alunos buscando propor junto à secretaria de educação, medidas que possam promover a qualidade da educação dentro da unidade prisional.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARA O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A pesquisa pretendeu responder à questão norteadora “quais os possíveis motivos para as altas taxas de infrequência dos alunos privados de liberdade da Escola Estadual César Lombroso”? Questão que ao longo dos 14 anos trabalhando nesta escola me chamou a atenção, pois surgiu a inquietação de compreender como é possível o aluno estando a metros da escola, podendo dizer que quase morando dentro dela, sem nenhum compromisso social que o impossibilite de frequentar a escola, que, muitas vezes, não trabalha, pudesse faltar as aulas?

Tendo em vista este contexto, era quase óbvio pensar que as salas de aula deveriam estar lotadas diariamente, pois o aluno ao frequentar a escola, pelo que tange a Lei de Execução Penal Brasileira, o preso pode remir um dia de pena a cada 12 horas de estudo, e assim, supostamente, o entendimento era de que aluno privado de liberdade frequentasse a escola apenas com o interesse na remição.

A partir da experiência vivida neste ambiente, é possível dizer que a prisão tem o poder de mudar situações que seriam simples fora de lá, mas que dentro, tendem a ser situações complexas, como por exemplo, ir à escola. A privação de liberdade é uma punição para o preso, que por vezes também é punido dentro da unidade prisional com a privação de alguns direitos como o direito à educação.

Com base na pesquisa, foi possível inferir alguns possíveis fatores que interferem na frequência escolar do aluno apenado, e alguns destes fatores foram retratados tanto nas falas de agentes penitenciários quanto nas falas dos alunos, como por exemplo, que é trabalho do agente estabelecer como conduzir os procedimentos de segurança para levar o aluno para as aulas, conforme o relato de um dos agentes entrevistados: *“a dificuldade que eu acho é falta de comprometimento dos agentes com horários... A única dificuldade que tem é com relação aos funcionários”* (AGENTE BALTASAR, 2019). Essa atitude impacta nos procedimentos realizados tanto para os alunos irem para escola, quanto para retornarem às celas. É sabido que os procedimentos são comuns dentro de uma prisão, mas, a sua condução sem padrão dificulta a ida dos alunos para escola.

Durante as entrevistas, todos os alunos apontaram o procedimento de segurança como fator que influencia na decisão de não ir à escola. Os relatos dos alunos deixaram claro que o Agente é quem define quem vai à escola, podendo barrar o aluno, por exemplo, devido ao cabelo e barba fora do padrão estabelecido por ele no momento do procedimento. Mesmo os alunos que relataram que não foram barrados, comentaram já terem visto alunos serem impedidos de ir à escola pela vontade do Agente.

As atitudes dos agentes nos fazem pressupor que estes não compreendem, não aceitam, nem apoiam a educação escolar dentro da unidade prisional, e acreditam que os presos não merecem e não têm direito à educação. Com base nas entrevistas e na vivência dentro da unidade, há aqueles que afirmam que os presos não levam a escola a sério usando o espaço para outros fins. Dito isso, tais procedimentos de segurança contribuem para infrequência escolar na unidade.

A infraestrutura é outro fator que contribui para infrequência, situação apontada por alguns alunos, devido à estrutura ruim das salas de aula, principalmente no espaço do Alojamento. Este é um espaço que de fato é precário, não possui iluminação adequada, falta água nos banheiros, tem picos de energia constantes e os professores não têm salas reservadas para ficarem entre as aulas.

Essa é a realidade do Espaço do Alojamento por se tratar de uma estrutura antiga, feita par atender aos presos que trabalhavam na fazenda.

Outro motivo que pode estar associado à infrequência, de acordo com os relatos dos alunos, está ligado à solidão do cárcere, muitos chegam a entrar em depressão ou a atentar contra a própria vida. Um dos entrevistados relatou que já deixou de frequentar a escola devido à tristeza que sentia.

Outro motivo evidenciado na pesquisa está relacionado às demais atividades que concorrem com a escola, em especial o trabalho. Muitos alunos deixam de frequentar a escola quando são chamados para o trabalho e não existe a possibilidade de ajustar os horários e permitir que o aluno faça as duas atividades.

Também o banho de sol contribui para infrequência escolar, uma vez que os horários do banho coincidem com um dos horários da escola, e os alunos precisam estar no sol por questão de saúde, mas também para cortar o cabelo e realizar outras atividades.

As referidas considerações serviram de base para elaborar o Plano de Ação Educacional objetivando contribuir para superar ou minimizar as interferências destes fatores na frequência escolar na Escola Estadual César Lombroso. A seguir segue o Quadro 9 com uma síntese do que será apresentado no capítulo seguinte:

Quadro 9 – Plano de Ação Educacional

Eixos de análise	Motivos destacados	Ações propostas
Funcionamento da escola no ambiente prisional	Aceitação da escola dentro da unidade.	Criação de uma equipe de agentes capacitados para o trabalho na escola.
O Preso e a escolarização em ambiente prisional	Educação como direito.	
Relação entre a escola e o presídio	Procedimentos padrão.	
Importância da Escolarização	Importância da família na motivação do preso para participar da escola. Incentivo à participação na escola.	Participação da família nos projetos da escola.
Relação entre a escola e o presídio	Desmistificar que o único benefício para frequência na escola é a remição da pena.	Discussões sobre remição de pena.
Infrequência	Procedimentos de segurança. Infraestrutura Básica. Trabalho Externo. Banho de sol.	Combate à infrequência.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES PARA REDUÇÃO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA UNIDADE PRISIONAL

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender as causas que contribuem para os índices elevados de infrequência na escola Estadual César Lombroso, inserida em uma unidade prisional em Minas Gerais. E como proposta de intervenção, a partir da coleta de dados em campo elencadas à fundamentação teórica, intencionou-se elaborar um plano de ação que possa contribuir para a diminuição da infrequência dos alunos neste contexto educacional.

As entrevistas apontaram como as principais causas de infrequência: procedimentos de segurança; infraestrutura da escola e atividades no mesmo horário das aulas. Causas estas, que deram origem à criação do PAE. Assim, neste capítulo, será apresentado o PAE que se refere às propostas de intervenções com base nas causas levantadas, e por meio de ações a serem planejadas envolvendo a escola, as famílias dos presos e os atores envolvidos na dinâmica escolar dentro da unidade prisional. A expectativa é de que estas ações contribuam para a diminuição do índice de infrequência dos alunos na escola.

Para melhor aproveitamento das ações estabelecidas no PAE, o plano começará a ser implementado a partir do ano letivo de 2020, com perspectiva de continuidade nos anos seguintes, como também será levado ao colegiado da escola, como proposta de inclusão ao Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar.

De acordo com o planejamento, no final do ano letivo de 2020 será feita avaliações das ações, a fim de identificar se os objetivos foram alcançados, além de avaliar a permanência das atividades, ajustes e/ou encerramento, caso seja necessário.

Nesta perspectiva, o presente PAE apresenta cinco ações: criação de uma equipe de agentes capacitados para o trabalho na escola; participação da família nos projetos da escola; discussões sobre remição de pena, combate à infrequência e, por fim, avaliação do PAE.

No item 3.1, a criação de uma equipe de agentes capacitados para o trabalho na escola: esta é uma ação visa atender a uma das situações mais recorrentes que diminuem a frequência do aluno na escola, que é o trabalho do agente de segurança; No item 3.2 participação das famílias nos projetos da escola: durante as entrevistas foi unânime entre os alunos o relato de que a família faz a diferença

durante a pena e que incentiva a participação na escola. O objetivo é trazer a família para mais próximo da escola participando da vida escolar do preso. No item 3.3, que trata das discussões sobre a remição da pena, tem o objetivo de proporcionar aos alunos acesso às informações a respeito da relação entre a escola e o judiciário, compreendendo como de fato o setor jurídico pode auxiliar a escola e os alunos para além do certificado de remição de pena. Já no item 3.4, que trata do combate à infrequência, é o que nos levou à pesquisa de fato. Neste item, serão desenvolvidas ações que nos possibilitará diminuir o índice de infrequência escolar dentro da unidade prisional, objeto da referida pesquisa. Por fim, no item 3.5 propõe-se uma avaliação do PAE, para averiguação se de fato houve mudanças nos índices de frequência dos alunos na escola.

Portanto, o capítulo 3 tem como objetivo a proposição de ações que levem à diminuição da infrequência escolar, que será apresentado para a escola, com o objetivo de início de implementação no próximo ano letivo.

4.1 CRIAÇÃO DE UMA EQUIPE DE AGENTES CAPACITADOS PARA O TRABALHO NA ESCOLA

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi evidenciado a partir das entrevistas, a necessidade de propor ações direcionadas para organização da equipe de segurança que lida diretamente com a escola.

As queixas mais comuns, por parte dos alunos entrevistados, foi que a ausência nas aulas se daria devido aos procedimentos e ao tratamento dos agentes ao realizarem os procedimentos de retirada deles das celas para a escola. Assim, na tentativa de erradicar ou minimizar tal situação, o PAE propõe uma capacitação com foco na figura dos Agentes de Segurança.

Esta capacitação será disponibilizada para os Agentes da equipe que irão trabalhar na escola, e tal equipe será formada pela escolha da diretoria de segurança, em conjunto com a equipe pedagógica da unidade atendendo a um perfil estabelecido pela unidade. O número de agentes para a composição da equipe obedecerá às normas estabelecidas pela unidade prisional.

O curso será obrigatório para equipe de agentes destinados à escola, e acontecerá na modalidade de EAD e com um encontro presencial que acontecerá

nas dependências da escola dentro da unidade prisional. Sobre este curso, delineiam-se os seguintes aspectos:

- a) **público-Alvo:** O curso se destina a equipe formada para atender às necessidades da escola dentro da unidade prisional, agentes de outros setores que sejam convidados pela direção da unidade para compor um Quadro de reservas;
- b) **objetivo:** Criar condições para que o profissional Agente de Segurança Penitenciário (ASPEN) possa executar suas tarefas dentro da escola ou em outras atividades que envolvam a escola, de forma mais humanizada, assim, contribuir para diminuição da infrequência escolar;
- c) **metodologia:** O curso de capacitação será dividido em dois momentos sendo um bloco na modalidade à distância via plataforma de aprendizagem que será organizada pela escola, juntamente com técnicos de informática da regional de ensino, sendo o conteúdo organizado pela equipe pedagógica da escola e da unidade. Serão 32 horas à distância e um encontro presencial de 8 horas que retratará todo o conteúdo realizado à distância, com oficinas e palestras; Será ministrado na modalidade presencial e não-presencial. Quanto à avaliação, no término do curso, será utilizado como instrumento de avaliação, a elaboração de um relatório sobre a temática que envolveram os conteúdos do curso, e este será entregue via plataforma no prazo de dez dias;
- d) **custo:** A princípio não terá custos, pois todos os envolvidos serão voluntários da própria unidade, escola ou convidados de fora do ambiente prisional, e a escola deverá ceder o espaço do laboratório para o encontro presencial.

Os conteúdos programáticos para proposta do curso seguem abaixo no Quadro 10, sendo os responsáveis pela elaboração dos conteúdos: a escola, técnicos da unidade (psicólogos, advogados) seguranças, entre outros profissionais da Academia de Segurança.

Quadro 10 - Conteúdo Programático do Curso de Capacitação

Conteúdos	Carga Horaria	Período
Direitos Humanos e Sistema Prisional	5 horas	Fev\2020
Humanização nos procedimentos	10 horas	Fev\2020
Técnicas de Movimentação pavilhão\Escola	5 horas	Fev\2020
Relações Interpessoais	5 horas	Fev\2020
Gerenciamento de crise na escola	5 horas	Fev\2020
Rotina Escolar dentro da unidade prisional	7 horas	Fev\2020
Encontro Presencial (abordagem dos conteúdos através de oficina e palestra)	8 horas	Fev\2020
Total	40 horas	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Acredita-se que este curso possa tornar o espaço e, principalmente, o deslocamento da cela para as salas de aula mais tranquilo e com menos possibilidade de crise entre os envolvidos.

4.2 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS PROJETOS DA ESCOLA

As entrevistas com os alunos evidenciaram que a participação da família no acompanhamento do preso durante a pena, é de extrema importância e traz um retorno positivo incentivando a participação dos presos em atividades dentro da unidade, principalmente na escola.

Todos os alunos relataram que a família apoia a participação na escola e, muitas vezes, cobram bons resultados. Neste sentido, a família deve servir de referência e estímulo para que o aluno possa participar efetivamente das aulas, visando ao estreitamento de relações entre escola, famílias e unidade prisional. Assim, esta seção foi desenvolvida visando à participação mais efetiva da família nos projetos desenvolvidos na escola.

A participação dos familiares nos projetos se dará com prévia autorização da direção da unidade. O Quadro 11, a seguir, faz um apontamento dos projetos a serem desenvolvidos e como a família irá participar dessas ações.

Quadro 11 - Projetos Ano Letivo de 2020

Projeto	Ano letivo de 2020	Participação da família
Cantando o Tema	Maio de 2020	<p>Neste projeto, será chamado para participar um familiar de cada aluno participante que irá se apresentar em um dia específico, devido a possibilidade de muitos participantes.</p> <p>O aluno repassará para o serviço de Assistência Social da unidade via escola, o nome do familiar para que seja feito o contato explicando do que se trata e os procedimentos para participação. Apenas poderão participar o familiar que já possua cadastro de visita. A família apenas participará na culminância do projeto. A entrada na unidade ficará a cargo da escola fazer as autorizações e acompanhar os familiares na entrada da unidade ao auditório da escola. Os familiares poderão entrar com roupas comuns, e respeitando as normas da unidade serão revistados como visitantes da escola. Os familiares deverão ficar no meio do público geral, e ao final poderão ficar mais próximos dos presos.</p>
Formatura	Julho de 2020	<p>Para a formatura do primeiro semestre, será convidado até três familiares sendo liberado junto à direção da unidade a entrada de crianças devidamente acompanhadas do responsável legal. A família poderá entrar na unidade com roupas apropriadas para o evento desde que respeitem as normas de segurança da unidade. Ao final, os familiares poderão confraternizar com o aluno, em uma mesa reservada para os mesmos. As fotos serão disponibilizadas via e-mail para as famílias.</p>
Escrevendo o Livro	Segundo semestre 2020	<p>Será convidado a participar do livro da escola familiares que desejem contribuir com um texto de própria autoria, para compor o livro. O lançamento será na própria escola e o familiar que escreveu poderá participar.</p>
Viajando na Leitura	Novembro 2020	<p>Neste projeto, será chamado para participar um familiar de cada aluno participante que irá se apresentar em um dia específico, devido a possibilidade de muitos participantes.</p> <p>O aluno repassará para o serviço de Assistência Social da unidade via escola, o nome do familiar para que seja feito o contato explicando do que se trata e os procedimentos para participação. Apenas poderão participar o familiar que já possua cadastro de visita. A família apenas participará na culminância do projeto. A entrada na unidade ficará a cargo da escola fazer as autorizações e acompanhar os familiares na entrada da unidade ao auditório da escola. Os familiares poderão entrar com roupas comuns respeitando as normas da unidade, e serão revistadas como visitantes da escola. Os familiares deverão ficar no meio do público geral, e ao final poderão ficar mais próximos dos presos.</p>
Formatura	Dezembro de 2020	<p>Para a formatura do primeiro semestre, será convidado até três familiares sendo liberado junto à direção da unidade a entrada de crianças devidamente acompanhada do responsável legal. A família poderá entrar na unidade com roupas apropriadas para o evento desde que respeitem as normas de segurança da unidade. Ao final, os familiares poderão confraternizar com o aluno, em uma mesa reservada para os mesmos. As fotos serão disponibilizadas via e-mail para as famílias.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Esta ação está prevista para o ano letivo de 2020, sendo de responsabilidade da escola a organização e a segurança com a logística de entrada dos convidados nas dependências desta. O custo efetivo desta ação será de responsabilidade da escola, que buscará por auxílio de parceiros para que seja possível a arrecadação de recursos para as despesas.

4.3 DISCUSSÕES SOBRE A REMIÇÃO DA PENA

A remição de pena é prevista na Lei de Execução Penal, que consiste remir a cada três dias ou doze horas de estudo dentro da unidade prisional que equivale há um dia a menos na pena do preso. Porém, existem dúvidas por parte dos alunos a respeito da compreensão deste assunto.

A frequência escolar dos alunos na opinião dos agentes entrevistados, é exclusivamente para remição de pena, e que seriam raros os presos que vão à escola com o objetivo de aprender de fato e querendo mudança. Por outro lado, as entrevistas com os alunos apontaram que apenas cinco deles confirmaram que a remição seria o intuito principal de estar na escola. Diante disso, percebemos que existe muitas dúvidas em relação à remição por dias estudados e, dessa forma, elaboramos esta ação direcionada para esclarecimentos sobre este processo de remição.

Esta ação consiste em manter parcerias com a Defensoria Pública, sistematização dos atendimentos técnicos (jurídico, psicológico de assistência social) já presentes na unidade e realização de palestras de conscientização.

a) parceria com a Defensoria Pública;

A Defensoria Pública já está presente na escola, e sempre que é convidada a participar de algum projeto, envia representantes. Vale ressaltar que a sede da Defensoria se encontra dentro das dependências da área de segurança na vila onde moram servidores da unidade, ou seja, o acesso à Defensoria é facilitado devido à proximidade.

Um dos objetivos da parceria com a Defensoria seria em relação à organização de cursos, palestras em que o tema fosse voltado para esclarecer aos

alunos seus direitos e deveres de presos, principalmente no que diz respeito ao direito à educação e à remição.

É comum os alunos terem dúvidas processuais e perguntarem para servidores da escola que, em sua maioria, não têm embasamento jurídico para responder, e não têm competência para orientar os alunos. O intuito também é que a Defensoria crie para os alunos os mutirões jurídicos, que já acontece em algumas unidades prisionais de Minas gerais, e tem por objetivo, esclarecer aos presos o andamento de seu processo. Porém, esta ação, seria direcionada apenas para alunos da escola e seria realizada dentro do espaço escolar.

b) sistematização de atendimentos técnicos;

Devido às reclamações dos alunos em relação à demora no atendimento dos profissionais da unidade como (advogados, psicólogos e assistentes sociais). Além disso, quando ocorrem estes atendimentos, podem chocar com o horário de aula dos alunos ou quando o aluno está na escola não é retirado para o atendimento. Assim quando estes atendimentos ocorrem durante o período de aula, o aluno irá optar pelo atendimento devido à dificuldade de ser atendido em outro momento.

A proposta desta ação é de retomar o que já aconteceu na escola anteriormente, em que os alunos, uma vez por semana, eram atendidos na própria escola pelos técnicos (psicólogos, assistentes sociais e advogados), e isso contribuía para a permanência do aluno na escola diminuindo suas faltas.

Os alunos eram atendidos a partir de uma lista prévia, geralmente indicada pela própria escola levando em consideração os pedidos dos alunos e a frequência deles nas aulas.

Para que a ação ocorra, a escola apresentará junto à unidade a necessidade de ter os atendimentos aos alunos dentro da escola. Dessa forma, a escola irá auxiliar na organização do local e a lista para os atendimentos, e a proposta é que estes atendimentos possam acontecer duas vezes por semana em setores diferentes.

c) palestras de conscientização;

Esta proposta consiste em organizar palestras de conscientização da importância da escola na unidade, e para o retorno social fora da unidade prisional. Para estas palestras, seriam convidados os técnicos da unidade, professores e defensores públicos. A escola irá estabelecer parceria com as faculdades da região, para que alunos de psicologia, pedagogia e serviço social possam auxiliar com palestras temáticas. A estruturação dessa atividade segue conforme demonstrado no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 – Proposta de organização das Palestras de Conscientização

Palestra	Público	Data	Responsável	Organização	Custos
Como evitar a depressão \ importância da família	Alunos	Fev. 2020	Psicólogos da unidade	Escola	A escola irá disponibilizar todo material
Direitos e deveres e cidadania	Alunos	Abril 2020	Defensoria Pública	Escola	A escola irá disponibilizar todo material
História de vida	Alunos	Junho 2020	Escola, ex alunos, Familiares de alunos	Escola	A escola irá disponibilizar todo material
Direito a educação\Benefícios de remissão	Alunos	Início do ano letivo 2020	Advogados da unidade	Escola	A escola irá disponibilizar todo material
Saúde psicológica de profissionais da segurança	Equipe de agentes da escola	Março a set. 2020	Equipe de saúde da unidade	Escola	A escola irá disponibilizar todo material
Importância da escola na vida do indivíduo	Alunos	Out. 2020	Escola e convidados da regional de ensino	Escola	A escola irá disponibilizar todo material

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A escola pode contar com outros parceiros além dos citados, caso a escola consiga abranger novos parceiros. As ações serão realizadas nas dependências da escola, o que garantirá a participação dos alunos e mais controle pela escola.

4.4 COMBATE À INFREQUÊNCIA DE FORMA SISTEMÁTICA

Esta ação é a concretização de um dos objetivos da pesquisa, que é o de criar mecanismos de combate à infrequência escolar. Através dos relatos dos alunos

entrevistados, foi possível perceber alguns aspectos que impossibilitam ou contribuem para que os alunos deixem de frequentar a escola, como os horários de outras atividades, que entra em conflito como o horário da escola, procedimentos diferentes nas retiradas dos alunos para escola, feito por equipes de plantão, melhoria na infraestrutura dos espaços escolares e liberação para uso de equipamentos tecnológicos.

No que se refere à infraestrutura no espaço escolar, segundo o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre as SEE\MG e Secretaria de Justiça, a responsabilidade da educação é da Secretaria de Educação. Desse modo, na tentativa de minimizar a influência destes fatores na frequência dos alunos, serão propostas ações como demonstrado no Quadro 13.

Quadro 13 - Proposta de organização das Ações Estratégicas de Combate a Infrequência (Continua)

Estratégia	Data	Por quê?	Como?	Responsável	Custo
Providenciar a melhoria dos espaços escolares junto às secretarias responsáveis	Jan. 2020	As salas de aula têm estrutura precária, existe espaço sem iluminação adequada.	Através de ofícios direcionados a secretaria de educação para viabilizar a liberação dos recursos, necessários.	Gestores da escola, juntamente com equipe pedagógica da unidade.	Serão disponibilizados os recursos tecnológicos pela escola.
Propor a unidade, autorização para uso de aparelhos eletrônicos com mais frequência.	Fev. 2020	Pouco uso de recursos tecnológicos devido às dificuldades de autorização.	Em reuniões com a direção da unidade, discutir, a liberação com mais frequência do uso de equipamentos eletrônicos na escola.	Escola	Serão disponibilizados espaço e equipamentos pela escola.
Estabelecer junto com a segurança apresentações das normas e procedimentos dentro da escola aos novos alunos.	Início de cada ano letivo e quando houver demanda.	Falta de conhecimento dos procedimentos para os alunos novatos.	Através de palestra	Equipe de segurança	Escola disponibilizará o auditório e equipamento; e a unidade os agentes para apresenta

(Conclusão)

Estratégia	Data	Por quê?	Como?	Responsável	Custo
					ção.
Propor junto a unidade Horários diferenciados para o banho de sol dos presos alunos	Jan\2020, caso necessário no decorrer do ano letivo.	Atividades da unidade prisional em conflito com os horários da escola.	Articulação em reuniões com a direção da unidade, viabilizando horário alternativos para alunos irem ao banho de sol, sem a necessidade de faltar a escola.	Gestão da escola e direção da unidade.	Serão disponibilizados pela escola dois servidores para articulação com a unidade.
Ativar novamente em parceria com Barbearias o curso de Barbeiro para alunos.	Mar. e abr.; Ago. e set.; Out. e Nov.	Muitos alunos são impedidos de frequentar a escola devido a cabelo e barbas fora do padrão. Com o curso os cabelos dos alunos seriam cortados na própria escola.	Propor em reunião com as Barbearias da região, parcerias para realização do curso e compra do material necessário	Escola, Unidade Prisional e Barbearias Parceiras	Compra de 4 Kits de Barbeiro Valor total: 400,00.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As ações estratégicas de combate à infrequência, projetadas no Quadro 5, evidenciaram que, para que de fato seja cumprido, deverá ter uma articulação e parceria entre escola e unidade prisional já que as duas são partes principais das ações.

4.5 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

As propostas deste PAE têm por objetivo, minimizar a infrequência dos alunos na escola, sendo suas ações apresentada para a comunidade escolar envolvida com a educação dentro da unidade prisional.

Para garantia da eficácia da proposta, serão realizadas avaliações de checagem no fim do ano letivo (2020). A expectativa é de que todas as ações já tenham sido concluídas. Assim, ao final das atividades será elaborado um relatório demonstrando o índice de frequência dos alunos em comparação aos anos anteriores para verificação da eficácia do plano na diminuição da infrequência.

Também será aplicado um questionário para os alunos e agentes de segurança, para que estes avaliem as ações e a necessidade de alteração e/ou encerramento.

Quadro 14 - Questionário de Avaliação – Agentes Penitenciários

1_ Sobre a escolha de uma equipe específica para atender a escola, foi positivo para a dinâmica de movimentação para escola. () Sim () Não . Por quê.
2_ Acredita que a capacitação contribuiu para entender o funcionamento da escola dentro da unidade? () Sim () Não
3_ O período de formação da capacitação foi suficiente para entender o funcionamento da escola dentro da unidade? () Sim () Não
4_ Como você classifica o curso de capacitação? () Muito Bom () Bom () Ruim () Aceitável
5_ Quais sugestões você teria para melhoria do curso de capacitação?
6_ Sobre as palestras oferecidas, os temas foram pertinentes? Quais seria sua sugestão de temas? () Sim () Não
7_ Sobre as demais ações desenvolvidas na escola, você acredita que surtiram efeito na presença do aluno na escola? Diante disso quais seria suas sugestões de ações que poderia ser implantada no próximo ano, visando aumento da frequência na escola? () Sim () Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 15 - Questionário de Avaliação – Alunos

1_ Sobre as palestras, você participou de quantas durante o ano? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5
2_ Dentre as que mais gostou cite uma.
3_ Como você avalia as palestras que participou? () Muito Boa () Boa () Ruim
4_ A participação da família na escola, fez com que você participasse mais da escola? () Sim () Não . Por quê
5_ Como você avalia os procedimentos dos Agentes no trajeto da cela até a escola? () Nada Mudou () Adequado () Mudou para melhor
6_ Este ano você foi impedido de frequentar a escola pelos agentes? () Sim () Não
7_ Quais sugestões de ações você teria para melhoria da frequência na escola? _____
8_ Sobre as demais ações desenvolvidas na escola este ano, quais te motivaram a participar da escola? _____

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Por fim, no mês de dezembro de 2020, será realizada uma reunião envolvendo a equipe pedagógica da escola composta pelo diretor e supervisor

escolar, representando a unidade prisional, o diretor de atendimento, juntamente com os representantes do corpo técnico, e os parceiros representados por um membro da instituição parceira. Nesta reunião, será apresentado o resultado dos questionários para direcionar a avaliação, e a partir das avaliações dos envolvidos, será redigido um relatório, que servirá de base para equipe pedagógica da escola rever as ações e/ou implementar as mudanças sugeridas, a fim de potencializar a frequência escolar dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longos desses 14 anos tenho entrado e saído todos os dias das unidades prisionais nas quais trabalho, ouvindo sempre o barulho dos cadeados sendo abertos e fechados, ouvindo os gritos, barulhos de bomba, sentindo na pele os efeitos dos gases, sentindo o cheiro da sujeira espalhada por todos os pavilhões, vendo a desvalorização de direitos já constituídos.

Nos últimos dois anos, já não entro e saio da unidade simplesmente, o olhar é o mesmo, porém, a percepção das condições vividas no cárcere são outras, isso devido aos percursos desta pesquisa.

Neste contexto, o problema que levou ao desenvolvimento da proposta desta pesquisa, foi uma inquietação enquanto professor e diretor escolar dentro da unidade prisional. Durante anos, observando o comportamento, a frequência dos alunos na escola, era difícil pensar em infrequência escolar dentro de uma unidade prisional.

Assim, o problema da pesquisa tem como recorte temporal os anos de 2013 a 2017, período em que se registrou uma infrequência de 55% entre os alunos. Nesta perspectiva, buscou-se entender e analisar as causas que contribuem para esse índice elevado de infrequência. A pesquisa apontou que a infrequência é oriunda de vários fatores que ocorrem dentro da própria unidade prisional.

As pesquisas nas unidades prisionais de Minas Gerais são regidas de uma rigorosa análise por parte da Secretaria de Segurança Pública, o que dificulta em muito, o processo de pesquisa o tornando lento, mas, apesar de todas as dificuldades impostas pelo sistema, consegui em tempo, realizar as visitas de campo e fazer as entrevistas com alunos e agentes de segurança.

As entrevistas apontaram os fatores que dificultam a presença dos alunos na escola, e entre eles, é possível listar os procedimentos sem padrão que são realizados na retirada dos alunos das celas para ir para escola, aliado ao bom senso do agente de segurança que pode por sua vontade, impedir o aluno de frequentar a escola. O próprio sentimento de solidão do preso em consequência do cárcere, atividades da unidade no mesmo horário da escola, enfim, as próprias instalações de alguns espaços da escola com mínimas condições de abrigar atividades educacionais.

Uma questão que foi apontada principalmente na entrevista com os agentes, foi o fato de a frequência estar ligada exclusivamente às remições de pena, mas, após as análises dos dados, é possível dizer que este não seja de fato um fator exclusivo para infrequência.

Por outro lado, a pesquisa não trouxe apenas informações sobre a infrequência, mas também retratou o descaso na garantia de direitos, que já foram para muitos dos sujeitos entrevistados na pesquisa, negados ou negligenciados antes da prisão. Muitos que lá estão, conforme tivemos a oportunidade de ouvir os relatos, são frutos também de uma sociedade excludente, com sérios problemas em relação a uma política pública eficiente, que garanta efetivamente os direitos fundamentais dos cidadãos. Fato é que, no Brasil, não temos a política de prisão perpétua, e dessa forma, é muito provável que a maioria das pessoas com privação de sua liberdade, estarão de volta ao convívio com a sociedade fora da prisão, e como queremos que estes retornem?

No livro *Estação Carandiru* de Dráuzio Varela há uma passagem que diz: “Cadeia é um lugar povoado de maldade” (VARELA, 1999), e conforme foi possível observar através das entrevistas, a maldade não existe sozinha nestes ambientes, também encontramos sentimentos bons, conforme relatado pelos alunos em relação à família, e sua participação positiva no cumprimento da pena.

Assim, oferecer dentro das unidades prisionais uma escola de qualidade, eficiente e alinhada à realidade de seus alunos, reconhecendo-os como sujeitos de direito é uma obrigação, e a educação em prisões não pode ser vista como um simples benefício concedido por vontade de alguém que tem o poder de decidir no momento.

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa buscou elaborar estratégias de ações a fim de minimizar os fatores do problema apontado, que é a questão da infrequência escolar dos alunos dentro da unidade prisional. Dessa forma, o PAE foi estruturado direcionando ações que irão abranger todos os envolvidos nas questões educacionais dentro da unidade além das famílias dos presos que também foram incluídas neste Plano de Ação.

A participação no mestrado profissional, me proporcionou analisar a minha prática diária com outro olhar neste contexto, e também me trouxe inquietações com relação a minha responsabilidade enquanto gestor de uma escola com um perfil complexo e com dinâmicas diversas.

Outra questão importante que o percurso do mestrado me proporcionou foi o de avaliar a postura da própria escola, percebo que, muitas vezes, a escola se distanciou da função de escola propriamente dita, e se alinhou ao mecanismo da prisão, o cuidado que entendo que a escola deve ter é de não ser despida de sua identidade quando inserida em ambiente prisional, ela deve se manter como escola.

Claro que a minha percepção é diferente da percepção do pesquisador que apenas vem à unidade prisional, faz a sua pesquisa e depois não volta com os resultados. No meu caso sou parte disso, também sou parte do problema, mas também sou parte da solução. E como continuarei nas unidades por tempo indeterminado, poderei aplicar e acompanhar os resultados da pesquisa e sei que o contexto educacional na unidade, não se encerra no último ponto final desta dissertação, é um começo na garantia do direito à educação dentro da unidade prisional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Conheça os diferentes tipos de estabelecimentos penais. **Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/conheca-os-diferentes-tipos-de-estabelecimentos-penais/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

AMORIM-SILVA, K. O. **Educar em prisões**: um estudo na perspectiva das representações sociais. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882. Dá novo regulamento para a Casa de Correção da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 50, v. 1, pt. II, 1882. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8386-14-janeiro-1882-544928-publicacaooriginal-56609-pe.html>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2664, v. 10, 11 out. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957. Dispõe sobre normas gerais do regime penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, nº XV, letra "b", da Constituição Federal, e amplia as atribuições da Inspetoria Geral Penitenciária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23149, 2 out. 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3274-2-outubro-1957-354632-norma-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10227, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Resolve fixar as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil. **Diário oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 02 dez. 1994. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 341. A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto. **Diário da Justiça**: seção 3, Brasília, DF, ano 82, n. 32, p. 581, 13 ago. 2007a. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2012_29_capSumula341.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 03, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 22, 25 mar. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 1, 30 jun. 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei-12433-2011-06-29.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: INFOPEN Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 09 jun. 2018.

BURGOS, M. *et al.* Infrequência e evasão escolar: nova fronteira para garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Desigualdade e Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-105, jul./dez. 2014. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/DD_15_5-Burgos.pdf. Acesso em: 09 dez. 2018.

CARREIRA, D.; CARNEIRO, S. (org.). **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**: Educação nas prisões brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoenov2009.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CARVALHO FILHO, L. F. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CHIAVERIN, T. **Origem da pena de prisão**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Mensal do Cadastro de Inspeções nos Estabelecimentos Penais**. [2019]. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php. Acesso em: 09 dez. 2018.

CORTINA, C. L. **A cela de aula – educação escolar na prisão**: a percepção dos apenados acerca dos processos educacionais. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018.

COSTA, M. R.; GUIMARÃES, E. S.; ROCHA, S. M. O. Sobre a infrequência de alunos no ensino médio numa escola pública estadual do maranhão. **Ensino & multidisciplinaridade**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 122-137, jun./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/download/4210/2234>. Acesso em: 09 dez. 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 27. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111324/mod_resource/content/1/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20II.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOOGLE EARTH. **Imagem aérea do complexo onde está localizada a Escola Estadual César Lombroso**. [2019a]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maprecursoonlinelace/Ribeir%C3%A3o+das+Neves,+MG/@-19.7629723,-44.0940297,317m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xa68d65ce6647bb:0xf6b57930a4c07785!8m2!3d-19.7619024!4d-44.0853572>. Acesso em: 23 nov. 2019.

GOOGLE EARTH. **Vista Aérea do Alojamento e da Escola**. [2019b]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maprecurso>

onlinelace/Ribeir%C3%A3o+das+Neves,+MG/@-19.7635373,-44.1078484,127m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xa68d65ce6647bb:0xf6b57930a4c07785!8m2!3d-19.7619024!4d-44.0853572. Acesso em: 23 nov. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio 2015**. [2019]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 09 dez. 2018.

JULIÃO, E. F. As políticas de educação para o sistema penitenciário. In: ONOFRE, E. M. C. (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 29-50.

LAGE, R. O. **O papel do gestor de unidades escolares no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro: seleção e formação**. 2014. 123 f. Dissertação (mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação) - Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

LEME, J. A. G. **A cela de aula: tirando a pena com letras**. 2002. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22458/2/JOS%c3%89%20ANTONIO%20GON%20ALVES%20LEME.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

LEME, J. A. G. A cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In: ONOFRE, E. M. C. (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: Eduscar, 2007. p. 111-146.

LOURENÇO, A. S. As regularidades e singularidades dos processos educativos no interior dos presídios e suas repercussões na escolarização de prisioneiros: uma relativização da noção de sistema penitenciário. In: ONOFRE, E. M. C. (org.). **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos: Editora UFSCar, 2007. p. 51-76.

MINAS GERAIS. Termo de cooperação técnica entre as secretarias de defesa social e secretaria de educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 12 abr. 2016.

MINAS GERAIS. **Matriz Curricular do Regimento da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais em funcionamento nas Unidades Prisionais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2018.

MINAYO, M. C. S. Desafios da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: desafios, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MENOTTI, C.; ONOFRE, E. M. C. O sentido e o significado da docência na perspectiva de educadores/as aprisionados/as. In: FALCADE-PEREIRA, I. A.;

ASINELLI-LUZ, A. (org.). **O espaço prisional: estudos, pesquisas e reflexões educativas**. Curitiba: Appris, 2014. p. 119-137.

MONTEIRO, L. H. S. **É Possível sonhar**. Belo Horizonte: SC Literato, 2019. v. 3.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados do sistema penitenciário**. [2018]. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/dados>. Acesso em: 09 dez. 2018.

OLIVEIRA, C. B. F. Educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-967, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop894.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ONOFRE, E. M. C. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. **Polyphonia**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 109-120, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21212>. Acesso em: 06 jun. 2018.

ONOFRE, E. M. C. Educação Escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago. 2015.

ONOFRE, E. M. C. Escola da Prisão. In: ONOFRE, E. M. C. (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: Eduscar, 2007. p. 11-28.

ONOFRE, E. M. C. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do Homem aprisionado? In: Reunião Anual da Anped, 29., 2006, Caxambu. **Anais Eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2006. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-1943.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos**. 1977. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>. Acesso em: 09 dez. 2018.

PARANÁ. Lei nº 19130, de 25 de setembro de 2017. Institui a Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 10036, 26 set. 2017. Disponível em: <http://www.aprapr.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Lei-19130-Institui-a-Di%C3%A1ria-Especial-por-Atividade-Extrajornada-Volunt%C3%A1ria-a-Gratifica%C3%A7%C3%A3o-Intra-Muros-e-adota.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

PEREIRA, A. A educação social de rua é umas práxis educativa? **Revista Ciências da Educação**, Americana, ano XI, n. 21, p. 481-502, 2009.

PEREIRA, A. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, n. 0, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PIERINI, A. J.; SANTOS, S. M. C. O Combate à Infrequência Escolar de Crianças e Adolescentes: A participação da rede de proteção social no Programa Apoia.

Revista Brasileira Multidisciplinar, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 93-107, 2016.

Disponível em:

<http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/369/330>. Acesso em: 09 dez. 2019.

PROBLEMAS sociais decorrentes do uso do álcool. **Centro de Informações sobre Saúde e Álcool**, São Paulo, [2005]. Disponível em:

<http://www.cisa.org.br/artigo/221/problemas-sociais-decorrentes-uso-alcool.php>.

Acesso em: 09 nov. 2019.

SABADELL, A. L. Algumas reflexões sobre as funções da prisão na atualidade e o imperativo da segurança. *In*: OLIVEIRA, R. T.; MATTOS, V. (org.). **Estudos de execução criminal: direito e psicologia**. Belo Horizonte: TJMG; CRP, 2009. p. 29-36. Disponível em:

https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/713/1/ISBN_9788598923024.pdf. Acesso em: 09 dez. 2018.

SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRASU; M. R. S.; ARRAES, R. A. Determinantes da Evasão e da Repetência Escolar. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, n. 4, p. 117-136, out./dez., 2015.

Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVEIRA, O. M. C.; CARVALHO, L. T. Desistência e infrequência escolar de jovens: desafios para as políticas educacionais. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA, 5., 2012, Recife. **Anais Eletrônicos [...]**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-2. Disponível em: http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070004410_1.pdf. Acesso em: 8 dez. 2019.

MARTINS, A. C. C.; TORRES, M. C. B. S. Violência Escolar: Uma reflexão sobre suas causas e o papel do Estado. **JusBrasil**, [s.l.], 2016. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/54350/violencia-escolar-uma-reflexao-sobre-suas-causas-e-o-papel-do-estado>. Acesso em: 27 set. 2019.

VARELA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

ZANIN, J. E. Educação carcerária: conflito punir/ressocializar. *In*: JORNADA DE ESTUDOS E PESQUISAS DO HISTEDBR, 2., 2005, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos [...]**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005. p. 1-12. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/765/765.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

APÊNDICE A – Roteiro para a realização da entrevista com os alunos

Iniciação da entrevista: Apresentação da proposta de pesquisa ao entrevistado, evidenciando os objetivos e também explicando que não será identificado e nada será usada para em processo - Esta pesquisa é sobre a infrequência escolar na escola. Estadual César Lombroso (aqui é preciso ter em mente que se pretende conhecer: até qual série o estudante frequentou antes da prisão, em quais escolas ele estudou e se/quando abandonou a escola ao longo de sua vida escolar).

Qual sua idade? _____ Qual serie está matriculado? _____

1. Como foi sua trajetória escolar antes de chegar ao presídio?
 - 1.1 Como era a escola para você nessa época?
2. Quais motivos te levaram a estudar dentro da unidade prisional?
3. Como é estudar aqui?
4. Você passa por procedimento para ir à escola?
 - 4.1. Como são feitos estes procedimentos?
5. Como é sua relação com os demais alunos dentro da sala de aula?
6. Existe algum motivo que te impeça ou já lhe impediu de ir à escola?
7. Qual a importância da escola para você aqui?
 - 7.1. Existe para você alguma diferença entre a escola fora do presídio com a escola aqui dentro?
8. Por quais motivos você falta às aulas aqui na Escola Estadual César Lombroso?
9. Você já foi impedido de frequentar a escola por algum agente de segurança ou profissional da escola?
10. Se precisar escolher entre ir à escola ou trabalhar, o que você faria?
 - 10.1. Por quê?
11. O que sua família diz sobre você frequentar a escola aqui?
12. Para que os estudos aqui no presídio serão úteis quando você estiver em liberdade?
13. Você teria alguma sugestão para melhoria da escola aqui no presídio?
 - 13.1. Na sua opinião, o que a escola poderia fazer para aumentar frequência dos alunos daqui?

APÊNDICE B - Roteiro para a realização da entrevista de agentes de segurança

1. Qual sua idade
2. Há quantos anos você trabalha com privados de liberdade?
 - 2.1 E nesta unidade, há quanto tempo trabalha aqui?
3. Como foi sua trajetória profissional até chegar a ser agente no sistema prisional?
4. O que você pensa sobre a educação (e a escola) dentro dos presídios?
5. Por qual motivo você acredita que leve os internos a se matricularem na escola aqui?
 - 5.1. Com base em sua experiência, o que você acredita que leva o preso a estudar?
6. Você já participou algum curso direcionado para a reflexão sobre a escola e a educação nos espaços prisionais?
 - 6.1. Se sim, quais? Ofertados por quem?
 - 6.2. Se não, você acha que seria útil?
7. Que tipo de dificuldade você tem para conduzir os alunos para a escola?
8. Na sua opinião quais os possíveis motivos que fazem os alunos faltarem as aulas?
9. Você acha que existe algum tratamento diferenciado para os internos que estudam?
 - 9.1. Se sim, como isso se manifesta?
10. Como você vê a relação entre a escola e a segurança no presídio?
 - 10.1. Será que a escola pode ser um complicador para segurança?
 - 10.2. Em que ela atrapalha e/ou ela ajuda.
11. O que você pensa sobre a relação estabelecida entre alunos e professores aqui no presídio?
12. Como é a relação dos agentes com a escola?
 - 12.1. Que tipo de preocupação há em estabelecer uma cooperação?
13. Na sua opinião, como seria a escola ideal dentro de uma unidade prisional?
14. O que você pensa sobre a possibilidade de a escola nas unidades prisionais serem consideradas um fator relevante na ressocialização dos detentos?

APÊNDICE C – Entrevistas com Agentes de Segurança: classificação das informações de acordo com os eixos de análise

Temas (eixos de análise)	Entrevistados		
	Agente 1: 53 anos, Curso Superior em Recursos Humanos - 25 ano de trabalho.	Agente 2: 29 anos, Curso Superior incompleto em Direito - 5 anos de trabalho.	Agente 3: 35 anos, Curso Superior em Direito - 15 anos de trabalho.
O funcionamento da escola no ambiente prisional.	<p>Acredita que escola dentro de ambiente prisional não seria muita coisa. Vale na rua para o preso ficar mais esperto e não cair mais no crime. Segundo ele a dificuldade para o funcionamento da escola dentro da unidade prisional está ligada aos cumprimentos de horários e retirada dos presos para escola, consequência da falta de comprometimento do agente em retirar o preso da cela, muitas vezes não querem subir nas galerias dos pavilhões (cinco andares, cada andar corresponde há uma galeria). Acredita que retirar o preso da cela seja muito tranquilo já que tirou o preso vai sem problemas. Outra situação que acontece é que o agente olha para o preso não está com crachá ou está com cabelo grande, barba sem fazer ou o agente acha que não vale apenas deixar o preso sair da cela e o deixa na cela. Assim mesmo sendo direito do preso a decisão é do agente dizer que ele vai ou não para escola no dia a dia.</p>	<p>Segundo ele a escola dentro da unidade prisional é extremamente importante, devido a boa parte dos encarcerados terem baixa escolaridade. Acreditando que a possibilidade de reincidência de quem estuda nos presídios pode ser menor para os que passam pela escola. Mesmo o anexo sendo um espaço sem uso de algemas onde o preso tem mais liberdade, mesmo assim ele acredita que a frequência na escola está relacionada com a redução de pena, a maioria vai pela redução de pena mesmo e para ocuparem a mente ociosa. A divulgação mesmo o preso sabendo que tem a escola ele acredita que falta divulgação que tem uma escola e seus horários de funcionamento, faltando engajamento da unidade. Em relação ao horário que é oferecido a escola interfere minimamente segundo ele na frequência do preso há escola, tendo em vista que os presos que trabalham chegam e já vão direto para escola.</p>	<p>Este agente trabalha maior parte do tempo no alojamento, tem 15 anos na profissão e curso superior de direito. Na sua percepção a educação é positiva dentro das unidades, é uma forma de socializar algo que para o mesmo a educação contribui bastante. Para ele não existe dificuldade de o preso no alojamento estudar, já que o horário deles é compatível para que possa frequentar a escola. Apesar da escola concorrer com outros atrativos ele não vê que isto possa interferir na presença do preso na escola.</p>

	<p>A unidade não tem segurança existe a falta de elemento humano e a unidade está muito cheia, ficando apenas dois agentes para fazer a segurança dentro da escola, assim o funcionamento da escola seria mais contribuinte para não ter segurança. Assim não tem segurança para os funcionários da escola e nem para os agentes.</p>		
<p>O preso e a escolarização em ambiente prisional.</p>	<p>Levando em consideração sua experiencia ele acredita que alguns de fato queiram sair do crime, mas tem preso que vai à escola apenas para receber o benefício da remissão já que a cada dia de aula ganha um de liberdade, e também para sair de cela um pouco. Sendo que suas faltas em sua maioria estão relacionadas com o agente de segurança. Segundo ele já ouviu muito alunos reclamando que não estava sendo retirado para ir à escola. Devido a escola ser benefício não deveria o preso ter acesso, já que ele está na unidade para pagar ao algo que fez contra alguma família. Mesmos sendo um agente com curso superior, percebe -se que para ele o preso não deveria ter uma chance de mudança deveria ficar apenas preso sem acesso a socialização. Para ele os presos não têm trabalho e muitos não querem</p>	<p>Segundo ele a ida do preso a escola está ligada a possibilidade de remissão de pena, e na tentativa de ocupar a mente com os estudos. Por outro lado, ele percebe que uma pequena minoria busca algo além da remissão de pena buscam conhecimento, e terminar o estudos. Não há regalia, mas em sua percepção os presos que estudam são vistos com bons olhos, em especial os mais frequentes que mantem a disciplina. Ele ressalta que o preso estudante e visto com bons olhos também pelos demais presos. Segundo ele a pena tem duplo caráter que seria voltado para o castigo imposto pelo estado para os que infringem as normas da sociedade. Porem a pena tem o caráter educativo, neste contexto a escola possibilita a ressocialização do indivíduo, sendo a escola um dos pilares no processo de ressocialização.</p>	<p>Para ele o motivo principal que leva o preso a estudar é a remissão, principalmente pelo preso estar no fim da pena .Ele faz uma comparação que a frequência do alojamento seria menor do que a da sede devido ao regime da pena do preso, no alojamento todos são do regime semiaberto estão próximos de sair enquanto na sede encontra se alguns em regime fechado e para estes a remissão de pena ajudaria muito na redução de pena. Ele aponta como motivo da infrequência pode estar ligado a estrutura da escola que é precária, e ainda usa Quadro de giz, iluminação das salas insuficientes, também corpo discente tem muitas professoras mais antigas, quando vem uma professora mais jovem percebe se que as salas ficam mais cheias. Não existe tratamento diferenciado já que a segurança não consegue distinguir quem estudada de quem estuda porem existem uma</p>

	<p>trabalhar veem na escola uma forma de terá redução de pena. Mesmo que para os agentes a escola seja considerada um benefício ele não vê que o preso que estude seja tratado de forma diferente dos que não estudam.</p>		<p>lista que é repassada para segurança. Ainda segundo este agente a escola posta atualmente não consegue de fato ao aluno, precisa de aprimorar, buscar atrativos para que o aluno possa frequentar mais a escola, existe a necessidade de mostrar ao preso que os estudos são importantes para ele quando sair da prisão. Segundo ele alguns atrativos usado como “iscas” como lanche, água filtrada, uma estrutura que é um pouco melhor do que a dos alojamentos o que deixa o ensino como plano de fundo e não como foco. Não existe uma cobrança em relação a presença do preso na escola, ele deveria ser obrigado, fazendo com que ele levasse a sério, e um ponto destaque apontado por ele seria atrelar a remissão a frequência, tem frequência tem remissão.</p>
<p>Relação entre a escola e o presídio.</p>	<p>Segundo ele existe respeito entre professor e aluno dentro da unidade e que a escola traz um tratamento mais humano dentro do presídio. Segundo ele a relação do presídio com escola não é boa, mas pelo lado do a gente que não gostaria que a escola funcionasse dentro da unidade ele não sabe por que os agente não gostam da escola dentro da unidade, mas acredita c que ninguém goste de</p>	<p>Segundo ele escola e segurança devem caminhar juntas e que a relação entre a partes é boa, a escola não atrapalha a segurança e a segurança não atrapalha a escola. Assim para que a escola funcione existe a necessidade de um sistema de segurança capaz de garantir a presença do aluno na escola. Não existe conflitos entre a segurança e professores pelo contrário segundo ele os professores são educados e</p>	<p>Não participou de curso direcionado há escola e não sabe se ouve algum curso para agentes sobre funcionamento da escola na unidade. Acredita que não haja conflito entre a segurança e a escola, o relacionamento é muito bom.</p>

	<p>cuidar de preso dentro da escola. Para ele não deveria de ter escola dentro de unidade. Melhora a cooperação entre segurança e escola é difícil levando em consideração o momento que o sistema prisional vive, assim não existe bom para nenhuma das partes.</p>	<p>respeitam as normas entrando e saindo das salas nos horários determinados. Faz uma referência a estrutura precária da escola dentro da unidade não é ideal com nas demais escolas públicas que também passam pelo problema de infraestrutura. Vê que melhorias seriam necessárias principalmente a instalação de equipamentos digitais.</p>	
--	--	--	--

APÊNDICE D - Entrevistas com alunos: classificação das informações de acordo com os eixos de análise

Entrevistados	Temas (eixos de análise)			
	Vida escolar antes do presídio	A importância da escolarização	Relação entre a escola e o presídio	A infrequência
Aluno 1: 26 anos, 2º ano do Ensino Médio, (Sede).	Ficou muito tempo sem estudar até chegar no presídio. Parou de frequentar por causa que a escola não aceitou sua matrícula no ensino regular apenas no projeto para os que estavam fora de faixa etária. A escola era um lugar tranquilo, era aprendizado mesmo, não tinha negócios de confusão. Eles iam para aprender não havia confusão que se tem hoje. Ele era um aluno frequente	Estudar na unidade é importante pois segundo ele não tem planos de continuar no crime igual era. O estudo vai ser de grande importância para arrumar um emprego melhor fora da unidade.	A escola dentro da unidade segundo ele é diferente das escolas fora pois os conteúdos são melhor explicados além do respeito, que os professores têm pelos alunos. Estudar na unidade é tranquilo, porém os procedimentos dificultam a frequência na escola.	Para ele é difícil ir à escola pois qualquer coisinha os agentes jogam no “corró é deixa até o resto da tarde. Para ele o ruim da escola é só isso. A escola em si é tranquila. O procedimento feito para ir à escola para ele é fator decisivo para a frequência diminuir. Sempre os agentes estão voltando os alunos devido a barba o cabelo grande. Segundo ele nunca deixou de ir a escola para ir ao sol. Agora entre trabalho e escola ele fica com o trabalho devido a dar mais remissão que a escola. Para ele o aumento da frequência na escola dependerá do aluno pois do jeito que está lá está bom, precisa da mudança de postura do aluno.
Aluno 2: 33 Anos, 3º ano Ensino Médio, (Sede).	Era frequente na escola e gostava de estar na escola; mas devido a gravidez da namorada teve que se afastar da escola. A escola que frequentou	Estando próximo de fechar o ensino médio gostaria de iniciar o terceiro grau, dentro da unidade a escola ajuda muito no dia a dia. O que aprendeu na escola será útil para a	Aponta que os procedimentos constantes feitos para ir à escola acabam afastando os alunos de frequentar. Segundo ele os procedimentos são realizados em ambiente sujos e com dias onde estes espaços estão alagados, o	Segundo ele faltou algumas vezes para ir ao sol. Mas ele nunca desanimou por gostar de estar na escola. Ele nunca foi impedido por agentes de ir a escola porém já deixou de ir a escola devido ao procedimento

	<p>tinha um ambiente tranquilo bom para o aprendizado, neste período fez muito amigos.</p>	<p>reconstrução de uma vida diferente da que ele tinha e o que levou à prisão.</p>	<p>que deixa roupas e materiais molhados. Mesmo com as dificuldades da escola são feitos projetos que incentivam a participação dos presos. Segundo ele a escola poderia melhorar dando mais oportunidade para as pessoas, apenas suma galeria de um pavilhão estuda.</p>	<p>feito quando a galeria esta inundada e os materiais e roupas acabam molhando. Ele prefere frequentar a escola em fazer outras atividades como trabalhar. Pois na escola ele se sente tratado como gente. Já participou dos projetos e percebe que os projetos ajudam na melhoria da frequência. Massa escola poderia fazer coisas mais dinâmicas, interagir mais nas coisas, ou seja, trazer mais materiais para sala, para interagir os alunos, isso incentiva os alunos e no outro dia vai estar presente. .</p>
<p>Aluno 3: 23 anos, 1º ano Ensino Médio, (Sede).</p>	<p>Sua trajetória escolar antes do presídio foi conturbada, não gostava de estudar, só ia escola porque era obrigado e por causa das amizades. Quando passou a morar sozinho abandonou a escola. Sua frequência era baixa, sempre quando tinha outra coisa para fazer deixava de ir a escola. Nesse período via a escola como obrigação, a família cobrava muito para ir</p>	<p>Segundo o aluno antes ele via a escola como uma obrigação, mas hoje como necessidade para abrir portas. Pretende acabar os estudos, quer levar alguma coisa boa durante o período da prisão. Para ele não tem palavras para descrever o tanto que a escola ajuda em sua recuperação. Conseguir o certificado que é igual ao das escolas de fora das unidades.</p>	<p>Para o aluno não existe diferença entre a escola no presídio e fora a diferença que o aluno de fora vai quem quer estudar, dentro do presídio geralmente vai pela remissão. Segundo ele não há diferença no tratamento aos presos estudantes em relação aos demais, porém dentro da escola é tratado melhor. Sobre os ambientes da escola na unidade para ele o anexo onde não tem os agentes impedem de ir devido a barba ou cabelo grande.</p>	<p>Segundo ele os procedimentos atrapalham na frequência dele a escola, ele já foi impedido de ir à escola quando estava de cabelos grande, não estava com o padrão exigido pelo agentes e quando é assim mandam voltar. Quando o horário a escola bate com o sol ele sempre escolhe ir a escola. Em relação a trabalhar e estar na escola ele preferiu trabalhar, pois gosta de trabalhar pois fica mais tempo ocupado e fora da cela. Por algumas vezes já deixou de frequentar a escola devido aos procedimentos, os agentes podem marcar o preso e não</p>

	escola porem não adiantava.			deixar sair para escola. Os projetos realizados na escolas ele percebe que ajudam na frequência dos alunos. Para ele o uso de filmes pode ajudar porem quem não quer estudar não vem.
Aluno 4: 39 anos, 2º ano -anos iniciais, (Sede).	Ele trabalhava na roça e não havia tempo de ir à escola, estudou muito pouco e como sempre precisou de trabalhar para ajudar a mãe não tendo tempo para estudar, começou a estudar aos 14 anos, porém veio a estudar de fato dentro do presídio. Quando ia à escola gostava do ambiente porem era muito bagunceiro e não queria estudar, para ele a bagunça interferiu no seu aprendizado e nem o nome aprendeu a escrever. Hoje ele está com 39 anos cursando a segundo ano do ensino fundamental.	Segundo ele a escola tem importância, pois já perdeu muito emprego devido a não saber ler. Com a leitura conseguirá fazer uma coisa simples que é pegar um ônibus, por não saber ler acaba tendo que pegar o ônibus no ponto final. Com os estudos quero usar em sua profissão de pedreiro, quando sair da prisão. Além do aprendizado estar na escola para ele serve para ocupar a mente e não ficar trancado. Quando terminar sua pena pretende continuar a estudar.	Segundo ele existem diferenças entre a escola no presídio e a de fora é o tempo que ele tem para estudar no presídio que não havia na rua, no presídio se quiser estudar estuda. Estudar e trabalhar lá fora é cansativo, segundo ele a rua é mais difícil tem que correr atrás. Os procedimentos para ir à escola segundo ele é normal e todo preso sabe que para trabalhar, estudar na cadeia tem que passar pelo procedimentos. Para melhoria da escola no presídio ele sugere que o diretor não cortasse a escola e deixasse mais presos estudar, além de dar empregos para mais pessoas.	Segundo algumas vezes foi impedido por agentes de ir à escola devido a erros nos procedimentos, como esquecer a carteirinha, quando andou mais rápido na fila. só nestes casos faltava. Entre estudar e trabalhar preferia trabalhar, mas gostaria de fazer os dois. Segundo ele os procedimentos para ele não impeditivos de ir à escola já que se trata de procedimentos normais dentro do presídio. Os projetos realizados pelas escolas contribuem para melhoria da frequência na escola. Em relação ao sol ele prefere deixa de ir ao sol para frequentar a escola já que para ele o sol é um local de opressão e alguns acabam apanhando.
Aluno 5: 28 anos, 1º ano Ensino Médio, (Sede).	O aluno estou até o primeiro ano do ensino médio fora do presídio, nunca foi reprovado,	Estar estudando para ele é uma oportunidade de ressocializar e buscar melhorias. Os cursos	Para o aluno não, existe diferença entre a escola no presídio e fora sendo a única diferença a roupa que usam. Segundo ele os	Segundo ele os procedimentos o impedem de estar na escola constantemente. Muitas vezes o pavilhão fica molhado e os

	<p>frequentava regularmente a escola, porem abandonou a escola devido aos problemas que estava tendo que levavam sua mãe sempre a escola para reuniões para tratar de seu comportamento, assim acabou abandonado a escola. Ressalta que a escola tinha bons professores de modo geral era uma escola boa.</p>	<p>podem ajudar fora da unidade.</p>	<p>procedimentos acabam atrapalhando a escola. São as vezes três procedimentos para ir à escola.</p>	<p>procedimentos são feitos na água. Também foi impedido de ir escola devido a barba e cabelo grande. Para ele o cabelo pode até não estar grande fora do padrão que se o agente pode mandar retornar para cela. A rigidez nestes procedimentos dificulta para ele estar na escola.</p>
<p>Aluno 6: 34 anos, 2º ano -anos iniciais, (Alojamento).</p>	<p>O aluno diz que nunca estudou de fato fora do presídio, a única vez que a mãe conseguiu colocá-lo na escola tinha 9 anos, porém brigava muito e um dia acertou outro aluno com uma cadeira e não voltou mais. Segundo ele o pai chegava sempre bêbado e batia muito nele. Ele narra uma das surras que levou do pai. Neste período ninguém o ensinou a ler ou a escrever. Foi alfabetizado no</p>	<p>Com 34 anos e 2º ano do ensino fundamental dentro da unidade, ele buscar pelo menos aprender ler e escrever e sair e ser alguém na vida, ele relata que não consegue ler o letreiro de um ônibus e que aprendendo na escola isso pode mudar. E dentro do presídio para ler é importante saber ler e escrever para que não seja necessário ficar pedindo outro preso para ler ou escrever cartas ou bilhetes.</p>	<p>O aluno estuda no alojamento, para ir à escola ele não passa por procedimentos e não há uso de algemas, e a escola acontece após o trabalho. Ele diz que há diferença entre a escola no presídio e a de fora sendo que no presídio o aluno estuda e convive com por muitos meses anos com outros alunos e isso gera uma boa amizade e não tem confusão, enquanto lá fora se uma não gosta do outro junta e pega o outro. E sua família o apoia muito nos estudos dentro da unidade. Para ele a estrutura poderia melhorar.</p>	<p>Por se tratar do alojamento o aluno confirma que não existe procedimento, e assim nunca foi impedido de estudar, diz que não falta a escola a não ser quando está de benefício da descida. Segundo ele muitos dias chega do trabalho e não dá tempo de tomar banho mas ele prefere estar na escola, sobre o motivo que pudesse explicar a infrequência no alojamento, ele disse que alguns comentam que chegam cansados do trabalho pesado e as vezes chegam e não tem água para tomar banho ai não veem. Segundo ele o que poderia melhorar a frequência seria ter água para as</p>

	presidio.			necessidades dos alunos para tomar banho e ir para escola limpo, já que muitos ficam sem jeito em sala de aula. Assim as salas ficariam mais cheias, de fato alguns não vem por que não querem outros não gostam de ir sujos.
Aluno 7: 33 anos, 4º ano -anos Iniciais, (Alojamento).	Segundo o aluno sua trajetória escolar foi muito ruim, ia para escola porque a mãe obrigava, mas estudava não estudava, era um aluno frequente, mas matava aula as vezes. aprendeu pouco ler e escrevia com dificuldade, mas o básico aprendeu, porém, interpretação pouco conseguia fazer. Aos treze anos abandonou a escola e foi para a vida errada. E neste período via o pessoal todo dia à toa e acabou acompanhado esse pessoal. A escola era boa, ele tinha de tudo sua mãe dava tudo que era necessário e sempre do melhor e nunca passou	Um dos motivos de importância é saber ler e escrever, poder ensinar sua filha é o que o motiva estudar no presidio,	Para ele estudar no alojamento é bom foi a primeira vez que estudo em unidade prisional. Para ele não há constrangimento em estudar no alojamento, o preso tem livre acesso a escola. Os agentes não oprimem alguns incentivam estudar. O único motivo que o impede de ir à escola é ele mesmo. Sua família o apoia muito para que continue estudando. No alojamento tem autonomia. Para ele a escola contribui mais para ressocialização do que o trabalho. Um dos problemas da escola é a estrutura e o estado não tem como reformar a escola.	Segundo ele não falta muito apenas quando tem muito trabalho e chega mais tarde depois da aula. Para ele o sistema prisional obriga a ir trabalhar, mas crê que o sistema deveria incentivar e obrigar a estudar, porque o preso com conhecimento a reincidência é menor. Mas percebe que o problema da infrequência é o próprio preso que não quer estudar. Não trocaria a escola pelo trabalho caso pudesse escolher, porém ele estuda e trabalhar já que para estar no alojamento tem que trabalhar. Segundo ele a escola já fez o que podia para ter frequência agora só depende do aluno. Ele não deixaria de ir a escola para ir para outros espaços do alojamento.

	dificuldade para estudar.			
Aluno 8: 34 anos, 1º ano Ensino Médio, (Alojamento).	Era um aluno frequente, mas que devido às, mas companhias acabou se afastando da escola, matava muita aula para ir para o bar e assim abandonou a escola, segundo ele não se lembra quantos anos tinha quando deixou a escola. Mas a escola era tranquila conhecia todos de lá. Sua família sempre o incentivou estudar se preocupavam comigo e como estava indo na escola.	Para ele é importante pois poderá contribuir para a sequência da vida fora da unidade. E um diploma ajudará muito. Também a remissão em primeiro lugar depois o diploma	Estudar no anexo é tranquilo, pois aqui recebe mais atenção dos professores e assim aprende mais fácil. Não existem procedimentos para ir a escola.	Nunca foi impedido de frequentar a escola pela segurança. Mas o cansaço já lhe impediu de frequentar, pois chega do trabalho e vai direto para a escola. Ele escolheria estudar e trabalhar caso pudesse escolher já que a escola lhe permite obter conhecimento. Para ele a infrequência do alojamento está ligada ao número de jovens presos e que de fato não querem estudar e tem certeza que devem ficar pouco tempo aqui. A estrutura da escola contribui para a baixa frequência, creio que se houvesse uma reforma poderia aumentar o número de alunos. Outra sugestão para melhorar a frequência seria trazer aulas diferentes não ficar muito dentro da sala.
Aluno 9: 42 anos 7º ano, (Anexo).	O aluno comenta que voltou a estudar depois de adulto, em um curso de Jovens e Adultos na UFMG, porém mais uma condenação que recebeu o impossibilitou de	Acredita que a escola muda a vida das pessoas. O ensino poderá ajudar a conquistar um emprego e cuidar da família.	No anexo nunca foi impedido de ir à escola pela segurança, sua família o apoia a estudar no presídio. Se for preciso escolher entre o trabalho e a escola, optaria pelo trabalho pois precisa ajudar a família, hoje ele trabalha e estuda. Acredita que dando mais liberdade para os professores o ensino	Este sempre presente na escola, as faltas que teve foram devido ao benefício da descida temporária, nunca teve problemas para frequentar a escola e também nunca presenciou os demais presos impedidos de frequentar a escola. Sugeri que para

	continuar. Sempre teve um sonho de conseguir se formar em arqueologia.		poderia ser melhor. Está na escola pela remissão porém aproveita para aprender. Para ele não existe diferença entre as escolas no presídio e fora dele.	aumentar a frequência na escola deveria ter um pouco mais de incentivo já que os professores têm muita dificuldade em materiais. Ele acredita que muitos presos não frequentam a escola por que não querem mudar de vida e diz que isso é uma realidade na prisão.
Aluno 10: 41 ano, 9º ano (Anexo).	Abandonou a escola muito cedo na 7ª série, a escola que frequentou era boa e gostava de estar lá, mas as dificuldades fizeram abandonar a escola.	Acredita que a escola pode ajudar realmente a pessoa a mudar de vida, a se tornar um melhor cidadão.	Passou a estudar dentro da unidade por acreditar que a escola é a melhor maneira de ressocializar dentro de uma unidade prisional. No anexo nunca foi impedido de ir à escola, vê que não há diferença entre a escola dentro e fora do presídio, mas vê os alunos no presídio respeitarem mais os professores.	Segundo ele nunca faltou a escola, se fosse necessário escolher entre o trabalho e a escola e prefere estudar já que a escola poderá lhe garantir uma melhor qualificação na vida e um emprego melhor. A infrequência não está relacionada com o trabalho ou o cansaço como alguns alunos alegam, na rua se estivesse estudando também teria que ir.
Aluno 11: 24 anos, 2º ano Ensino Médio, (Anexo).	Segundo ele foi muito conturbado, não conseguia focar nos estudos ficava mais ligado no mundo fora da escola, ficava muito preocupado com o que ocorria em casa já que o pai era alcoólatra e brigava muito com a mãe. Era frequente, mas quando estava na escola não gostaria de estar lá.	É muito importante pois com educação e que as coisas mudam. Espera com a escolarização levar algo diferente para sua filha e deixar um legado para sua filha,	Ele nunca foi impedido de ir à escola por agentes, mas tem alguns agentes que não os trata como deveria. Não passa por procedimento para ir à escola. Segundo ele existe diferença entre a escola dentro da unidade e fora, é não termos acesso há matérias que poderiam contribuir com a aprendizagem, alguns materiais são restritos para entrada. A estrutura é precária e não é confortável para estudar. Se fosse necessário escolhe entre trabalho	Em relação a sua frequência, só falta quando chega cansado do trabalho devido ao trabalho braçal que realiza, mas se esforça para não faltar. Nunca foi impedido por agentes de ir à escola. Crê que com acesso à internet mesmo restrita onde o aluno pudesse fazer uma pesquisa e ter outros materiais poderia melhorar na frequência dos alunos.

			e es cola, escolheria a escola pois com estudo poderá ter mais chances de empregos melhores fora do presidio.	
--	--	--	---	--

ANEXO A - Carta de anuência

CARTA DE ANUÊNCIA

Belo Horizonte, 10 de junho de 2019

Em cumprimento ao Processo SEI- 1450.01.0062902/2019-90, afeto à solicitação de pesquisa do sr. **Marcos Fernandes Rafael**, **estudante do curso de Mestrado do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação / Universidade Federal de Juiz de Fora - PPGP/UFJF**, que deseja realizar na Penitenciária José Maria de Alckimin, coleta de dados através de entrevistas, versando sobre o tema: *“A Infrequência Escolar em Uma Unidade Prisional”*, impõe-se esclarecer que, cumpridos os requisitos definidos pela Resolução 059/SEAP/2018, nada temos a opor.

Caso fique autorizada a referida entrevista, deve ser acordado previamente, data e horário junto à Direção da Penitenciária, com a ressalva de que seja realizada fora do horário de trabalho estipulada para o sr. **Marcos Fernandes Rafael** no cumprimento de suas funções junto à Escola Estadual César Lombroso.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento pelo pesquisador, dos requisitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. O descumprimento de qualquer dos condicionamentos expostos, poderá gerar o direito de retirada da anuência a qualquer momento da pesquisa.

Há previsão para o uso de gravador de voz, desde que autorizado pela Unidade e utilizando equipamento da própria.

Natália Nascimento Rodrigues
Academia do Sistema Prisional



Escañeie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #c9607ae82635cccaa1042fe8fe2c793fd70c7a03f484c71f722e2a68ec4b8836
<https://painel.autentique.com.br/documentos/61178dbb064b21e2ad9d477814ee2b9011a7190e301d74e11>

